

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS

KARINE KOSTUCZENKO

ESTUDO SOBRE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA:
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E O PROGRAMA VEREADOR MIRIM EM UMA
CIDADE DO NORTE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ERECHIM

2021

KARINE KOSTUCZENKO

**ESTUDO SOBRE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA:
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E O PROGRAMA VEREADOR MIRIM EM UMA
CIDADE DO NORTE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira

ERECHIM

2021

KARINE KOSTUCZENKO

**ESTUDO SOBRE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E
O PROGRAMA VEREADOR MIRIM EM UMA CIDADE DO NORTE NO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 30/08/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira – UFFS
Orientador

Prof. Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva - UFFS
Avaliador

Profa. Dr.^a Bianca de Freitas Linhares - UFPel
Avaliadora

Prof. Dr.^a Adriana Loss – UFFS
Avaliadora

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Kostuczenko, Karine

ESTUDO SOBRE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E O PROGRAMA VEREADOR MIRIM EM UMA CIDADE DO NORTE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL / Karine

Kostuczenko. -- 2021.

111 f.

Orientador: Doutor em Educação Prof. Dr. Thiago

Ingrassia Pereira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da

Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação

Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, RS, 2021.

1. Cidadania. 2. Programa Vereador Mirim. 3.

Participação Política. 4. Democracia. 5.

Representatividade Jovem. I. Pereira, Prof. Dr. Thiago

Ingrassia, orient. II. Universidade Federal da Fronteira

Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos meus pais, Conceição e Antonio, por todo amor, apoio e pela confiança nas escolhas que fiz. Serei eternamente grata por todos os aprendizados durante a minha criação.

Às minhas irmãs, Gracieli e Camila. Não poderia ter irmãs melhores, me sinto abençoado de tê-las ao meu lado.

À minha saudosa avó Julia Matievicz, *in memoriam*, por todos os ensinamentos de vida e valores transferidos, por todo carinho, por todo amor, por toda forma de afeto. Os conhecimentos mais importantes da vida não são de origem acadêmica.

Ao meu orientador Thiago Ingrassia Pereira pela disponibilidade e sugestões que possibilitaram o desenvolvimento desta dissertação.

Aos professores do PPGICH, principalmente ao professor Luís Fernando Santos Correia da Silva e a professora Adriana Salete Loss, pelos importantes ensinamentos sobre sociologia, educação e humanidades.

A professora Bianca Linhares pelos comentários e sugestões na qualificação e por aceitar o convite para compor a banca de análise desta pesquisa.

Um agradecimento especial a dois grandes amigos, Profa. Franciele Fátima Marques e Yuri R. Menta, que por várias vezes, me viram chorar pensando em desistir e sempre me incentivaram a seguir.

Aos amigos feitos através do PPGICH, os quais não irei citar nomes para não correr o risco de ser injusta no esquecimento de alguém, mas guardo com grande carinho todos os que passaram por essa estrada comigo.

Eterna gratidão a todos vocês. Por serem marcantes em minha vida, todos vocês contribuíram de alguma maneira para que este trabalho ganhasse forma.

RESUMO

O presente estudo analisa o processo de construção da Cidadania, a partir da perspectiva e do entendimento dos conceitos de Socialização Política, Democracia e Educação Não Escolar, com intuito de identificar e estabelecer uma relação quanto à participação política de jovens e adolescentes, junto a um Programa, denominado Vereador Mirim, no Poder Legislativo do município de Erechim – RS. Como base para discussão considera-se o processo de socialização política vivenciado por jovens e adolescentes. Neste sentido, objetiva-se estudar as causas da participação política formal no programa citado, observando os meios socializadores políticos a fim de entender se a socialização política é capaz de motivar a participação política, tendo em mente ainda o atual cenário político brasileiro. Foram analisados dados de depoimentos obtidos através de um questionário, sob uma perspectiva qualitativa, utilizando-se do método da análise de conteúdo e de sua técnica de categorização. Utilizou-se, como referência tipológica, as formas de participação política delimitadas por Baquero (1997, 2005 e 2008). Os resultados apontaram para uma possível perspectiva de crescimento da confiança política no Poder Legislativo e, em menor nível, nos partidos políticos. Ainda, em mesmo sentido visualiza-se que a socialização política vivenciada pelos jovens e adolescentes ainda carece de um envolvimento maior por parte governamental (contexto atual), mas que apesar deste, há ainda o interesse em debates e questões relacionadas à representatividade e engajamento políticos.

Palavras-chave: Cidadania. Programa Vereador Mirim. Socialização Política. Participação Política.

ABSTRACT

The study analyzes the process of building Citizenship, from the perspective and understanding of the concepts of Political Socialization, Democracy and Non-School Education, in order to identify and establish a relationship regarding the political participation of young people and adolescents, together with a Program, called Junior Councilor, in the Legislative Branch of the city of Erechim – RS. As a basis for discussion, the process of political socialization experienced by young people and adolescents is considered. In this sense, the objective is to study the causes of formal political participation, in the aforementioned program, observing the political socializing means in order to know if political socialization is capable of motivating political participation, still bearing in mind the current Brazilian political scenario. Data from testimonies obtained through a questionnaire were analyzed, under a qualitative perspective, using the method of content analysis and its categorization technique. The forms of political participation defined by Baquero (1997, 2005 and 2008) were used as a typological reference. The results pointed to a possible perspective of growing political confidence in the Legislative Power and, to a lesser extent, in political parties. Still, in the same sense, it is seen that the political socialization experienced by young people and adolescents still lacks greater involvement by the government (current context), but despite this, there is still interest in debates and issues related to political representation and engagement.

Keywords: Citizenship. Child Councilor Program. Political Socialization. Political Participation

LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Democracia e credibilidades	72
---	----

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Histórico do Programa Vereador Mirim (PVM) – Erechim/RS.....	50
Quadro 2: Questões Socioeconômicas Subjetivas	62
Quadro 3: Categorias de análise.....	65
Tabela 1: Distribuição dos entrevistados por sexo e idade	62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DEMOCRACIA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO.....	15
2.1 A CIDADANIA PARTICIPATIVA COMO CARACTERÍSTICA DE UMA SOCIEDADE EM CONSTRUÇÃO	18
2.2 REPRESENTATIVIDADE JOVEM	20
2.3 A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA SOBRE NOVAS PERSPECTIVAS: EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR (ENE).....	26
3 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	30
3.1 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E CULTURA POLÍTICA.....	31
3.2 CULTURA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: BREVE RESGATE	37
3.3 ÚLTIMOS RETROCESSOS DEMOCRÁTICOS	40
3.4 JOVENS: PARLAMENTO JOVEM	45
3.5 A NÃO EXCLUSIVIDADE DE ERECHIM: O PROGRAMA VEREADOR MIRIM DE BLUMENAU E O PROGRAMA ESCOLA DO LEGISLATIVO NO RIO GRANDE DO SUL – DEPUTADO POR UM DIA	47
3.6 O PROGRAMA VEREADOR MIRIM DE ERECHIM	49
4 DE QUEM ESTAMOS FALANDO?	52
4.1 A PESQUISA.....	52
4.2 COMO CHEGAMOS AO NOSSO OBJETO DE PESQUISA – LUGAR E SUJEITOS	56
4.3 TÉCNICA UTILIZADA NA PESQUISA	58
4.4 ANÁLISE DE DADOS	60
4.5 OS JOVENS E ADOLESCENTES DA PESQUISA?.....	61
5 COMO JOVEM E ADOLESCENTE, O QUE ME MOVE? INVESTIGAÇÃO, CONHECIMENTO E PERCEPÇÕES DE MUNDO POLÍTICO E DEMOCRÁTICO	64
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	64
5.2 ATRAVÉS DO OLHAR DO ENTREVISTADO	65
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES/ANEXOS	89
APÊNDICE A – TERMO DE ACEITE.....	89
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	90
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .	92
ANEXO A – RESOLUÇÃO PROGRAMA VEREADOR MIRIM	94

1 INTRODUÇÃO

A crise estrutural vivenciada pelo Brasil, nos últimos anos, em questões políticas e democráticas, tem despertado o interesse da Ciência Política, assim como, em ações do governo, em que podemos citar o próprio “mensalão” e o processo de impeachment da única presidente mulher do nosso país, provocando um cenário desestruturado que promove questionamentos de diversos setores e pesquisadores.

O Brasil tem sido cenário de grandes ocorrências sociais e políticas, envolvendo diversas instituições democráticas, como o julgamento da ação, popularmente conhecida por “Mensalão”, as manifestações populares de 2013, o impeachment de Dilma Rousseff, a condenação e prisão de um ex-presidente da República por corrupção, dentre outras. Estas ocorrências têm repercutido em diversas esferas da sociedade brasileira e despertado interesse de pesquisadores, historiadores, cientistas sociais e cientistas políticos sobre a origem, desenvolvimento e a repercussão dessas ocorrências. (PEIXOTO e CRESPO, 2018, p.2).

Sendo assim, entende-se por crise, “uma situação crítica”, quando se faz necessário tomar decisões sobre qual direção, qual caminho seguir para sair daquela condição. É necessário “escolher as medidas certas e decidir aplicá-las com presteza”. (BAUMAN e BORDONI, 2016, p. 16). De acordo com o senso comum, a crise pode ser entendida como uma quebra de estabilidade ou da normalidade de um sistema, de disponibilidade de recursos, de uma instituição ou de uma circunstância social, podendo ser esta uma crise econômica, crise social ou crise política.

Neste sentido, percebe-se a crise estrutural em questões políticas e democráticas no Brasil. Acredita-se que tal crise estrutural esteja enraizada em questões de gestão de governo, em mecanismos que estão sendo negligenciados, conforme pode-se verificar no posicionamento de Baquero (1997), que se estrutura de forma contemporânea, ao afirmar que.

Presentemente, no Brasil a crise econômica e social tem feito com que mecanismos de educação política sejam negligenciados. A tarefa de socialização política tem sido deixada para os partidos políticos que, pela sua fragilidade, não tem conseguido se estabelecer como efetivos mediadores entre Estado e Sociedade Civil. (BAQUERO, 1997, p. 13).

O autor traz para debate, neste sentido, a questão da socialização política, norteadora desta pesquisa, assim como a formação política para a democratização e para a cidadania. Com o objetivo de traçar uma linha de integração fundamental entre a educação, para gerar condições de legitimar a prática, criar ações que promovam a tarefa de relacionar o comportamento político e social e perpassar por questões de formação e socialização política

desde a infância, estabelece-se mediadores desta formação, quais sejam a educação, o processo democrático e o contexto atual.

Quando me lancei aos estudos com a intenção de cursar um Mestrado, e tendo por base os meus estudos já, até aqui, redesenhados, a minha trajetória de vida pessoal, acadêmica e profissional se tornou latente em meus pensamentos. Em minha memória surge a imagem de meus pais em conversa com um político em época de campanha e a crucial pergunta dirigida a mim: Quem vence as eleições? Naquele momento sinto como se a fala de uma criança tivesse algum tipo de poder decisório e a cena jamais se perdeu em mim.

Associada a isso, minha trajetória percorrida entre a educação e o direito e o trabalho desenvolvido junto ao Poder Legislativo desta cidade, me fazem repensar a função democrática da política, do político e da ciência política, diversas vezes e de diversas formas, não chegando ainda a um denominador comum, mas com curiosidade necessária para que o tema Cidadania e Democracia, bem como, a formação política de jovens e adolescentes, fossem pesquisados e aprofundados.

A inclusão da juventude nos debates políticos é um dos desafios da democracia em todo o mundo, sendo reflexões de extrema importância para o livre exercício da cidadania, e serão aqui, baseadas em um resgate da socialização política. Como servidora pública municipal do Poder Legislativo onde acontece um Programa intitulado Programa Vereador Mirim, que proporciona a jovens e adolescentes a experiência de ser Vereador Mirim por um ano, observei a repercussão de um programa que vincula educação, cidadania e democracia.

Neste contexto, percebe-se a importância de estudar o tema proposto, questionando como ocorreu a socialização política dos jovens e adolescentes, participantes do Programa Vereador Mirim?

Assim, a hipótese desta pesquisa consiste em identificar se a socialização política é capaz de motivar a participação política de adolescentes e jovens diante do atual cenário político, bem como, identificar meios socializadores políticos: Democracia, Cidadania, Representatividade Jovem e Educação não escolar; conceituar Socialização Política e Capital Cultural, e relacionar com a construção da cidadania; identificar o perfil de integração e envolvimento com a política, dos jovens e adolescentes, a partir do programa vinculado ao Poder Legislativo da Cidade de Erechim - RS, intitulado Programa Vereador Mirim.

Por motivação, mote central do objetivo da pesquisa, entende-se como “o processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta”. (ROBBINS, 2008, p. 132). Porém, não se indica limitar-se a traduzí-la de uma única forma, pois conforme Chiavenato (2010, p. 121) acredita-se que

“é difícil definir exatamente o conceito de motivação, uma vez que tem sido utilizado com diferentes sentidos”.

Nestes termos, justifica-se a relevância da pesquisa por sua articulação entre a Educação e a Sociologia de forma interdisciplinar, tornando-se importante devido a contribuição com a produção científica no campo da Ciência Política, bem como, na medida em que fornecerá dados e reflexões a respeito do Programa oferecido pelo poder Legislativo do município de Erechim/RS.

Torna-se importante para a área Interdisciplinar de Ciências Humanas uma vez que, ao abordar a Socialização Política e a Formação Cidadã, conceitua-se parte do que se define como sociedade, e neste estudo, em específico, trata-se também do processo de formação política de adolescentes.

Portanto, cabe destacar que a política não é apenas formadora de opinião, mas processo de democratização e formação de cidadãos críticos e atuantes em sociedade. Sendo ainda, processo de participação política em construção, dado que ninguém nasce político, não é um dom que se apresenta, nem uma vocação que se descobre, é um processo de aprendizado e de construção que ocorre no decorrer da vida.

A pesquisa é de caráter qualitativo, bibliográfica e de campo. As estratégias metodológicas utilizadas constituem-se em leitura, fichamento de obras pertinentes da pesquisa, contato e coleta de dados com sujeitos pertencentes ao universo pesquisado, organização, análise e síntese dos dados coletados, sistematização da pesquisa e divulgação em meios e eventos científicos.

A pesquisa de campo foi realizada com adolescentes e jovens, junto ao Poder Legislativo Municipal de Erechim tendo como objeto o Programa Vereador Mirim, criado pela Resolução nº 004 de 2003, que “Institui o Programa Vereador Mirim e dá outras providências” e, posteriormente, reformulado pelo Projeto Resolução nº 302 de 2008 (atual), no período de setembro a dezembro de 2020, e como instrumento de coleta de dados utilizou-se de um roteiro de entrevista semiestruturado. Pode-se classificar esta pesquisa, do ponto de vista de sua natureza como pesquisa básica.

Para tanto, a pesquisa encontra-se distribuída em capítulos, sendo o primeiro capítulo referente ao processo e conceitos de democracia, cidadania e participação jovem, bem como, da educação não escolar, para posteriormente compreender o conceito de socialização política para a juventude, e ainda com a análise breve do atual cenário político e a influência e/ou percepção causadora da motivação da participação jovem em questões políticas.

No segundo capítulo, discute-se os pressupostos e paradigmas da ideia de socialização e cultura de crenças, herdada pelo conceito de socialização política, baseados em estudos de autores como (EASTON e HYMAN, 1959) focalizados no papel da família e infância, da segunda geração (JENNINNS; NIEMI, 1974; SIGEL, 1989), com o adendo de trazer um pouco da construção da América Latina, como estudos contemporâneos referentes a introdução de novos agentes de socialização ao processo e a estudos nacionais que se utilizam deste conceito, assim como a apresentação de como ele será utilizado (BAQUERO e BAQUERO, 2007; CASALECCHI, 2012; MORAIS, 2017; NAZZARI, 2005; SCHMIDT, 2000; SILVEIRA e AMORIM, 2005), além de exemplos de parlamentos jovens já existentes para incorporar a discussão.

O terceiro capítulo segue a metodologia da pesquisa e no quarto e quinto capítulo traçou-se a análise de caso, buscando na fala do jovem e adolescente entrevistado a sua percepção na questão da motivação da participação na política jovem diante do cenário político apresentado nos capítulos anteriores. Nestes, são demonstradas algumas das agências de socialização, estabelecendo as congruências com os estudos apresentados.

Ao fim, apresenta-se considerações sobre este estudo em debate com a literatura sobre socialização política. Convém registrar que o estudo em questão não tem a pretensão de esgotar a temática, mas contribuir com o questionamento sobre cidadania e formação política em um contexto político democrático educacional não escolar e ampliar as discussões referentes à temática em questão.

2 DEMOCRACIA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

A democracia existe e se fundamenta em um contexto de organização social. Mais do que sua garantia em uma legislação própria, tem sua efetivação na participação ativa de cidadãos, que não se encerra no momento do voto, mas amplia-se neste. Portanto, a Constituição Federal de 1988 consolidou o Brasil como Estado Democrático e de Direito, sendo uma das formas de representatividade implícita; o voto, o qual segundo Bastos (2002) é a vontade do povo.

Conforme a literatura, é através do voto que se escolhe tanto os membros das casas legislativas, sendo elas o Senado, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional (Poder Legislativo), quanto os membros do Poder Executivo, havendo um respeito pela vontade das pessoas, independentemente de sua condição na sociedade (VIEIRA, 2013).

Tratando-se da Constituição Federal de 1988, o voto, com base no artigo 14, é obrigatório para o exercício da cidadania, sendo facultativa aos menores de 18 anos e maiores de 16, bem como, para os maiores de setenta anos e os analfabetos. Diz o artigo, *ipsis literis*:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. (BRASIL, 1988).

Ou seja, o povo é soberano, detentor de um poder definidor de nações, nem sempre bem compreendido por quem o detém, haja vista que alguns cidadãos não exercem essa soberania, seja por descrédito ou vontade própria, buscando meios de burlar a obrigatoriedade com justificativas. Desta forma, assume-se que a democracia fica comprometida, pois a vontade da maioria não é expressa de forma plena, ficando maculada pela ausência de quem se abstém.

Quanto ao conceito de democracia, nas palavras de Schumpeter (1984), trata-se da atuação e da vontade do povo como um método para tomar decisões, afirmando ser essa “[...] o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões, através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo”. (SCHUMPETER, 1984, p. 304).

Para um conceito mais processual, Dahl (1997, p. 25) traz que a “[...] democracia, é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais”. Os conceitos dos autores se complementam e conversam entre si, pois ambos definem que a democracia se traduz no governo do povo e pelo povo, assim como o desenvolvimento do homem enquanto ser humano, interligado as suas ações com a sua finalidade ética, com valores, para que o processo seja efetivo em um país que se intitula democrático e participativo.

A democracia não se fundamenta unicamente numa legitimidade por legalidade, ou numa legalidade por procedimento. Os procedimentos legais são necessários, mas não suficientes, portanto, de maneira implícita, o regime democrático se legitima através de valores e crenças, premissas indispensáveis para que a democracia possa ser aceita, em seu cumprimento diário. (BAQUERO, 1997).

Assim, o sistema democrático se difere quanto a sua legalidade e a sua democracia propriamente dita, pois há um enumerado de códigos e decretos que regularizam e regulamentam, mas a profunda verdade sociológica e a ciência política que se aplica cotidianamente são contraditórias entre si, ambas se cristalizando nas fragilidades da institucionalidade democrática do país. (BAQUERO, 1997).

Embora observa-se autores com análises de anos anteriores ao atual, se aplica ao contexto vivenciado, onde a democracia se encontra fragilizada, apontando-se para a necessidade de que a mesma seja valorizada, que ocorram transformações, com formulação de políticas públicas eficientes e voltadas para a necessidade da população.

Neste sentido, traz-se para o debate a ideia de democracia inercial, por Baquero (2005), para referir-se à democracia brasileira, situando a mesma numa modernização das instituições políticas e evolução das leis e regras, porém, que não evoluiu na dimensão social, ou seja, apresentando como características as políticas econômicas que não favorecem as massas excluídas e que mantêm o desemprego estagnado, bem como uma cultura híbrida que institucionaliza um comportamento de resignação e hostilidade com a política, que mantém a desconfiança generalizada em relação à política e que impede o real funcionamento da democracia. (BAQUERO e SANTOS, 2007).

Neste sentido, contrastando com as atuais relações da democracia no Brasil, ela retrocedeu, ou seja, embora o Brasil seja considerado um país democrático e de direito, retrocedeu em sua dimensão social, em questões de cidadania e participação ativa da sociedade, beirando o autoritarismo.

Se os autoritários devem ser mantidos fora, primeiro eles têm que ser identificados.

Não existe, infelizmente, nenhum sistema de alarme prévio totalmente seguro. Muitos autoritários podem ser reconhecidos com facilidade antes de chegarem ao poder. Eles têm um histórico claro: Hitler estivera na liderança de um golpe de Estado fracassado; Chávez liderara uma insurreição militar frustrada; os camisas-negras de Mussolini se envolveram em violência paramilitar; e, na Argentina em meados do século XX, Juan Perón ajudou a liderar um golpe bem-sucedido dois anos e meio antes de concorrer à Presidência. (LEVITSKI e ZIBLATT, 2018, p.33).

Porém, nem sempre a adesão ao autoritarismo é imediata, alguns são democráticos de início e posteriormente mostram a capacidade de incorporar excessiva autoridade. Baseados nos trabalhos de Linz, estudioso de como as democracias morrem, Levitski e Ziblatt (2018) desenvolveu algumas noções de como identificar um político autoritário,

Baseados no trabalho de Linz, desenvolve-se um conjunto de quatro sinais de alerta que ajudam a reconhecer um autoritário. Deve-se preocupar quando políticos: 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. (LEVITSKI e ZIBLATT 2018, p.35).

As palavras do autor colocam em posição de preocupação o contexto atual do Brasil, onde o governo demonstra evidências de comportamentos questionáveis, passíveis de classificação autoritária, de intolerância à mídia, restringindo liberdades e não cumprindo regras e normas. Trata-se de um contexto preocupante.

Ainda na caracterização da democracia, esta depende do nível de confiança que há nas instituições políticas e no governo. Embora o envolvimento dos cidadãos com o processo democrático tenha aumentado na garantia do direito ao voto e de ser candidato, ainda não é o suficiente para que a experiência de representação política seja positiva. É função, ainda, dos partidos políticos fazer esta distinção, para que a democracia seja preservada, salientando que extremos de qualquer lado do prisma político não trazem bons resultados.

A democracia, claro, não é basquete de rua. Democracias têm regras escritas (constituições) e árbitros (os tribunais). Porém, regras escritas e árbitros funcionam melhor, e sobrevivem mais tempo, em países em que as constituições escritas são fortalecidas por suas próprias regras não escritas do jogo. Essas regras ou normas servem como grades flexíveis de proteção da democracia, impedindo que o dia a dia da competição política se transforme em luta livre. (LEVITSKI e ZIBLATT, 2018, p.117).

Embora o autor refira-se a democracia estadunidense de forma mais específica, a aplicação ou replicação ao contexto brasileiro se faz pertinente, pois as regras escritas tendem a funcionar melhor, porém questiona-se quanto à quantidade de leis vigentes no Brasil e quanto à eficácia delas, entendendo que pode ser prejudicial à aplicação das normas uma quantidade excessiva de legislação. Mais do que leis e normas, é preciso respeito e tolerância recíproca entre povo e representantes, entre participação ativa e passiva.

O direito ao voto é um elemento basilar da democracia, mas não garante que se tenha representatividade. A democracia é um processo que se constrói diariamente, que depende da participação do indivíduo e da participação popular.

2.1 A CIDADANIA PARTICIPATIVA COMO CARACTERÍSTICA DE UMA SOCIEDADE EM CONSTRUÇÃO

A primeira concepção que se tem de cidadania é como um dos direitos civis, conforme a Constituição Federal. Segundo Dallari (2006), a concepção de cidadania é um conjunto de direitos que possibilita às pessoas participarem da vida política do país, tratando-se, portanto, da relação entre indivíduo e sociedade de forma jurídica, não em um contexto social. Porém, a cidadania contém uma estrutura social na sua integridade, pois a mesma acontece dentro e para a sociedade, tendo seus pressupostos não apenas como direitos, mas também deveres que precisam estar inseridos no indivíduo, tratando-se de um conceito complexo e de mutação constante. Quanto ao seu termo, Marshall (1967), divide-a em três elementos.

[...] o elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo. (MARSHALL, 1967, p. 63).

Neste sentido, traça uma ligação entre cidadania civil, política e social, ou seja, a cidadania está intimamente ligada à democracia. À luz do direito, parece depender do Estado Democrático para que a sua essência se concretize. A participação cidadã, ou seja, a cidadania participativa é o que parece garantir que a democracia não retroceda, em que, para Gohn (2005, p.30).

[...] entende-se a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica, desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova.

Não há como dissociar cidadania e democracia, pois ambas seguem a mesma direção, na construção de uma cultura política e de uma sociedade, seja ela justa e democrática ou não. Muito embora não se dissociem, não significam a mesma coisa, pois a cidadania pode ser exercida para que haja maior representatividade nos governos democráticos, sendo essa a sua principal diferenciação. Inclusive, uma das formas de acesso mais concretas à cidadania é através dos direitos sociais, pois são os que tendem a mexer com a estrutura frágil de processo

de desenvolvimento da sociedade de forma mais impactante. A questão social é onde a sociedade concretamente estabelece a sua linha de crescimento ou não.

Dentre as formas de acesso à cidadania, os direitos sociais se constituem na experiência mais recente do ponto de vista histórico. Enquanto o surgimento dos direitos políticos e civis remonta ao período da antiguidade clássica, os direitos sociais são uma forma contemporânea de direitos, vinculados ao processo de desenvolvimento capitalista. As pressões sociais e a luta política por melhores condições de vida, relacionadas ao trabalho, mas também a outras esferas, impuseram a afirmação de novos direitos. (SILVA e PEREIRA, 2016, p.16).

Os direitos sociais que emergem na sociedade de forma expressiva, como uma busca por melhores condições de vida em diversos ramos, tanto da vida cotidiana, quanto da sociedade em geral, surgem em virtude da forma em que o capitalismo e o trabalho estão manifestos. A cidadania, assim como a democracia no Brasil, passou por processos de construção, com avanços e retrocessos.

No que concerne ao percurso da cidadania no Brasil, destaca-se o papel dos quase 400 anos de escravidão no transcurso da formação da sociedade nacional, deixando marcas indeléveis até os dias atuais. Precedido por esse ambiente, de constituição de direitos excludentes, o Brasil República se edificou reproduzindo a lógica calcada em uma sociabilidade desigual, seja em termos do acesso à participação política, seja no que concerne a disparidades de raça, gênero e renda, processo esse amplamente legitimado por grupos sociais distintos. (SILVA e PEREIRA, 2016, p.17).

Nos termos expostos, temos uma cidadania atrelada a questões de ordem política e diferentes concepções, na tentativa de adequar a diversidade existente, em um país desigual em tantos níveis. O Estado e a sociedade exercem a influência em conduzir uma sociedade que seja participativa ou não e, sendo assim, o entendimento de Betinho (1995) sobre cidadania se faz pertinente, pois segundo o autor, ela está de tal forma enraizada na sociedade e na democracia, não podendo divorciá-las, devendo uma existir para que a outra também exista.

Cidadania é, portanto, a condição da democracia. O poder democrático é aquele que tem gestão, controle, mas não tem domínio nem subordinação, não tem superioridade nem inferioridade. Uma sociedade democrática é uma relação entre cidadãos e cidadãs. É aquela que se constrói da sociedade para o Estado, de baixo para cima, que estimula e se fundamenta na autonomia, independência, diversidade de pontos de vista e, sobretudo, na ética – conjunto de valores ligados à defesa da vida e ao modo como as pessoas se relacionam, respeitando as diferenças, mas defendendo a igualdade de acesso aos bens coletivos. O cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Um cidadão com sentido ético forte e consciência de cidadania não abre mão desse poder de participação. (Texto publicado no encarte da revista Democracia, n. 113, 1995. Extraído de: http://www.conversascombetinho.org.br/com_a_palavra/cidadania_fome.htm)

A cidadania está ligada à defesa de bens coletivos, é a convivência das pessoas em sociedade. É, sobretudo, ética, ligada a questão de valores, de autonomia e de igualdade de direitos e deveres e do poder de participação, pois a cidadania, segundo o autor, é a cidadania participativa, que dispõe sobre a consciência ativa do indivíduo, em questões da sociedade.

Trata-se da construção da democracia. Apesar de um contexto que se reconhece por sua disparidade e incompletude, a cidadania necessariamente precisa ser a todo momento nova, e se reconstruir, criando um diálogo entre Estado e sociedade, capaz de ultrapassar barreiras individuais, para que sejam efetivas as construções coletivas de bem-estar:

[...] uma das razões fundamentais da sedução que a noção de uma nova cidadania exerce hoje em dia é a possibilidade de que ela traga respostas aos desafios deixados pelo fracasso tanto de concepções teóricas como de estratégias políticas que não foram capazes de articular essa multiplicidade de dimensões que, nas sociedades contemporâneas, integram hoje a busca de uma vida melhor. (DAGNINO, 2004, p. 115).

Portanto, é necessário que se traga para o diálogo todas as dimensões mencionadas anteriormente pela autora, para que seja possível adequar o conceito de cidadania e erradicar as possibilidades de fracassos semelhantes aos vividos anteriormente, trazendo um conceito de cidadania nova, abarcando conteúdo suficiente para alicerçar a busca de uma vida melhor, também retrocitada. (DAGNINO, 2004).

A autora supracitada refere-se de forma específica, ou seja, a cidadania nova, como conceito e não como “nova”, uma cidadania voltada para o reconhecimento do diálogo e para a construção de uma participação democrática, onde a juventude esteja inserida e envolvida na dimensão social e política do país, não apenas como expectadores, mas como cidadãos ativos e agentes em desenvolvimento de possíveis representatividades.

2.2 REPRESENTATIVIDADE JOVEM

Dentre as preocupações existentes acerca de uma maior participação política da sociedade como um todo, bem como a capacidade de discernimento e conscientização diante das adversidades políticas, encontra-se, fundamentalmente, a atuação e o envolvimento dos adolescentes e jovens.

Neste sentido, um dos primeiros conceitos a serem definidos é o de juventude, que tem sido interpretado sob diversas formas: desde concepções estritamente psicobiológicas e as de caráter histórico social. Juventude é um termo plural e polissêmico por excelência. Como afirmam François Dubet e Olivier Galland, o conceito de juventude compreende as condições

objetivas de vida da juventude, as suas experiências e identidades, assim como as construções e representações sociais da juventude. (GALLAND, 2004, p.1).

É insuficiente falar apenas sobre a idade para compreender a complexidade do significado do ser jovem, pelo fato dessa categoria guardar vínculos com uma quantidade significativa de condições com seus inúmeros condicionantes, dentre os quais os impactos do contexto histórico, de condição de classe social, do gênero, da etnia, do nível cultural da família, do espaço geográfico e das formas de sociabilidade.

O conceito de adolescente possui uma conotação psicobiológica mais acentuada, porém, muitas vezes os termos juventude e adolescência são confundidos e empregados como sinônimos e, muito embora se pareçam, possuem especificidades e se distinguem. Conforme observa Coimbra (2005, pp.2-11), “a noção de adolescência emerge vinculada à lógica desenvolvimentista, sendo uma etapa do desenvolvimento por que todos passariam obrigatório.” A adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano, na qual a maior parte dos sujeitos constroem sua independência, passam a ter estabilidade, a se posicionar, a ter uma profissão, sendo assim, analisa Coimbra (2005, pp.2-11), “a adolescência surge como um objeto exacerbado por uma série de atributos psicologizantes e biologizantes”.

A autora ressalta que há nesta concepção de adolescência o intento dos setores dominantes de “massificar e imobilizar”, coisificando certas “práticas e relações” existentes na sociedade contemporânea de “controle globalizado”. Segundo Coimbra:

Se, por um lado, a lógica desenvolvimentista quer fazer acreditar em uma etapa homogênea e universal para todos os sujeitos, a chamada adolescência, a lógica individualista e culpabilizante da subjetivação capitalística vai dizer que o modo como cada um enfrenta e resolve tal fase será determinado pelo próprio indivíduo e por sua capacidade, ou falta dela, para lidar com as questões de seu desenvolvimento. É o modo de ser indivíduo intensificado pelo neoliberalismo, no qual predomina a figura do *self made man*: qualidades e defeitos, méritos e fracassos são atribuídos aos indivíduos como sendo inerentes à sua natureza. Vir a ser um adulto maduro, estável e integrante do mundo do trabalho ou vir a ser um desempregado sem família nem rede social dependeria exclusivamente de cada um e de suas competências individuais. (COIMBRA, 2005, pp. 2-11).

Contrário do conceito de adolescente, o de juventude, é um pouco mais complexo. Tem tanto um significado histórico-social quanto etário e psicobiológico, não sendo, estes últimos, traços exclusivos ou determinantes. Sendo assim, o conceito de juventude remete à ideia de sujeitos construídos no fluxo histórico social em contraposição à lógica, na qual os sujeitos são a-históricos e a sua subjetividade se desenvolve como algo natural, inerente aos indivíduos, independentemente da realidade sociocultural na qual eles estejam inseridos.

Assim, a definição de juventude segundo a ONU enquadra-se nos sujeitos de 15 a 24 anos, embora não se consiga abarcar toda a dimensão histórica e sociocultural presente na

condição dessa definição ou delimitação. Mas, por outro lado, não reconhecer que existe um consenso, em torno da idade do "jovem", que de fato corresponde à definição de 15-24 anos, seria reduzir o conceito de juventude, pois toda a sociedade possui balizadores.

Neste sentido, a categoria juventude na sociedade contemporânea encerra uma ambiguidade que provém do fato de conter duas dimensões: a idade social e a idade biológica. Conforme observa Bourdieu (1978), a relação entre elas é muito complexa, pois existe um padrão concebido do “ser jovem” que extrapola os limites da fase de desenvolvimento humano, que não é tema desta dissertação, mas que se faz necessária devido ao conceito, ora trazido.

Neste sentido, atualmente a representação idealizada do “ser jovem”, como constata Hobsbawn (1995, p.332), levou a uma busca no mundo ocidental globalizado da eterna juventude, que se expressa na prática exagerada de atividades físicas, na preocupação quase obsessiva com o corpo, com a estética, com os trajes, com o estar na moda, entre outros comportamentos. A representação idealizada do “ser jovem” tornou-se padrão estético de referência também para os adultos: todos desejam permanecer eternamente jovens.

Sendo assim, para compreender a categoria juventude é necessário levar em conta o seu caráter ambíguo e complexo, a partir da construção social, o domínio histórico-social que envolve relação de classe social, gênero e políticas.

Mas esta ambiguidade não requer a opção por uma das dimensões, pois isto implicaria a redução da realidade tangível do “ser jovem”, que encerra indissociavelmente estas duas vertentes. Desta forma, “ser jovem” consiste na coexistência a um só tempo, com as condições impostas pelo lugar que o sujeito ocupa no âmbito das relações sociais e com a etapa do desenvolvimento da existência humana, marcado por certas particularidades.

A representação da juventude, pós anos 60, passa a ser vista pela sociedade como a idade da imprudência, a idade da crise e a idade da rebeldia.

Para Touraine (1999), a juventude é vista, simultaneamente, como um problema, ou como uma solução, e não como membros de uma comunidade, ou sociedade global, que enfrenta problemas diários em suas atividades e em seu reconhecimento perante a sociedade.

Assim, neste estudo utiliza-se o conceito das Nações Unidas, onde jovens são aqueles entre 15 e 24 anos e adolescentes, segundo o ECA (Lei 8.069 de 1990), aqueles entre 12 anos completos até 18 anos completos, excepcionalmente até os 21 anos. Neste sentido, importante destacar onde está o ambiente política.

Vive-se a política de forma cotidiana e permanente, estando presente no ambiente de trabalho, cultural, familiar, escolar, na sociedade em geral, a política se faz presente.

Porém, viver a política de forma cotidiana, não permite afirmar que ela existe de forma sistemática, ou seja, como um processo educativo consistente de práticas, de conhecimentos e valores para o aprimoramento e transformação permanente da democracia, que Cosson (2010) define como letramento político.

Neste sentido, a formação política e o viver político são características que cada indivíduo irá desenvolver potencialmente, desde que instigado na medida em que alcançar idade e maturidade. A ideia de aproximação do sujeito de determinados grupos e instituições, sejam elas, escolares ou vínculos de amizade, ou mesmo familiares ou meios sociais, trará informações que de forma direta ou indireta potencializa orientações políticas, constituindo sua própria personalidade política, que segundo Baquero (1997, p. 16).

O homem político tem atitudes com as quais se relaciona e pode agir não simplesmente em relação a autoridade num sentido genérico, mas em relação a políticos, instituições e processos. Essas atitudes ele aprende durante a sua vida da infância até a adolescência e quando adulto. O processo de socialização política, em contraposição ao desenvolvimento infantil, o induz a ser um ator político multifacetado, de tal forma que, quando se torna adulto, ele já está enraizado com identificações políticas, valores e crenças que tem efeitos amplos e específicos no seu comportamento político e que estão ligados ao processo de aprendizagem de pré-adulto.

Embora existam diversos fatores que possam determinar as orientações políticas específicas, as abordagens e os contextos que irão influenciar cada indivíduo, as informações relevantes, os valores e as atitudes que formarão um cidadão capaz de ser transformador, estão intimamente ligados ao processo de aprendizagem.

Portanto, seja este processo vivenciado em um ambiente formal ou informal de educação, a formação política de adolescentes e jovens está relacionada também ao significado que a democracia possui no contexto em que os jovens e adolescentes estão inseridos.

A representação política da juventude perpassa pelo processo de significação política e histórica da mentalidade democrática de um país. Benevides (1996) traz para reflexão o quanto a apatia política pode comprometer o futuro da democracia.

Na perspectiva de representação, o quanto a juventude pode se destacar se desde a infância for conhecedora da organização política de forma consciente, igualitária e democrática, voltada a formar cidadãos ativos, participativos, capazes de, conscientemente, escolher com atitude e discernimento suas representatividades.

Sendo assim, a formação política se mostra significativa, mas a efetiva participação e representatividade de adolescentes ou mesmo o interesse por política passa por sérias crises, inclusive por diversas distorções de valores, onde a aceitação passiva de algumas imposições,

para evitar confrontos, ou até mesmo a educação política servindo a alguns interesses, deixando de lado uma educação voltada para valores democráticos são frequentemente presenciadas.

Pouco se faz sobre educação política, letramento político ou instrução para a cidadania no Brasil. Os fantasmas do regime militar e suas disciplinas de Educação Moral e Cívica e de OSPB ainda parecem assustar aqueles que não acreditam que a politização de uma sociedade é pressuposto essencial ao bom funcionamento da democracia. (DANTAS e CARUSO, 2011, p. 22).

A formação política representativa tem maior impacto na formação de conhecimento do indivíduo e na sua capacidade de participação política e de iniciativa, com o objetivo de atuar democraticamente e influenciar decisões. (DANTAS e CARUSO, 2011).

Neste sentido, a educação exerce papel fundamental para a formação de cidadãos com reconhecidas habilidades para o debate público, a reflexão e argumentação coletiva, entendida como domínio social. As inúmeras mudanças que a população convive diariamente faz com que as tensões aumentem e as transformações sejam cada vez mais difíceis.

O problema, entretanto, reside na tensão que se instala entre a diminuição de recursos físicos, materiais e financeiros, por um lado, e o aumento das demandas societárias, por outro. Os jovens são os mais afetados por essas transformações, pois são eles que estão enfrentando as maiores dificuldades tanto no mercado de trabalho quanto as suas expectativas de um futuro melhor. (BAQUERO, 2004, p. 121).

A representatividade é uma questão necessária para preparar a juventude a assumir papéis na sociedade, e mais do que isso, cidadãos ativos, participativos e preocupados com a sociedade, com o futuro do país. Porém, a realidade não corresponde a esses anseios e perspectivas.

Ainda, um fator importante a ser considerado no processo é o tipo de socialização política pelo qual os jovens passaram, visto que, segundo Moreno e Almeida, (2009), ela é um processo que perpassa por toda a vida do indivíduo, ou seja, é como aprender a tornar-se um membro de uma sociedade (BERGER e BERGER, 1990).

A socialização política não é diferente, pois como a política está em tudo e em todo lugar, a mesma se refere ao “[...] conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação de identidade social do indivíduo, contribuem particularmente para plasmar, a imagem que ele tem de si mesmo, em confronto com o sistema político, e em relação às instituições” (OPPO, 2000, p. 1202), ficando ainda, inclusos, a esse processo toda a carga psicológica, e o contexto em que cada indivíduo está inserido.

Ou seja, a socialização política dos adolescentes e jovens diz respeito a valores políticos internalizados na infância, vivenciados inclusive através da família, da comunidade,

do grupo de amigos, da escola, e os reflexos dessa vivência terão fundamental importância para a atividade política na vida adulta.

Baquero (1997) define socialização política neste sentido, tratando-a como um conjunto de experiências que terá influências na cristalização do seu papel como indivíduo no sistema político, seja este papel significativo ou não.

Nesta socialização política inicial, ocorrida na infância, os adolescentes entram em contato com o meio político surgindo um possível interesse ou desinteresse pela representatividade e pela vida política, que poderá ser mantido na vida adulta.

Sendo assim, um cenário de descrédito na política a nível de país traz consequências limitadoras ao contexto educacional, em especial no que diz respeito à formação política, de estruturação de jovens e adolescentes, para que eles possam estar inseridos em representatividade nas instituições e meios políticos, experienciando e permanecendo na busca por espaços cada vez maiores de desenvolvimento.

Portanto, os papéis do ser político, bem como, da representatividade, encontram-se distorcidos, como se fossem moeda de troca. O comprometimento da dimensão de moralidade e legalidade dentro da sociedade comprometem a democracia mesmo em tempos de modernidade.

O clientelismo, o assistencialismo, o patrimonialismo, o processo de mediação informal e os personalismos aparecem como moeda corrente na atual política latinoamericana, convivendo com todos os avanços tecnológicos e a chamada terceira onda. Não reconhecer a evidência desses fatores no cotidiano e na estruturação das relações políticas e institucionais é distorcer a realidade política da região. (BAQUERO, 2000, p. 74).

A lei é de organização e funcionamento para todos os cidadãos, na garantia de direitos e deveres de todos, mas os bem relacionados nem sempre a obedecem. Nosso legado histórico demonstra o favorecimento das elites e a atualidade nos exige novas experiências, novo comprometimento e novos resultados, em especial, na consolidação do processo democrático por meio da participação e do exercício da cidadania.

A educação é essencial quando falamos em cidadania, exercendo fundamental importância na formação de uma cultura política participativa, já que é formadora de opinião e de conceitos, e/ou muitas vezes, reprodutora de desigualdades.

[...] é, antes de tudo, o exemplo vivenciado que constrói as classes de vencedores ou de perdedores, já quando chegam à escola, com 5 anos de vida. Por conta disso, perceber a socialização familiar diferencial entre as classes é tão importante. Sem isso, não percebemos o privilégio agindo como mais gosta de agir, ou seja, silenciosamente e de modo invisível, e reproduzimos todo tipo do preconceito como se existissem pessoas que tivessem escolhido serem pobres e humilhados. (SOUZA, 2016, p. 61).

A socialização é o resultado intermediário, quando ainda falamos de jovens e adolescentes. Acontece na família, acontece na escola e no meio social, contudo um fator importante que deve ser levado em consideração é que a formação política não acontece apenas em um ambiente, ou seja, não acontece apenas na instituição escola, mas também em ambiente não formal e não escolar.

Para tanto, a presente pesquisa aponta para a parceria entre escolas e Poder Legislativo na formação política de jovens, e adolescentes. Definindo aqui o que é ambiente formal, não formal e não escolar em um contexto de educação.

2.3 A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA SOBRE NOVAS PERSPECTIVAS: EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR (ENE)

O espaço educacional não é somente o escolar, mas também o lugar da vida e do trabalho, seja ele a casa, o templo, a oficina, o barco, o mato, o quintal, desde que espaços que reúnam pessoas e tipos de atividades que constituam a produção do saber (BRANDÃO, 2007). Neste sentido, o autor enfatiza que a educação não acontece apenas em um ambiente, mas onde se faça saber, onde existam pessoas reunidas com objetivos, que aprendam com experiências suas ou de demais, para melhorar a vida diária.

A educação, desta forma, em um sentido amplo não se constitui apenas formal, sendo àquela que a precede tão importante quanto, pois não somos tabula rasa sem contexto e sem texto, aprende-se desde o nascimento e nem sempre inseridos em espaços escolares (BRANDÃO, 2007).

Em perspectiva contemporânea, não se limita apenas ao formal e informal, a questão não perpassa apenas em não ser escolar, mas em ser educação e aprender. Aprende-se mesmo não estando em ambiente escolarizado, ou seja, educação não escolar, educação ambiental, educação sexual, educação social, as quais ensinam valores e transmitem preceitos tais como moralidade, ética, entre outros.

[...] um processo que dura a vida inteira em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitude e modos de discernimento por meio de experiências diárias e de sua relação com o meio. (COOMBS, 1975, p. 27 *apud* TRILLA, 2008, p. 33).

A formalidade da educação está em sua certificação acadêmica, não encontrada na sua informalidade, mas que mesmo assim se aproximam por questões estruturais e metodológicas. Tratando-se, portanto, de educação não escolar, o Programa Vereador Mirim acontece em um

ambiente que se encaixa nesta definição, com estrutura parcialmente pedagógica e sistematizada.

Sendo assim, está organizado metodologicamente e estruturado com objetivos e intenções claras e atividades pré-estabelecidas e se assemelha a educação formal. Embora não siga um Plano Político Pedagógico, adquire caráter pedagógico por seguir ações sistematizadas de ensino e finalidades educativas, conforme assinala Severo (2015) ao incitar que:

A ENE adquire caráter de processo pedagógico, nesse sentido, quando suas intencionalidades são explicitadas e configuram modos da ação sistematizados com base numa concepção pedagógica que relaciona finalidades e metodologias educativas, atuando como elemento mediador da sua realização como atividade humana inserida em múltiplos contextos. (SEVERO, 2015, p. 573).

A definição de Gohn (2010), neste mesmo viés interpretativo, trata a educação não escolar como formação para a cidadania, ponto chave desta pesquisa e acrescenta que entende o político, como a formação para o indivíduo interagir com o outro em sociedade, por isso, em suas palavras, educação não escolar é:

[...] um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (GOHN, 2010, p. 33).

Sendo assim, a partir desta definição é possível identificar as aproximações entre a educação não escolar e o objeto da pesquisa deste estudo, o Programa Vereador Mirim. A educação não escolar não trata da negação da educação escolar, mas de uma educação que acontece fora das paredes de instituições escolares e que, pode, inclusive, complementar-se à escolar.

A ENE se relaciona com o paradigma de aprendizagem ao longo de toda a vida, de modo que representa ações que prolongam os tempos e os espaços de formação e autoformação, com base em necessidades contextuais dos sujeitos e das comunidades, atuando como mecanismo catalisador da articulação de saberes diante de necessidades emergentes nas esferas das sociabilidades humanas e do trabalho. (SEVERO, 2015, p. 566).

Portanto, encontra-se o Programa Vereador Mirim como educação social em que o indivíduo aprende durante toda a vida e o tempo todo, inclusive na linha de formação política do indivíduo para interagir com o outro em sociedade e na formação para a cidadania.

Dessa forma, a democratização esperada ocorre nos marcos jurídicos que pressupõem que “todos são iguais perante a Lei”, mas não aparece na distribuição das riquezas geradas, criando cenário de retomada de direitos políticos (podemos votar e ser votados no Estado democrático de direito) sem justiça social.[...] Por

outro lado, esse descompasso entre o legal/procedimental e as práticas cidadãs é sentido no âmbito dos sistemas escolares, no qual a escola pública, histórica bandeira dos movimentos populares, convive com contradições de toda a ordem. (SILVA E PEREIRA, 2016, p.19).

Desta forma, a formação cidadã é pensada para o empoderamento dos adolescentes e da juventude, porém inconcepta nos movimentos sociais e na democracia. De modo geral, a cidadania espera para ser ensinada.

Apesar das disciplinas de Sociologia e Filosofia, não mais obrigatórias, ainda existirem em alguns Ensino Médio, realizam uma discussão sobre os princípios das políticas e seus fundamentos em um ambiente escolar, fator favorável para melhor absorção e eficácia da verdadeira função da política na sociedade. Conforme pontua Pereira (2011, p.160), essas disciplinas, “podem fomentar a discussão da política, avançando em relação à opinião pública média (senso comum) que enxerga a política, seus atores e instituições, de forma estranha e, geralmente, com atuação deletéria para os seus interesses”.

Ou seja, conforme Silva e Pereira (2016) essas disciplinas contribuem para a discussão sobre política dentro de um ambiente escolar, porém não mais obrigatórias e apenas em nível de Ensino Médio, deixando os anos iniciais desamparados quanto a essas discussões mais iniciais que existem e são pertinentes, pois a cidadania e a educação são indissociáveis.

Feitas essas aproximações, passa-se a delimitar a experiência, desenvolvendo-se a perspectiva entre cidadania, democracia e educação. A emergência da ENE insere-se na perspectiva do desenvolvimento de práticas pedagógicas para além da instituição escolar em um contexto que abarca fatores políticos, econômicos e sociais.

De acordo com Severo (2015), a ENE está relacionada a fatores e conceitos do campo da pedagogia que expressam um significado para além da formação escolar, tendo por base uma formação humana relacionada ao ensino e aprendizagem diversificados, ou seja, a exemplo do conceito de educação permanente, educação ao longo da vida, educação integral ou social.

A ENE ocorre de forma dinâmica e interconectada em espaços e tempos distintos da educação escolar. Para Severo (2015), o século XXI é o cenário das novas configurações educacionais para criar e recriar possibilidades diversificadas de ensinar e aprender, o que torna ainda mais desafiador e complexo o ato de educar e as formas utilizadas para tal ato.

A sociedade teve tanta necessidade e sede pelo saber, pelo conhecimento, pela educação, uma sociedade caracterizada pela rapidez das informações e pela era tecnológica, mas que torna complexo o ato de ensinar e aprender, não como alfabetização, mas como

processo de construção do sujeito e da cidadania. Boa parte dessas aprendizagens ocorrem, ainda, fora do controle da instituição formal escolar e se configura em uma ampla e complexa constelação de práticas inscritas e estabelecidas ao longo de toda a vida do sujeito. Não se trata da negação dos saberes científicos adquiridos no espaço da escola, mas de entender que as práticas não escolares adquirem relevância cada vez maior em um projeto de sociedade, em que o conhecimento ocupa lugar central. (SEVERO, 2015).

Os conceitos trazidos neste capítulo objetivam introduzir a temática para tratar dos conceitos de democracia e cidadania, bem como, de representatividade e educação não-escolar, para posteriormente sistematizá-los com questionamentos que surgem a partir da participação política de jovens e adolescentes em contexto de representatividade.

Ainda, refletir sobre o contexto atual do Brasil em que a democracia se torna pertinente ao ponto de produzir investigação e trazer para o debate de forma interdisciplinar questões contemporâneas e atuais, buscando na cidadania o aporte necessário como participação cidadã, para assim evitar que o processo democrático se perca.

3 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

A socialização política, nas suas muitas variações de interpretações e conceitos, é tratada como “processo de formação de atitudes política nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional o processo de interiorização da cultura política existente, em um meio social por parte das novas gerações” (SCHIMIDT, 2000, p.56). Importante destacar que ela não se conceitua de uma única forma, seu conceito é amplo e depende de qual momento histórico e até geracional se pretende estudar para que o conceito mais próximo seja trazido para o debate.

Sendo assim, ao abordar sobre os primeiros contatos sociais, Belloci (2007) cita a obra “A construção social da realidade” de Thomas Luckmann e Perter Berger (1983), onde é proposta a integração das abordagens de Durkheim e Mead, em Belloci, (2007), em que os autores retomam a análise do fenômeno de socialização, no qual se aprofundam e acrescentam a distinção entre socialização primária e secundária. Outros autores já haviam chamado a atenção para diferentes momentos do processo de socialização, mas são Berger e Luckman que conceituam teoricamente a distinção entre os dois momentos. Neste sentido Dubar (2000) enfatiza sobre a socialização primária e secundária, afirmando:

A primeira, define-se pela imersão da criança em um mundo social no qual vive não como um universo possível entre todos, mas como o mundo, o único mundo existente e concebível, o mundo *tout court*. Essa imersão se faz a partir de um conhecimento de base que serve de referência para que ela consiga objetivar o mundo exterior, ordená-lo por intermédio da linguagem, bem como refletir e projetar ações passadas e futuras. É a incorporação desse saber de base na e com a aprendizagem primária da linguagem – oral e escrita – que constitui o processo fundamental da socialização primária, pois assegura a posse subjetiva de um eu e de um mundo exterior (cf. BERGER e LUCKMANN, 1983, pp. 173-190; DUBAR, 2000, p. 98).

Sendo assim, os saberes básicos incorporados pelas crianças não dependem somente das relações entre a família e a escola, mas de sua própria relação com os adultos responsáveis pela socialização. Apesar das contribuições inegáveis para a discussão da socialização de Berger e Luckmann (1983) em relação a visão clássica de socialização, e de serem procedentes, elas são datadas de um período específico, baseados na realidade social de uma determinada época do século XX, a década de 1960.

Neste sentido, Morais (2017) corrobora que a infância seria uma etapa decisiva na formação de atitudes políticas dos indivíduos, e é fundamental a percepção da importância dessa fase na vida do indivíduo, para sua formação humana, participação cidadã e democrática.

Ademais, a contemporaneidade faz com que o indivíduo não ocupe posições semelhantes em todos os espaços, vivendo variadas experiências, inclusive contraditórias e cada vez mais precocemente. Assim, um ator plural é produto de experiências de socialização em contextos sociais múltiplos, pertencendo simultaneamente a universos sociais variados, no curso de sua trajetória de socialização (SETTON, 2005).

Sendo assim, a socialização política será entendida neste estudo como o conjunto de experiências na formação de identidades, traçando uma ligação com a cidadania para a aquisição de conhecimento político, em sentido objetivo e subjetivo, através de um processo de crenças, atitudes e/ou participação do indivíduo, que acontece na sociedade, mas não necessariamente para a manutenção de um sistema.

Trata-se, portanto, da questão da educação, da expansão da educação e do envolvimento dos cidadãos, não apenas pelo voto, mas de uma cultura política participativa e mais do que isso, do quanto a sua participação na política e suas ações podem fazer a diferença na política. (PONTE, 2006).

Assim, através da participação política, fundamenta-se a busca pela democracia, essa busca relaciona aspectos de liberdade e igualdade e aspectos democráticos que dependem das pessoas e da mobilização das pessoas, não em um aspecto de lealdade, mas em um aspecto de expressão, de mobilização e representação.

3.1 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E CULTURA POLÍTICA

A Socialização Política, inspirada em Almond e Verba (1965), utilizada por Baquero (1997) é tratada como o conjunto de experiências na formação de identidades traçando uma ligação com a cidadania, sendo definida como;

[...] O conjunto de experiências que, no processo de formação de identidade social do indivíduo, tem influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não no sistema político, e as crenças que ele desenvolve em relação à política e as instituições. Basicamente, estamos falando do processo de constituição da cidadania. (ALMOND e VERBA, 1965 apud BAQUERO, 1997, p.10).

O conceito apresentado será utilizado neste estudo por se enquadrar no contexto atual e por se tratar de um conceito amplo e completo que define o que se entende por socialização política para este processo.

Para tanto, as ideias de Schmidt (2000) e Casalecchi (2012) identificaram o quão genérico este conceito de socialização política pode ser que, “ao tentar explicar tudo, acaba que não explica nada”. (CASALECCHI, 2012, p.7). Assim, as pesquisas de socialização só

fazem sentido ao buscarem enquadrar o conceito nas condições específicas em que ele ocorre, identificando os agentes que promovem a socialização e os estágios da vida em que a socialização acontece de maneira mais significativa.

Enquanto a cultura política está intrinsicamente ligada a uma questão mais histórica, engloba os valores e crenças dos brasileiros, tanto na dimensão social quanto na dimensão política, Baquero (1997), compreendendo assim o conhecimento e crenças em relação ao sistema político em um sentido avaliativo e afetivo. Nestes termos, o autor relaciona características cívicas, com a concepção em níveis de engajamento e presença participativa dos cidadãos.

Uma sociedade caracterizada como cívica exige a presença de cidadãos com virtudes cívicas, materializadas por interesses por eles demonstrado pelos assuntos públicos e pela política, pelo amplo engajamento em associações cívicas e por um ambiente de tolerância recíproca. (BAQUERO, 2004, p.177).

Portanto, a participação cívica não diz respeito apenas ao individual, mas a qualquer atividade individual ou coletiva que exerça influência na questão política, traduzindo-se em quantidade e qualidade de participantes e de participação, respectivamente e, podendo assim dizer que as instituições e as escolhas políticas impactam na participação e, conseqüentemente, na satisfação dos cidadãos com a atividade política. (MACEDO, 2005).

Deve-se ainda haver uma identificação com as instituições para que haja a participação efetiva, dando então a significação da socialização política através principalmente de experiências políticas para aumento ou diminuição na confiança na instituição política.

Torna-se importante discutir os dois modelos que a socialização política ainda se utiliza, integrando-o no contexto atual para melhor entendimento quando se trata de internalização e conseqüências na vida adulta.

Neste sentido, prevalece dois modelos, o modelo de política alocativa, que estabelece uma ligação com políticas públicas, e o modelo de persistência do sistema, ambos com pressupostos idênticos, ou seja, a aprendizagem da criança dura toda a vida e as orientações básicas adquiridas na infância estruturam a aprendizagem posterior de crenças sobre assuntos específicos (BAQUERO, 1997).

Enquanto um trata de forma mais específica sobre princípios e valores internalizados, sendo este o princípio da primazia, o outro está ligado a questões estruturais, como por exemplo, identificações partidárias. Um princípio complementa o outro e fortalece a orientação de que o que é aprendido na infância tem influência na fase adulta, ou seja, aquilo

que é internalizado por crianças e adolescentes, terá influência nas decisões e atitudes de adulto.

Portanto, seja qual for o modelo utilizado, ainda está atualizado, sendo que há um consenso entre os estudos realizados dentro da área de socialização política, de que de fato, a socialização começa na infância, onde se tem os primeiros contatos com aprendizagens.

Baquero (2005) cita a família como principal responsável pelo processo de socialização política, já na sequência, traz a escola e os grupos de referência.

Na medida em que um indivíduo amadurece e se aproxima da idade em que ele participará do mundo político, ele pertencerá a outras instituições significativas tais como a escola, o grupo de referência, associações voluntárias, e quando é o caso, ao seu emprego. Nessas situações sociais o indivíduo aprenderá, tanto direta como indiretamente, orientações políticas que poderão complementar e reforçar aquelas aprendidas na família; porém, as novas orientações também poderão ser contraditórias ou conflituosas com aquelas induzidas pela família. Outrossim, as estruturas de autoridade e padrões de tomada de decisões nessas instituições provavelmente se aproximarão dos padrões no sistema político, em termos de sua estruturação e formalidade ou informalidade. (BAQUERO, 1997, p.15 e 16).

O autor especifica que a socialização política iniciada na infância é expandida aos comportamentos do indivíduo adulto, as motivações e os resultados comportamentais, as barreiras democráticas vencidas ou não, em uma questão coletiva, tendem a ter relação direta com a socialização política vivenciada na infância.

A política está tão enraizada em tudo, que o processo de socialização política na contramão do desenvolvimento infantil provoca o indivíduo a ser multi, ou seja, a ser um político com muitas faces de maneira tal, que quando adulto, já está tão politizado com valores e crenças, que são amplos os efeitos e específicos no seu comportamento político (BAQUERO, 1997).

Sendo assim, as fontes de estruturação, o contexto de convivência, a cultura, as autoridades, o impacto das experiências dentro e fora família, a expectativa criada e gerada em relação à instituição política, seja no sentido político - processo, seja no político - instituição, irão demandar as atitudes do indivíduo na vida adulta, em relação à política e o processo democrático.

A socialização política é um processo que não segue um padrão universal, em que segundo Casalecchi (2012); Schmidt, (2000), pretende-se buscar a resposta de quais são as influências destas socializações na vivência do grupo de jovens e adolescentes pesquisados, dando ênfase a família, escola, grupos de pares e as experiências vividas por estes jovens.

Portanto, o presente estudo discute um dos aspectos da cultura política, como foco da socialização política e sua importância para a democracia e a formação da juventude. Para isso, examina (por meio de um questionário e entrevistas) participantes de um programa no

município Erechim - RS. Esse programa, ligado ao poder legislativo municipal, é entendido por ser como um espaço de educação não formal. Assim, articulam-se as dimensões da socialização política, participação política e entendimento sobre a política (valores, crenças).

Neste sentido, a vinculação entre a socialização política e a cultura política são campos de investigação estreitamente ligados, dado que a maior parte dos estudos da socialização política se refere ao processo de aquisição e formação de atitudes e orientações políticas e estas são vistas sob a ótica de uma percepção de cultura política, onde uma pertence a outra e ambas se pertencem.

Importante destacar que desde Platão, Montesquieu, Rousseau, Tocqueville, Marx e Weber, a dimensão cultural na política já era estudada, entre outros autores clássicos, que ressaltavam o papel de aspectos culturais nos fenômenos políticos e nos sistemas políticos.

Schmidt (2000) chama a atenção, para o fato de que a socialização política pode gerar uma maior estabilidade ou instabilidade em um sistema político, ou mesmo possibilitar a mudança ou a implementação de determinados sistemas e ser tratada como uma variável insignificante.

Sendo assim, destaca-se que próximo da década de 1960, o desenvolvimento dos estudos sobre cultura política e democracia, na Ciência Política moderna se deram, como já sendo o alvo de estudos da ciência política nos estudos de política comparada (SCHMIDT, 2000). Ainda segundo Moraes (2017), no final da década de 1980, inicia-se uma produção de estudos da cultura política como instrumento analítico, analisando as crenças e valores dos grupos sociais. É nesta perspectiva que se dá início a estudos sobre o comportamento político, colocando as crenças e os valores dos indivíduos como elementos indispensáveis para a tomada de decisão política (MORAIS, 2017).

Sob a mesma perspectiva, um dos debates importantes sobre conceituação de cultura política foi traduzido como conjunto de atitudes e orientações políticas que os indivíduos possuem acerca do sistema político e de seu papel no sistema se torna clássica a partir da obra “The Civic Culture”, de Gabriel Almond e Sidney Verba, publicada em 1963, em que os autores acreditam que a cultura política tem uma configuração nacional e a utilizam referente a atitudes em relação ao sistema político e a atitudes em relação ao próprio papel no sistema.

De fato, o conceito de cultura política entendido como atitudes e comportamentos que os sujeitos constroem no seu processo de socialização com relação à política, ganha espaço na ciência política por meio deste estudo (MORAIS, 2017).

Na obra citada de Almond e Verba (1989), a preocupação central fora a de estudar os fatores que viabilizam a democracia e o fracasso das tentativas democráticas nos países

analisados. Dentre os pressupostos dos autores, a democracia possuiria dois requisitos básicos, instituições democráticas e cultura democrática.

Os autores relatam exemplos da Inglaterra e dos Estados Unidos, que cumpriram estes dois requisitos, possuindo uma cultura política que se caracterizaria como uma cultura cívica, conceito central da obra, mas os autores estipulam outras tipologias possíveis de cultura política e subculturas, cada qual com suas características e as possíveis destes tipos de cultura definidos.

Sendo assim, a cultura cívica é a cultura apresentada como compatível com o modelo liberal de democracia representativa. Apesar de outros estudos posteriores criticarem alguns pressupostos deste trabalho, onde o conceito de cultura política proposta por eles é fecundo, a área de estudo citada é tida como uma referência.

Em linha de pensamento mais divergente, Roballo (2011) cita que para Almond e Coleman, existe uma divisão relevante que explica o processo de internalização dos valores da sociedade. Sendo o primeiro tipo conhecido como socialização latente e o segundo denomina-se socialização manifesta.

Ainda segundo Araújo (2009) o termo socialização latente indica que a transmissão se dá de maneira difusa e não programada e não só recebe a influência da família como também de outras instituições. Já a socialização manifesta é aquela que ocorre de maneira explícita de orientações de todas as esferas da sociedade, onde de fato a socialização latente é mais frequente dentro da família, durante a infância, mas pode ocorrer em outras instituições e grupos sociais. A socialização manifesta é uma transmissão explícita de orientações políticas, desempenhada pelas diversas agências de socialização presentes na sociedade.

Neste sentido, a partir desta perspectiva, acredita-se “diminuir a taxa de socialização latente à medida que o indivíduo cresce e amadurece” (ROBALLO, 2011, p.38). Para Morais (2017) a socialização latente ou manifesta é um dos três aspectos da socialização política destacado por este autor, as outras duas seriam a socialização como um processo constante de experiências que impactam nas atitudes políticas e que impactam mais na juventude, e o terceiro, que os padrões de socialização podem provocar unificações ou divisões na cultura política.

Sendo assim, a socialização política segue uma linha quase que de vida do indivíduo. Segundo Putnam (1996) em sua obra, “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna”, traz o conceito de capital social sobre a cultura cívica e o desenvolvimento regional da Itália, colocando a questão da influência do capital social para o desenvolvimento das sociedades, na medida em que “são práticas sociais, normas e relações de confiança que

existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como, sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação” (PUTNAM, 2005, p.177 apud MORAIS, p. 47, 2017).

Ligado a uma questão de confiança e reciprocidade, o capital social está atrelado ao processo histórico e cultural, de desenvolvimento e crescimento, individual, mas também ao processo coletivo que condicionariam profundamente o desempenho das instituições, que por sua vez está relacionado a participação cívica. Segundo Putnam (1996), uma comunidade cívica é caracterizada por intensa participação política e está fortemente ligada com o capital social e o desempenho das instituições. Sendo assim, o conceito de capital social se refere a mecanismos que podem estabelecer mediações entre as relações sociais cotidianas e o campo da política (CASTRO, 2009).

Segundo esta perspectiva, um capital social elevado favoreceria a cooperação espontânea entre os cidadãos e a confiança seria decisiva para a manutenção de relações cooperativas e de reciprocidade, sendo visto também como diretamente vinculado aos níveis de participação política. Segundo Schmidt (2000), estudos sobre o capital social em novas democracias demonstram que a socialização política é um fator importante para explicar a situação de pouca presença de confiança social, o que afetaria diretamente o capital social destas sociedades.

Segundo Baquero (2011) no Brasil nota-se uma incongruência entre o apoio a democracia e a falta de confiança nas instituições políticas, observando pouca participação política e baixa identificação com os mecanismos tradicionais de representação, favorecendo assim uma apatia política. As atitudes e orientações políticas estariam ligadas aos padrões culturalmente determinados através da construção sócio-histórica do país e internalizados pelo processo de socialização política. Ainda segundo este autor, no caso brasileiro, isto dificulta a formação de uma cultura política democrática. Estes trabalhos elencam diversas características, associadas pela literatura a traços psicossociais brasileiros que representariam vícios ao bom desempenho democrático.

É importante destacar que a formação de cidadãos assertivos com alto nível de capital social contribuiria para a estabilidade da democracia e a constituição de uma cultura política participativa. Acredita-se que a mudança na forma de socialização política, mediante maior presença de capital social nas sociedades possibilitaria uma mudança também na cultura política (BAQUERO, 2003; MORAIS, 2017; NAZZARI, 2005).

A cultura política sendo tratada como componente do sistema político no sentido de ajudar a explicar tanto a sua estabilidade quanto as suas transformações, sendo transmitida

através do processo de socialização política, sob um pressuposto de que há uma causalidade recíproca entre cultura, economia e política (SCHMIDT, 2000).

Portanto, essas características compatibilizariam com o caráter autoritário da cultura política tradicional brasileira, ou seja, a formação histórica da democracia brasileira seria assim altamente permeada por um clima de instabilidade institucional e de desconfiança cidadã. Para Schmidt (2000) a redemocratização do Brasil trouxe algumas mudanças, configurando o que chama de “cultura política híbrida”, o que não significou uma nova democracia, ou mesmo um progresso na democracia, mas inúmeras formas de tentar democratizar e com pouco sucesso.

3.2 CULTURA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: BREVE RESGATE

O objetivo de abordar inicialmente as questões da cultura Política na América Latina devem-se, fundamentalmente a dois fatores centrais. Primeiramente o fato de o Brasil estar inserido neste contexto, e receber dele toda a influência social e política e segundo, mas não menos importante, o papel da confiança da sociedade no Sistema Político.

Neste sentido, segundo Lopes (2004), cabe avaliar as mudanças políticas e sociais mundiais ocorridas nos últimos trinta anos, as quais trouxeram novamente para a agenda de pesquisas das ciências humanas e sociais, o interesse pela cultura política e o seu papel na mudança social.

De fato, temas de fundamental importância nas discussões políticas e sociais, tais como o processo de redemocratização dos países, a cultura como influência significativa para a constituição da democracia, bem como, uma maior efetividade na participação da população nas decisões políticas e um maior controle e fiscalização das ações na sociedade, têm ganhado notoriedade nas discussões tanto do meio acadêmico quanto fora dele.

Nos sistemas políticos latino-americanos o regime democrático se institucionalizou recentemente, razão pela qual evidencia raízes ainda frágeis de uma cultura política plenamente democrática. (BAQUERO, 1997, p.3). Um sistema ainda tão notadamente frágil, que alguns autores como, O’nnell (1994) apud Baquero (1997) tem chamado as democracias latino-americanas de “democracias delegativas”.

Na “democracia representativa”, os governantes eleitos, representam os eleitores, enquanto na “democracia delegativa”, os governantes, uma vez eleitos fazem prevalecer a sua vontade particular em detrimento da comunidade em um sentido amplo. (BAQUERO, 2003, p.88).

Constituiu-se uma democracia que não é o resultado de uma predisposição de privilegiar a informalidade, a apatia ou a alienação, mas da atual desordem política, econômica, social e cultural, que caracteriza a sociedade contemporânea. (BAQUERO, 2003).

A construção da república e da democracia da América Latina deu-se, entre processos de disputas e sobreposição de poder, uma questão entre elites e súditos, de subordinação e plenamente de frustração na construção de um estado:

A cultura da frustração acompanhou o processo de edificação de estados nacionais hispano-americanos, já que as elites intelectuais e políticas da região partiam de um credo ilustrado, que representava as cidadanias como sujeitos não preparados para a vida em república. Os reflexos de tantas leituras ilustradas, que reproduziam o tópico da inferioridade americana, geraram nas elites crioulas, que encabeçavam os processos de independência uma relação complexa com suas próprias comunidades, a que viam como sujeito e obstáculo para a edificação dos estados nacionais (ROJAS, 2009, p. 319).

Já na América Latina, em um esforço para criar nações, o Estado teve fundamental importância e interveio para buscar novas pessoas e criar uma cultura de identidades comuns com resultados que na sua maioria deram certo. (DOMINGUES, 2009).

A educação iniciou, seguida de manuais e mais tarde as constituições, que seriam então o espaço legal para legitimar a cidadania e a democracia, ou, para tornar possíveis, projetos de governo, capacitando-os para servir a Pátria. (CASTRO-GOMÉZ, 2000). Uma busca e complexidade entre a cidadania e a civilidade, característica, dos países da América Latina.

Porém, a democracia na América Latina continuou frágil no período após a Segunda Guerra Mundial, onde somente quatro países se mantiveram razoavelmente democráticos uma década após o início da democratização, em 1954, sendo que seu retorno se deu somente na década de 1980, no continente latino-americano, que ainda assim enfrentou na sua consolidação vários desafios. Na avaliação de Domingues.

[...] o fim das ditaduras militares e do regime do Partido Revolucionário Institucional (PRI) no México, emprestou uma importância aos arranjos constitucionais nunca vistas na América Latina, sendo o Chile uma exceção. Assembleias Constituintes foram eleitas ou Constituições anteriores, retomadas e emendadas. A democracia liberal representativa, com graus variados de regras participatórias ou de democracia direta a ela vinculadas se encontra bem sedimentada na região, acredita ele, lembrando que isso tem emergido e se consolidado em meio a muito sofrimento e lutas ferozes. (DOMINGUES, 2009, p. 70).

A cultura política da América Latina, pode ser caracterizada como sendo híbrida, assim como do Brasil, que de um lado internalizou os valores ocidentais, e de outro vive a precariedade da realidade social e econômica. (BAQUERO e MORAIS, 2015).

Nesse contexto, a formação política no Brasil deu-se entre progressos e retrocessos não seguindo uma linha contínua e uniforme sem apresentar perspectiva futura de crescimento efetivo. Apesar da Constituição de 1988 ter garantido a participação de toda a população nas questões políticas da sociedade, com liberdade de expressão, controle e fiscalização, promovendo um processo de redemocratização do país, a política não foi reconstruída.

A resposta para o dilema do brasileiro apresentar baixa confiança na política e ao mesmo tempo manifestar atitude de apoio à democracia, está num conjunto de elementos estruturais, históricos e conjunturais da formação política brasileira e na continuidade de um padrão de fazer política que torna o cidadão um mero espectador da política. (BAQUERO, CASTRO, RANINCHESKI, 2018, p. 88).

A desigualdade social, o autoritarismo e o liberalismo traduzem o que Baquero (2018) chama de democracia inercial, levando em consideração diversos fatores que impedem a cidadania de se movimentar, ou seja, uma cidadania que tudo aceita e acaba gerando, como resultado, uma democracia que chegou a um patamar e não evoluiu. O autor associa esse tipo de democracia a países em que há total ausência de recursos econômicos, aliados a uma política volátil traduzida por instituições não efetivas e por uma cultura geral de antipatia à própria política e a seus representantes.

O mau funcionamento das instituições democráticas está colocando em risco a credibilidade do próprio sistema democrático, seja pela diminuição da crença na importância da democracia na vida das pessoas, seja pelo aumento da desconfiança nas próprias instituições, particularmente os partidos políticos. Os riscos da permanência do país em um ambiente de democracia inercial estão postos. (BAQUERO, RANINCHESKI, CASTRO, 2018, p.102).

Nestes termos, torna-se fundamental ressaltar e entender a questão histórica do Brasil no que se refere ao contexto político e as relações sociais existentes, evidenciando um passado de instabilidade política e econômica.

A principal característica histórica na formação política brasileira, é sem dúvidas de aspectos de desigualdade social que se manifestaram na escravidão que somente foi abolida em 1888, ou seja, a grande concentração de riqueza na mão de poucos e a pobreza de muitos. (FONSECA, 2011).

Historicamente também, é importante destacar uma vasta linha de favorecimentos e muitas fraudes em eleições, além da ideia de que a população não tinha participação ativa, inúmeros analfabetos, que não tinham direito a voto. O cenário brasileiro da representação política sempre foi desanimador. Incluem-se nos “males da representação” e no quadro de críticas a ela, aspectos como o coronelismo, o clientelismo, a problemática dos partidos políticos e do sistema eleitoral. (BENEVIDES, 1996).

Para que se chegasse ao período de redemocratização, de 1985 a 1988, com a Constituição Federal, intercalaram-se regimes democráticos e autoritários que caracterizaram a cultura política do Brasil como híbrida, ou seja, não há uma linha reta, não se manteve uma sequência, uma forma ou uma maneira de regime.

Destaca-se também estudos internacionais, de autores como Booth e Richard (1998) apud Lopes (2004), onde os autores relatam sobre participação e democracia relacionando-as a confiança e atitudes políticas.

[...] chamam a atenção para o quanto fatores como a repressão, o desenvolvimento constitucional, o corporativismo e os esforços de mobilização do Estado afetam a ação da sociedade civil na América Latina (LINCH, 1997; OLVERA, 1997). Neste estudo, educação e nível de vida provaram ser os fatores que mais influenciam as relações verificadas entre comunalismo e normas democráticas. Os cidadãos mais pobres e menos educados, que são os mais ativos participantes de grupos comunitários, demonstram pouco comprometimento com as liberdades democráticas comparados aos cidadãos mais prósperos e mais educados. Os autores acreditam que o ativismo comunitário, sendo mais forte nos países da América Central com intensa repressão, pode gerar um tipo de sociedade civil confrontacional ou mesmo uma sociedade civil antidemocrática ou alienada. (LOPES, 2004, p.3)

Outrossim, a América Latina, em sentido generalizado Lagos (2000) utiliza-se de dados do Latino barômetro (1996) trazendo a relação de confiança e democracia na América Latina. Expõe dados que evidenciam a conformação de uma cultura política que se baseia na desconfiança e na aparência e utiliza um termo que ficou conhecido como a “máscara sorridente”, pois os países da América Latina enfrentaram guerras civis fortíssimas que acabaram por agravar a pobreza, criando uma estrutura comunal de forte repressão inibindo assim a participação dos cidadãos em grupos que exigiam certa formalidade. (LAGOS, 2000).

Portanto, a cultura política da América Latina e do Brasil, de forma mais específica, se caracterizam não apenas como inerte, conforme a literatura, mas de forma mais acentuada por ser híbrida, em que o regime se constituiu democrático, pois houveram avanços para a democracia efetiva, porém, em questões políticas e sociais o país regrediu consideravelmente.

3.3 ÚLTIMOS RETROCESSOS DEMOCRÁTICOS

O processo democrático no Brasil deu-se entre avanços e retrocessos. Não há, assim, como se falar em democracia e cidadania sem citar alguns acontecimentos históricos que fizeram do país o que este é hoje.

A ditadura militar durou 20 anos, de 1964 a 1985, e as crises políticas foram aumentando e as tensões sociais também. O novo regime mudou as instituições democráticas

do país e instaurou Atos Institucionais que funcionariam em desfavor da democracia participativa;

[...] a história do Brasil Moderno não termina aqui. Depois de 1930, virão 1945, 1964, 1985 e outras datas, simbolizando rupturas, retrocessos, aberturas. A sociedade continuou a modificar-se, em termos sociais, econômicos, políticos e culturais. O que não significa que sempre se modificou para melhor, segundo os interesses da maioria do povo. (IANNI, 2004, p.44).

Neste sentido, em 1984, começa a ressurgir a nação Brasil com o retorno das pessoas as ruas, com um fenômeno chamado “Diretas Já” que pedia a aprovação de uma Emenda Constitucional, a qual possibilitaria a eleição direta para Presidente da República, sendo que os brasileiros votaram em uma eleição para presidente de forma direta apenas em 1989.

No governo de José Sarney foi promulgada a Constituição de 1988, sendo então neste documento reinstituídos o Estado democrático e a república presidencialista.

O processo democrático que o Brasil vivenciou com a Constituição de 1988 culminou na importância do voto para a democracia, mas também na perspectiva de que não é apenas o voto que garante a participação popular e uma cidadania ativa, ou seja, uma cultura política participativa que gera confiança nas instituições políticas depende de como se dá o debate político.

Do ponto de vista da cultura política, compreender o comportamento das pessoas em épocas de eleições implica analisar como as pessoas entendem o processo político, que atitudes assumem em relação às instituições políticas e gestores públicos, bem como o comportamento efetivamente observável no campo político. A decisão de votar ou se abster numa eleição são um reflexo da forma como uma pessoa decodifica o mundo político do ponto de vista social e econômico. Nessa direção, tem se identificado o voto econômico, o voto retrospectivo, o voto prospectivo, entre outros. Tais formas de votar colocam a compreensão das razões do voto no âmago da formação da cultura política e sua relação com o progresso democrático, ou não. (BAQUERO, RANINCHESKI, CASTRO, 2018, p. 94).

Neste sentido, em 2010, Dilma Rousseff foi eleita sucessora de Lula e reeleita em 2014. Neste cenário, as eleições de 2014 se deu em um momento diferenciado, pois foram logo após as manifestações de junho de 2013, cujo questionamento inicial era o aumento das tarifas públicas de passagens de ônibus urbanos, lideradas pelo grupo do Passe Livre, a qual ganhou força e teve participantes de todas as idades e classes sociais.

Após o Movimento Brasil Livre assumiu o comando das manifestações, e o rumo dos questionamentos mudou para o caminho do individualismo e das redes sociais, onde tudo é possível ser dito.

Desta forma, o debate político pré-eleitoral se encontrava em uma situação paradoxal: milhares de jovens, em sua maioria de camadas médias urbanas, ocupando as ruas para exigir respostas coletivas para sentimentos e demandas individuais. A resultante é uma ideia difusa de mudança de tudo, de que nada do que então existia, incluindo as instituições e a própria política, era positivo, gerando um

sentimento altamente negativo. (BAQUERO, RANINCHESKI, CASTRO, 2018, p.95).

Manifestações que surpreenderam a todos, não apenas pela forma de organização, mas pela desconexão das falas, e pelo grande papel da mídia nessa situação de desqualificação da política. (CASTRO, 2018).

No entanto, no que diz respeito a questão eleitoral, a presidente Dilma Rousseff (PT) venceu as eleições, contra Aécio Neves (PSDB), em 2014. As manifestações continuaram constantes acerca do governo, o que culminou em um processo que já havia desestruturado e modificado a conjuntura e a cultura política do nosso país (CASTRO, 2018). Tal processo resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) no ano de 2016, sendo substituída pelo seu vice-presidente, Michael Temer.

Baquero (2018) fez uma análise acerca dos momentos políticos vividos pelo Brasil, e afirma que: “O Brasil é um país com déficit de pensamento liberal. Formou-se uma cultura da conveniência, isto é, sempre que necessário o uso da força, é, sempre, através do controle do Estado”. (BAQUERO et al., 2018, p.91). Neste sentido, entende-se que o Brasil acabou se desenvolvendo dependente do Estado, subjetivando uma cultura de dependência, subsistindo uma dificuldade em governar com democracia representativa. Parece que a representatividade social não cabe nos moldes democráticos atuais, há uma moldura fechada. (BAQUERO, 2005).

Embora os governos populares de Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016) tenham tentado a propositura de aplacar a desigualdade, não parecem ter sido suficientes para a construção de uma cultura mais solidária, pois os programas criados nesses governos também acabaram se tornando moeda política de troca, de uma forma ou de outra, por existir no Brasil, uma cultura distorcida de clientelismo e assistencialismo, em outras palavras, a cultura de que se espera tudo do Estado.

Sendo assim, no campo social, tal situação se materializa na desigualdade de oportunidades para as pessoas, no campo da educação, da saúde, da moradia e da qualidade de vida. (BAQUERO, 2008).

Historicamente a formação política brasileira se deu pela atuação das elites econômicas e políticas com vistas a transformar o Estado na instituição que proporcionaria não só a dinâmica do sistema capitalista como seria a salvaguarda para os períodos de crises produtivas e sociais. Uma das heranças históricas que prevalecem no Brasil é a força do Estado e das lideranças pessoais na política, além da tradição de conflitos entre visões autoritárias e liberais. (BAQUERO, 2018, p. 92).

Ou seja, desde 2013, o Brasil revive mais retrocessos em termos sociais e políticos, que segundo Ianni (2004), “a história da formação social brasileira é marcada por importantes

movimentos e lutas desde o processo de ocupação pelos portugueses, cuja lógica política tem sido caracterizada por continuidades, rupturas e inovações”.

Segundo Almeida (2019) a crise estruturada no país deu-se sobre a perspectiva das eleições de 2014, das jornadas de protesto de 2013 e da ascensão do Presidente Bolsonaro em 2018. A crise, até agora, desgastou de modo consistente a legitimidade dos políticos e da própria política. No que diz respeito aos poderes Executivo e Legislativo, um dos resultados mais indiscutíveis da atual conjuntura tem sido a desqualificação da representação política, que, por princípio, seria corrupta ou leniente com a corrupção. Trata-se da esfera estatal, onde ocorre a atuação dos agentes práticos da política institucional e do ordenamento jurídico, não que ela tenha um valor consolidado na história brasileira, mas o contrário é mais verdadeiro. (ALMEIDA, 2019).

A atividade política teve poucos momentos de prestígio na opinião pública nacional, que sempre a viu com desconfiança, quando não de modo incriminador. A perda da ética pelo campo político à esquerda, sobretudo pelo papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi de fato o ápice dessa ruptura. A partir do discurso dos setores à esquerda sobre ética na política que já se encontrava sob suspeita em alguns governos estaduais e municipais anteriores às eleições de 2002, perderam-se de maneira ainda mais consistente durante o primeiro governo Lula em 2003 e 2006, em torno do escândalo do Mensalão, cujo julgamento, e posteriormente em 2011 e 2012, pelo escândalo da Petrobrás. (ALMEIDA, 2019).

O descrédito nos políticos e na política aprofundou-se a ponto de gerar em parte da população, nas duas últimas eleições, o desejo por opções vindas de fora do sistema político ou, de maneira mais radical, contrárias a ele. (ALMEIDA, 2019).

Na sequência, ao plano da mobilização nas ruas e nas redes sociais digitais. Penso aqui nas manifestações de rua que até o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, conforme Alonso (2017), passaram por pelo menos três grandes ciclos de protestos (junho de 2013, 2015 e 2016).

Neste sentido, os que se mobilizaram para ir às ruas utilizaram com regularidade as redes digitais como plataforma de expressão, informação e discussão política por meio de opiniões e compartilhamentos, segundo Almeida (2019) mas foi nas ruas que as coisas tomaram formas e mudaram o rumo.

Porém, ir às ruas e debater nas redes digitais são participações de qualidades e efeitos distintos. Por uma série de características da comunicação virtual - a não copresença, a construção de uma face virtual, a pouca oralidade, os limites da escrita digital, enfim, a mediação tecnológica, as convicções pessoais nas redes digitais são mais contundentes e excessivas do que quando em situações face a face. Penso nos

milитantes virtuais que não se dispõem a sair do algoritmo no qual estão circunscritos. Sua eficácia está mais no reforço da rede na qual se encontram do que nas manifestações políticas públicas. Diga-se, no entanto, que, mesmo sendo menor o engajamento presencial dos mobilizados pelas redes sociais, a militância virtual foi fundamental na convocação às ruas durante os protestos, além de favorecer a formação de correntes de opinião alternativas às linhas editoriais da grande imprensa. (ALMEIDA, 2019, p.5).

Assim as Forças Armadas foram aos poucos ocupando lugar no poder durante a crise que acontecia, sendo que a maioria dos manifestantes que ali estavam a protestar contra o governo Dilma não significava adesão à intervenção militar. Contudo, no transcorrer da crise, os militares foram ocupando espaços no sistema político com a aprovação da opinião pública, já muito afetada pela insegurança causada pela criminalidade. (ALMEIDA, 2019).

Em início de 2018, os militares foram convocados por Temer para combater o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, o que recebeu forte apoio popular. No segundo semestre de 2018, eles passaram a ser alternativa de poder, via eleitoral, com o capitão reformado Jair Bolsonaro e o general da reserva Hamilton Mourão, ambos do Exército Brasileiro. Na manifestação de rua de eleitores de Bolsonaro em resposta ao evento #elenão, a uma semana da votação do primeiro turno, havia um grande boneco inflável do general Mourão percorrendo a avenida Paulista, em São Paulo. Além dele e de Bolsonaro, muitos militares e policiais também foram eleitos para os legislativos estaduais e para o federal. (ALMEIDA, 2019).

Portanto, o que se pode analisar sobre junho de 2013, é que o mesmo provocou uma profunda ruptura no sistema político e na percepção da população em relação a ele. O que não acontece a partir de algo isolado, mas que vem de processos históricos e descontentamentos, mas também em articulação com eventos anteriores e posteriores que ampliaram e aprofundaram a ruptura. A crise política no Brasil não é de hoje, está se dando como uma sequência de diversas relações na sociedade.

A eleição de Bolsonaro, como tantas outras eleições, foi o resultado de situações conjunturais e de processos estruturais, ou, em outros termos, de performance individual e de dinâmicas coletivas. Restrinjo-me agora menos ao processo eleitoral e ao eleito, e mais às condições de possibilidade do seu discurso. Mais precisamente, interessa-me elencar alguns vetores sociais que vêm configurando parte da conjuntura brasileira pelo menos desde 2013, a partir de quando “recrudescer uma sinergia entre atores sociais, um amálgama de valores culturais e uma concertação de forças políticas que configuram o que tem sido nomeado de onda conservadora”. (ALMEIDA, 2019, p.23).

Neste sentido, há uma mistura de desejos individuais e coletivos, que tanto ocorre no plano do sistema político, como também deslizou para as relações interpessoais, sobretudo da população mais mobilizada politicamente. Na conjuntura atual, muitos brasileiros, pelo menos entre aqueles que acompanham com maior atenção a política nacional, têm experienciado por

um tempo prolongado divergências políticas e morais que abalam perspectivas de credibilidade e participação dentro deste contexto.

É neste cenário que as características evidentes da democracia atual se mostram confusas e em processo de desestruturação. Remeter conceitos subjetivos como da socialização política e o resgate desses conceitos de forma histórica, se fazem necessários, não através de números, mas de uma análise qualitativa. Portanto, se faz imprescindível para o entendimento da socialização política, como um conjunto de experiências na formação de identidades, traçando uma ligação com a cidadania, para a aquisição de conhecimento político, no sentido objetivo e subjetivo, através de um processo de crenças, atitudes e/ou participação do indivíduo que acontece na sociedade, mas não necessariamente para a manutenção de um sistema, segundo conceito traçado por Almond e Verba apud Baquero (1997).

Sendo assim, os próximos tópicos seguem para a pesquisa empírica, de forma introdutória e a pesquisa propriamente dita. Estes conceitos permeiam o objeto do estudo, como a socialização política e a participação política foram explanados para embasar não apenas as respostas, mas os questionamentos que este estudo está disposto a refletir.

3.4 JOVENS: PARLAMENTO JOVEM

O fato de os jovens não possuírem os direitos políticos plenos na maioria dos países modernos, contribui para a que a juventude seja vista como uma preparação para as atividades políticas na vida adulta. A ideia de que a juventude é uma etapa ‘preparatória’ e que o jovem não é um agente político “completo” acaba sendo dominante, vendo-os como atores pré-políticos, com o processo de desenvolvimento rumo ao perfil de uma identidade adulta almejada e nas habilidades e recursos subjetivos que devem aparecer no final do processo de socialização, correspondendo ao funcionamento da sociedade dos adultos e suas instituições. (CASTRO, 2009).

Nesta perspectiva, o jovem não pode ser entendido simplesmente como um receptor de socialização política, mas como um agente político com potencial de transformar as relações políticas e agir como influência positiva, mesmo em direção a socialização política dos próprios pais e de outros colegas e indivíduos. (CASTRO, 2009; SCHMIDT, 2000; ZORZI, 2016).

Neste sentido, ver a juventude apenas como etapa de preparação para a cidadania, tendo em vista sua adequação ao sistema político vigente, não tem outra característica senão problemática, pois esta visão, potencialmente, tira da juventude o papel de agente político

transformador. A ideia de a juventude ser um agente político, com participação em projetos com uma conotação política de participação e aquisição de conhecimento e valores políticos poderá ser vista como constituição do processo de socialização política.

Tal qual, qualquer outro em igual situação, poderia não adquirir por meio de experiência que são proporcionadas na troca de informações e aquisição de conhecimento e valores políticos em programas como Vereador Mirim. Neste estudo a influência do Programa Vereador Mirim é tratada enquanto uma experiência do processo de socialização política.

De acordo com a conceituação oficial legislativa, “O Programa Vereador Mirim é um programa de formação política e cidadã destinado aos estudantes do ensino do município de Erechim, que cria para os jovens uma oportunidade de conhecer melhor a política e os instrumentos de participação no Poder Legislativo Municipal”. (RI – VEREADOR MIRIM ERECHIM, 2002).

É um programa cuja eficácia do processo de educação política proposta acontece em conjunto, para o exercício da cidadania, aprimorando-se da cultura democrática e primando pela autonomia dos jovens e adolescentes.

A mudança de percepções e atitudes políticas geradas pelo programa influenciou aparentemente as atitudes políticas de seus participantes ou suas mudanças de percepções. A análise desenvolvida demonstrou que outras agências de socialização, como a família e a escola, são importantes na formação de atitudes políticas resistentes.

Fuks (2014) chama a atenção para o fato de que programas como o Vereador Mirim e o Parlamento Jovem, podem gerar efeitos tardios em seus participantes, por ser uma instância socializadora em si.

Apesar de alguns estudos não constatarem mudanças nas atitudes políticas direta dos seus participantes, de fato o Parlamento exerce uma influência sobre aspectos distintos do comportamento político: a participação, a busca por maiores informações políticas, acréscimo no conhecimento político e o incentivo a autonomia e cidadania nos jovens participantes (BARROS e MARTINS, 2016; CASALECCHI, 2012; COSSON, 2009; FUKS, 2011; GONÇALVES, 2012; MARQUES e MEDEIROS, 2012).

Para Martins (2016) programas como o Parlamento Jovem e o Vereador Mirim são uma instância de socialização política dentro da amostra do presente estudo. Sendo o Vereador Mirim mais uma experiência constituinte da socialização política significativa destes jovens, que apesar de não ser definitiva e de carecer de dados para que se possa mensurar sua importância, este não deixa de cumprir um significativo papel enquanto uma experiência potencialmente marcante e acumuladora de conhecimentos políticos.

Os agentes de socialização presentes na literatura dos estudos referentes a socialização política de jovens serão apresentados no capítulo a seguir.

3.5 A NÃO EXCLUSIVIDADE DE ERECHIM: O PROGRAMA VEREADOR MIRIM DE BLUMENAU E O PROGRAMA ESCOLA DO LEGISLATIVO NO RIO GRANDE DO SUL – DEPUTADO POR UM DIA

A integração política na sociedade permeia a educação de adolescentes e jovens através de instituições, como o Programa Vereador Mirim, que existem em todo o Brasil, não apenas em nível Municipal, mas também a nível Estadual e Federal, fazendo com que esses programas aproximem o legislativo da representatividade jovem. As pesquisas sobre parlamento jovem e a juventude no legislativo ainda são poucos, mas denotam que há projetos acontecendo e que sua relevância é grande para a construção da cidadania.

Estudo sobre o projeto Jovem Senador Brasileiro, abordando egressos das edições anuais de 2011 a 2014, também indica que os egressos passam a ter maior interesse “por notícias e informações sobre o governo, as leis e a política em geral”, além de praticamente a totalidade dos Jovens Senadores se sentirem mais inclinados a exercer sua cidadania, após a participação no projeto. (ODDONE, 2015, p.32).

Neste sentido, percebe-se que algumas experiências em locais onde os projetos e programas são similares e comuns, o intuito é formar os jovens para a cidadania e, democraticamente, para a representatividade. Ser inserido em um ambiente político desde criança é uma oportunidade de contato e conhecimento com os pressupostos que permeiam esta área, para mais tarde, com melhor qualidade e conhecimento, exercer escolhas na esfera política.

O Programa Vereador Mirim é um Programa da Câmara Legislativa de Erechim, sendo a mesma parte de um todo, juntamente com o Executivo, que elege a cada quatro anos 17 vereadores e conta, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, com 77.597 eleitores (TSE, 2021).

A primeira Legislatura das Câmaras de vereadores iniciou-se em 1947 e seu mandato estendeu-se até 1952, depois seguiram as Legislaturas de 1952 a 1956, de 1956 a 1960, e a de 1960 a 1964, todas eleitas por sufrágio universal e secreto. Com a Revolução Redentora de 1964, que instituiu o Governo Militar, foram extintos os Partidos Políticos existentes, e criado o Bipartidarismo (ARENA e MDB). Onde seguiram as Legislaturas de 1969 a 1972 (com onze vereadores), a de 1973 a 1977 (com quinze vereadores), e a de 1977 a 1983 (com quinze vereadores). Em 1979, foi extinto o Bipartidarismo (ARENA e MDB), sendo criados vários partidos, entre eles o PDS, o PMDB, o PDT, o PT, entre outros. A legislatura de 1983 a 1988 (com dezenove vereadores), foi um período de transição para o Multipartidarismo. No período pós Governo Militar já atuaram as Legislaturas de 1989 a 1992 (com vinte e um membros), a de 1993 a 1996 (com dezessete membros), de 1997 a 2000 (com vinte e um membros), a de 2001 a 2004 (com vinte e um vereadores), a de 2005 a 2008 (com dez membros), a de 2009 a 2012 (com 10 membros), a de 2013 a 2016

(com 17 membros), e a atual iniciada em 2017 (com 17 membros), todas imbuídas dos princípios democráticos e sociais, estabelecidos na Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988. Como demonstrado ao longo da História do Legislativo Erechinense, ele sempre foi um marco da democracia e na defesa dos direitos sociais e da liberdade individual, mesmo nos mais nefastos períodos da História Brasileira, sempre lutando para seguir o seu Lema: "POVO SEM PARLAMENTO É POVO ESCRAVO". (SISTEMA DE APOIO LEGISLATIVO, 2021).

Atualmente, conta com uma legislatura de 17 vereadores eleitos a cada quatro anos, onde a missão é “Trabalhar para a construção de uma sociedade democrática, legislando e fiscalizando em favor do bem comum, da pluralidade e da cidadania plena”. (SISTEMA DE APOIO LEGISLATIVO, 2021).

Tendo como norte a participação efetiva em projetos que visam o aprendizado político, de forma a adquirir valores através da troca de informações e de experiências vivenciadas dentro do parlamento, o programa perpassa pelo processo de socialização política que prepara os jovens e adolescentes para uma cidadania participativa.

Um exemplo é, ainda, o programa Vereador Mirim de Blumenau, inspiração para a criação do Programa de Erechim, o qual foi criado pelo Decreto nº. 382 de 1999, pioneiro em Santa Catarina e referência em todo o Brasil, pelo seu formato de legislatura anual, ou seja, cada vereador mirim tem mandato de um ano.

O programa formou até hoje mais de 270 vereadores mirins representantes de 85 escolas da cidade. Além de promover a aproximação entre a Câmara de Vereadores e as escolas, os alunos vivenciam o cotidiano da Administração Pública, na troca de experiências e na formação pessoal. (VEREADOR MIRIM BLUMENAU, 2020).

Todos os anos são eleitos 15 vereadores mirins e 15 suplentes que recebem cursos de formação continuada, como oratória técnica legislativa, redação oficial, entre outros. Os parlamentares mirins participam de sessões solenes, ordinárias e itinerantes em que debatem e elaboram projetos de lei e requerimentos relacionados às suas escolas e à comunidade blumenauense. Neste sentido a participação no programa é para alunos matriculados na rede municipal, estadual ou particular de ensino de Blumenau, entre o 6º e o 8º ano do ensino fundamental, desde que tenham idade inferior a 15 anos. (VEREADOR MIRIM BLUMENAU, 2020).

Outrossim, na perspectiva estadual, a Escola do Legislativo no Estado do Rio Grande do Sul, também proporciona embasamento a este trabalho, dado que é um projeto que busca a formação cidadã. Criada pelo Deputado Romildo Bolzan, por meio da Resolução de Mesa nº 438/2001, tem a finalidade de promover a soberania do Parlamento, com características escolares.

O diferencial são as características escolares dentro do legislativo, inaugurada em 11 de dezembro de 2001 e funcionando no térreo da Câmara de deputados de Porto Alegre com capacidade para 40 pessoas. Possuindo, através da Resolução n° 725/2006, o projeto político-pedagógico, a escola do legislativo atua no sentido de participação no Programa Deputado Por Um Dia. A inscrição é feita por formulário eletrônico, em que os jovens estudantes, a partir do 7º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio das escolas das redes pública ou privada do Estado do Rio Grande do Sul, se inscrevem e podem vivenciar a experiência de elaborar, discutir e votar Projetos de Lei na Sessão Plenária do estudante e as escolas são escolhidas por sorteio, no final de cada sessão plenária do estudante antecedente. (ESCOLA DO LEGISLATIVO POA, 2020).

Portanto, essas experiências levam ao debate o objeto deste estudo, o Vereador Mirim de Erechim. Embora inspirado no Programa de Blumenau, a perspectiva e o acompanhamento para a participação das escolas são indispensáveis para sua continuidade, sendo que outro diferencial é que o programa, objeto deste estudo, não tem função político-pedagógica, ou seja, apesar de possuir características que remetem a sua função de formação política pedagógica, não há projeto que delimita tal função.

3.6 O PROGRAMA VEREADOR MIRIM DE ERECHIM

A política acontece em todo lugar e de diversas formas, já a socialização política depende de instituições socializadoras para sua disseminação. Embora se aprende política em todos os ambientes em que se convive, a estruturação e a base para uma formação cidadã que proporcione o desenvolvimento direcionado e a qualidade de escolha, passa por instituições cujo objetivo seja interligar educação e cidadania.

Instituições socializadoras, como o Programa Vereador Mirim de Erechim, de Blumenau e a Escola do Legislativo de Porto Alegre têm a característica de formar para a cidadania. O Programa Vereador Mirim iniciou com o Decreto Legislativo n°. 218 de 18 de abril de 2000, que “Cria a figura do vereador mirim por um dia a sessão plenária do estudante e dá outras providências”, alterado pela Resolução Legislativa n°. 302 de 25 de março de 2008, que vigora atualmente; “Regulamenta o Programa Vereador Mirim e dá outras providências” onde define critérios, quantidade de sessões e complementa o Regimento Interno dos Vereadores Mirins. (VEREADOR MIRIM ERECHIM, 2020).

Esse programa busca a participação de adolescentes e jovens de escolas da rede pública e privada, na busca pela formação para a cidadania, bem como, na perspectiva de uma

educação política. (VEREADOR MIRIM ERECHIM, 2020).

Outro fator importante é que a participação no programa fica condicionada ao aceite das escolas, sendo o convite direcionado as coordenações escolares públicas e privadas do Município. Os jovens e adolescentes passam por um processo eleitoral em suas respectivas escolas, para o mandato de um ano como Vereador Mirim na Câmara Legislativa do município, podendo participar adolescentes e jovens do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental. (VEREADOR MIRIM ERECHIM, 2020).

Um plausível detalhe do Vereador Mirim é que é mantido com recursos do Poder Legislativo, com gastos mínimos de transportes e alimentação aos estudantes em dia de sessão, e é administrado e ministrado pela Coordenação Legislativa da Câmara de Vereadores, ou seja, não é administrada pelos vereadores, embora tenham contato e convívio com esses, inclusive para formatar as solicitações.

Conforme Quadro 1, ocorreram diversas alterações no Programa Vereador Mirim desde a sua criação, no ano de 2000, até data atual.

Quadro 1: Histórico do Programa Vereador Mirim (PVM) – Erechim/RS

Ano	Alterações
2000	Criado a figura do Vereador Mirim por um dia;
2003	Nova apresentação Projeto e aprovação, através da Resolução nº 291/2003 e posterior alteração através da Resolução nº 292/2003 – Ocorre a Primeira eleição;
2008	Revogação das Resoluções nº 291 e nº 292 pelo Projeto Resolução 302/2008 – Programa fica parado;
2012	Ocorreu nova eleição e Programa para novamente;
2017	Programa foi retomado com as parcerias com as escolas;
2018	Programa seguiu com as eleições e parcerias com escolas;
2019	Programa seguiu e a novidade são as Sessões Itinerantes.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Todas as alterações seguiam para que o programa se aproximasse cada vez mais das escolas, mostrando aos estudantes diversas realidades, visto que, estabelecer essa integração é alcançar possíveis melhores resultados quanto à participação.

A discussão de temas diversos e sua aplicabilidade prática vivenciando as funções de um vereador e exercendo papel político e democrático, dentro do contexto social em que cada vereador mirim vive, são atividades cotidianas vivenciadas por vereadores mirins eleitos. Ou seja, o intuito é promover a cidadania, em um espaço público de direito e de interdisciplinaridade, onde o Legislativo exerce a função educativa cidadã, além de fiscalizar e ser propulsor da lei, em uma perspectiva de valores, de moral e de ética.

O objeto de estudo desta pesquisa, são os jovens e adolescentes eleitos do ano de 2019 que atuaram na Câmara Legislativa Mirim no ano de 2020, eleitos na data de 11 de outubro de 2019, nas escolas, e em novembro do mesmo ano, diplomados, em sessão especial.

Ao adentrar no próximo capítulo será apresentado os elementos que tornam exequível a realização deste trabalho como: o tipo de pesquisa, as formas de coleta dos dados, a construção e análise dos dados, as variáveis, a amostra e principalmente, as justificativas das escolhas, os procedimentos para o desenvolvimento e obtenção do resultado deste estudo. Cabe destacar que as escolhas metodológicas abordadas neste capítulo não foram tomadas de modo aleatório, pois são partes fundamentais que garantem e fundamentam a rigorosidade científica desta dissertação.

4 DE QUEM ESTAMOS FALANDO?

Este capítulo é dedicado à construção, análise e discussão de parte qualitativa dos dados provenientes dessa pesquisa de campo, contendo também dados quantitativos em menor proporção. A partir disso, serão apresentadas as reflexões, relações e discussões vinculadas ao problema de pesquisa, buscando atingir os objetivos propostos no início desta dissertação.

Dessa forma, será traçado o perfil dos participantes do Programa Vereador Mirim que acontece junto ao Poder Legislativo, em parceria com as escolas da cidade de Erechim/RS, feito através de características pessoais e socioeconômicas encontradas por meio da aplicação de uma entrevista semiestruturada com questões fechadas e abertas.

Ainda, neste capítulo, serão realizadas articulações do perfil encontrado com as bases teóricas e os aspectos interdisciplinares dessa pesquisa, oferecendo, dessa forma, aspectos e características relevantes para a análise de conteúdo abordada no próximo capítulo.

4.1 A PESQUISA

O rigor científico é parte de todo processo de pesquisa, porém é importante dizer que as pesquisas científicas partem de pressupostos da realidade do pesquisador na medida em que ela é a atividade básica da ciência, na indagação e construção da realidade, visto que, nada pode ter sido um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. (MINAYO, 2013, p. 16).

Não se deve partir de um único objetivo e nem à busca de repostas definitivas. O ponto de origem de uma investigação científica é a questão que não possui resposta evidente, que, segundo Gatti (2001) e André (2007) ela deve atender a critérios de relevância científica e social, devendo estar fundamentada teoricamente e acrescentar novos conhecimentos aos já existentes.

Tratando-se de um Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar, se fazem necessários alguns apontamentos em relação ao fazer científico, enquanto objeto de pesquisa em um contexto interdisciplinar universitário.

O fazer científico é tão importante em um contexto de universidade, que neste primeiro momento, a aproximação conceitual do termo interdisciplinaridade, utiliza-se de complexidade e incompletude, nas palavras de Cesco et al. (2014), o qual trata-a nos seguintes termos:

A interdisciplinaridade não é a simples soma de diversas áreas disciplinares e a mistura de seus conceitos e representações. As práticas interdisciplinares em cada programa de pós-graduação passam por suas objetividades e subjetividades intrínsecas e com suas autonomias relativas, pensando-as, assim, em suas incompletudes e alteridades. (CESCO et al., 2014, p. 3).

Assim, a interdisciplinaridade consiste, na não existência sozinha, individualizada, ou seja, o fato de não trabalhar uma disciplina sozinha, de não olhar um objeto de um jeito apenas, de uma única forma, mas de diversas formas e de diversos olhares, é o que fundamenta o termo em questão. O conceito de interdisciplinaridade, no contexto atual nos faz pensar em diversas nuances que o conhecimento científico apresenta e pode apresentar.

Santos (1988), expõe alguns questionamentos que são pertinentes à área interdisciplinar, e que levam a crer que o que se fala e estuda fará mudar algo dentro do universo, ou por que se estuda? Por que fazer Ciência, por que a Ciência de um, é mais importante que de outros? Como se mede essa importância? Ainda, o autor compara às crianças, que questionam coisas simples e profundamente sábias e que nos trazem de volta a realidade, que muitas vezes de tanto responder, pode-se esquecer de perguntar. No entanto, enquanto pesquisadores, a grande questão imposta é a de que não se busca apenas respostas, mas também em busca de perguntas.

Tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e de percorrer, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer, mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade. (SANTOS, 1988, p. 20).

Mais do que dizer ao mundo por que estamos aqui, é perguntar, por que estamos aqui? Aborda o autor supracitado, acerca do verdadeiro sentido da pesquisa nas Ciências Humanas, traçando uma linha que se desenha no campo mais vasto do perguntar, que vai além daquilo que se espera de um pesquisador, além de algo mecanizado e preestabelecido e padronizado, não são perguntas com respostas, é preciso pensar.

[...] de novo regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou colectivos, cria-se e usa-se para dar sentido às práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso; e tem-se finalmente o perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático da vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade. (SANTOS, 1988, p. 60).

O que a ciência faz pela sociedade, o que se faz com as pesquisas, para que servem as perguntas, para que servem as respostas? É nesse sentido que a interdisciplinaridade é trazida para o discurso, para olhar o objeto em análise com diversos olhares, em que o objeto em

questão seria a cidadania sendo pesquisada, sobre os olhares de quem pensa a educação, a sociologia, o direito e a ciência política.

Esse é o cerne desta pesquisa, um delinear de encontro entre a socialização política, na consolidação dos direitos e a democratização, após o encontro com o processo educacional para a cidadania, em valores éticos e morais. A compreensão da interdisciplinaridade como campo de elaboração do saber se faz importante, uma vez que a pesquisa nos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas é resultado de esforços na área de produção de saber.

Segundo Santos (1988), o paradigma da pesquisa científica preside a racionalidade moderna, sendo que ela foi geopoliticamente localizada na Europa, sendo constituída a partir da revolução científica do século XVI, fundamentalmente no domínio das ciências naturais. Somente três séculos depois tal modelo de racionalidade ampliou-se às ciências sociais e aos estudos humanísticos. (SANTOS, 1988).

Ainda, para Santos (1988) essa divisão denota a ostensiva busca pela fragmentação e pela especialização do escopo das pesquisas científicas e promovendo a constituição de novas e mais específicas áreas do conhecimento, divididas em disciplinas independentes, cada uma reclamando para si, por meio de métodos, teorias e formas de análise próprias, o status de ciência.

A interdisciplinaridade percebe o mundo através de aproximações acerca de um objeto que é à base de qualquer discussão e de produção de um saber científico entre investigados e investigadores que se unem em um fazer científico a partir do princípio da discutibilidade. Demo (1995) expressa que o fazer científico nas ciências humanas é estar atento para uma rigorosidade teórico-metodológica, mas também perceber que só é científico o que pode ser discutido e questionado.

Nesse sentido, volta-se ao início dessa discussão, em que se questionava sobre o porquê da pesquisa e a grande importância de saber fazer a pergunta certa, *a socialização política é capaz de motivar a participação política de adolescentes e jovens?* Uma vez que os objetos da pesquisa foram jovens e adolescentes que se utilizam de um programa no Poder Legislativo denominado Vereador Mirim, e para tanto o que se quer saber de forma interdisciplinar, é o papel da socialização política na motivação desses jovens, na formação de atitudes e comportamentos políticos, bem como na democracia recente.

Sendo que esta pesquisa se insere em um Programa de Pós-graduação Interdisciplinar, aliado ao escopo de investigação sobre a formação política e cidadã de adolescentes busca-se uma postura de pesquisa interdisciplinar. Entretanto, não se procura apresentar uma definição

única sobre o conceito de interdisciplinaridade, dada a sua complexidade, nem limitar a dinâmica da proposta, estabelecendo limites da prática do conhecimento que será adquirido nesse processo.

Por inúmeras vezes a produção de ciência e a interdisciplinaridade andam juntas e para entender um processo e realmente aplicá-lo com êxito é preciso muitas vezes pesquisá-lo. A valorização da ciência se dá através daquilo que a mesma produz de resultados, mas também daquilo que a mesma produz de investigação ao longo do processo, a sociedade é uma eterna construção e pesquisar a realidade dentro daquilo que a mesma apresenta é um privilégio produzir conhecimento científico inserido em um ambiente popular, que ao mesmo tempo é científico e torna cientistas. (DEMO, 1995).

A interdisciplinaridade encontra-se ainda petrificada na questão escolar e, portanto, trabalhá-la tanto nas escolas quanto fora dela, nas próprias universidades, é um desafio que se encontra em processo de superação e construção. É com certeza um processo que envolverá um questionamento de tudo que foi imposto, implicando simultaneamente na forma de ensinar e na fronteira de disciplinas e conteúdo, ou seja, ser interdisciplinar, não é ser apenas interdisciplinar.

Ou seja, é preciso comunicar com um, ou mais autores (as) e disciplinas para conversar, concordar e divergir, ser possível ultrapassar os muros escolares e transcender o que delimitam as disciplinas. Para isso, o processo investigativo deve buscar respostas e exige planejamento e disciplina para delinear o trajeto a ser construído e percorrido pela pesquisa, sendo esses aspectos fundamentais para entrelaçar perguntas e respostas. Sendo assim, para compreender e correlacionar os objetos é que optamos pela realização de uma pesquisa do tipo descritivo analítica.

A pesquisa descritiva analítica é um tipo de pesquisa que objetiva a descrição das características de determinada população ou fenômeno, proporcionando análises a partir de dados, e permitindo a correlação entre esses dados obtidos. (GIL, 2002). Assim, como para Triviños (1987, p. 110), esse tipo de pesquisa é muito utilizado em estudos do campo da educação, uma vez que possibilita descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, conhecendo as características, agentes, problemas e espaços.

Com relação ao procedimento da pesquisa, optamos pela realização de um estudo de campo, isso em virtude de que é um método flexível que de acordo com Gil (2002, p. 53):

[...] o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não necessariamente é geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que

ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

Essa escolha pondera que entre as vantagens da pesquisa de campo estão os levantamentos e (re)conhecimento da realidade, na sua integralidade. Além disso, há as questões relacionadas a profundidade com que o pesquisador pode observar e refletir sobre os fatos, possibilitando uma riqueza na análise da conjuntura do problema de pesquisa.

Outrossim, cabe destacar que essa pesquisa é de caráter interdisciplinar, uma vez que, para Silva (2011, p. 587): “A interdisciplinaridade, em sentido restrito, caracteriza-se pela utilização de elementos ou recursos de duas ou mais disciplinas para a operacionalização de um procedimento investigativo”. Análise que converge com Polon e Polon (2017, p. 190), ao considerar que:

[...] nas abordagens interdisciplinares não se visa a diluição dos conhecimentos específicos historicamente construídos pelos campos da ciência, mas sim um diálogo favorável à compreensão dos fenômenos sociais de forma relacional. Entende-se que cada disciplina possui um viés epistemológico particular, bem como métodos próprios para atingir os fins especificados na estrutura de cada disciplina.

Sendo assim, essa é a característica que é identificada na construção desta pesquisa, através do diálogo existente entre as áreas da educação, ciência política, direito e sociologia, relacionadas às pautas públicas. Isso porque, “As Humanidades são, portanto, uma tentativa de construção do conhecimento complexo, promovendo o diálogo entre as disciplinas na formação do sujeito e as Ciências Humanas como um conjunto de conhecimentos com objetos relativos à “natureza humana”. (POLON e POLON, 2017, p. 186).

Neste sentido, a *práxis* é também importantíssima para a promoção de diálogo entre as diferentes áreas de conhecimento, o que contribui para uma formação cultural, social e intelectual. E dessa maneira, oferecem condições do fazer científico interdisciplinar através da autonomia científica, do exercício da cidadania e da participação social enquanto sujeitos críticos e agentes dos processos científicos, socioculturais e educativos.

4.2 COMO CHEGAMOS AO NOSSO OBJETO DE PESQUISA – LUGAR E SUJEITOS

O estudo de campo desta pesquisa foi realizado na cidade de Erechim/RS, devido a aproximação da pesquisadora com o objeto de pesquisa, mas também, por ser a cidade sede do *Campus* da UFFS, que oferece o Programa Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), no qual está inserido esta pesquisa.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a microrregião geográfica de Erechim localiza-se na região Sul do Brasil, mais especificamente na porção setentrional do estado do Rio Grande do Sul. Pertencente a Mesorregião Noroeste Rio-grandense, faz divisa com as seguintes microrregiões: ao norte com a microrregião de Concórdia, estado de Santa Catarina; ao leste com a microrregião de Sananduva; ao sul com a microrregião de Passo Fundo; ao oeste com a microrregião de Frederico Westphalen e a noroeste com a microrregião de Chapecó, estado de Santa Catarina.

Segundo dados do Cidade-Brasil (2021), o município se estende por 430,7 km² e contava com 105.862 habitantes no último censo, em 2020. A densidade demográfica é de 245,8 habitantes por km² no território do município. (CIDADE BRASIL, 2021). Erechim é uma cidade considerada por alguns estudiosos como referência por abranger outras cidades em sua estrutura de atendimento, tanto na área da saúde, quanto na área de educação por exemplo, o Hospital da cidade, a Fundação Hospitalar Santa Teresinha, é regional, atendendo diversos municípios da região Alto Uruguai, e alunos que vem de outras cidades para fazer o ensino superior em Erechim.

Erechim é o maior e mais populoso município da região e exerce uma atração muito forte nos demais municípios, pois oferece muitos serviços e tem um setor comercial diversificado. Também, como centro regional, congrega órgãos estaduais e federais e, como representação regional, torna-se um local de intermediação entre os grandes centros urbanos e as pequenas cidades da região. A cidade com sua atratividade promove um movimento pendular diário, além das migrações permanentes já apontadas. Este movimento pendular, sendo diário ou semanal tem como principal característica o retorno ao fim do período para o município de residência. Isso se deve, principalmente, pelos serviços de saúde, a exemplo do Hospital Santa Teresinha, que é referência para mais de 30 municípios e sua abrangência extrapola a área da microrregião geográfica de Erechim. Além disso, na área da educação Erechim também exerce destaque, especialmente no ensino técnico e no ensino superior. Isso se idealiza com um crescente número de instituições públicas e privadas, que oferecem alternativas de cursos variados, atraindo principalmente a população jovem da região. (MUELLER e OUTROS, 2017, p.12).

Conforme o Perfil das Cidades Gaúchas (2019), em documento elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) com o objetivo de disponibilizar informações sobre o perfil socioeconômico dos municípios, o qual compila dados oficiais de outras fontes, o município de Erechim tem o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de 0,80, considerando indicadores de saúde, educação e renda. Por sua vez, seu Produto Interno Bruto (PIB) representa 1,06 do total do PIB do Estado do Rio Grande do Sul. A economia local baseia-se principalmente no setor industrial, seguida pela prestação de serviços e comércio.

Em informações da Prefeitura Municipal de Erechim, o setor terciário, formado pelo comércio e a prestação de serviços, abriga mais de 6.700 estabelecimentos. A atividade comercial da cidade contribui com 17,85% da arrecadação do município. O setor de serviços também merece destaque, já que o índice da porcentagem na economia duplicou em dez anos, chegando a 39,16%. Este é, também, o que mais emprega: cerca de 10.000 trabalhadores. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2018).

O setor primário reúne atualmente 6,39% da arrecadação municipal e a cidade contém cerca de 2.520 pequenos produtores. Eles produzem basicamente soja, milho, trigo, feijão, cevada e frutas e criam aves, bovinos e suínos. A economia agrícola diminuiu consideravelmente nos últimos 20 anos, associada ao desenvolvimento urbano e à crise do cooperativismo regional. O tamanho das propriedades também é consideravelmente baixo, segundo estimativas, 95% dos locais de cultivo da região não tem área maior que 100 hectares. As plantas com maior área de hectares, são respectivamente: milho, soja, trigo, cevada e feijão. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2018).

Na área educacional, conta com o campus da Universidade Regional Integrada a mais de 25 anos, o Campus da Universidade Federal Fronteira Sul a mais de 10 anos e o campus do IFRS. Conscientes de seus papéis como indutores do desenvolvimento local e regional, tais instituições buscam aprimorar suas áreas de atuação, aliando-se às políticas do Ministério da Educação, a fim de contribuir com a educação profissional e com a comunidade regional. Portanto, essas características relevantes justificaram a escolha do local de pesquisa, e ainda a cidade conta com o Programa Vereador Mirim e com a adesão das escolas a este.

Com relação aos sujeitos de pesquisa, o critério de seleção, foram os eleitos no ano de 2019. Dessa maneira, determinamos a amostra da pesquisa como um universo definido de acordo com os objetivos do presente estudo. Isso, com a finalidade de permitir a construção de uma análise sociológica baseada em um estudo de campo do Programa Vereador Mirim. Programa que, atende 34 (trinta e quatro jovens e adolescentes por ano) do município de Erechim/RS. Para fins desse estudo, foram selecionados 17 (dezessete) jovens e adolescentes que atenderam o critério estabelecidos pela pesquisa, ou seja, o critério estabelecido foi a totalidade de eleitos no ano de 2019, 17 jovens e adolescentes.

4.3 TÉCNICA UTILIZADA NA PESQUISA

Quanto à técnica da pesquisa para a coleta e análise dos dados, optou-se pela utilização de uma entrevista, tendo como instrumento o questionário semiestruturado, que cumpre a

demanda do problema de pesquisa destacado neste estudo. O questionário foi aplicado e analisado de modo a estabelecer relação com o conteúdo teórico deste estudo.

A entrevista foi utilizada com o objetivo de obter informações e dados mais aprofundados sobre os impactos socioculturais, reflexões e perspectivas dos participantes deste estudo de campo. A pesquisa foi conduzida a partir de um roteiro de questões que buscou do entrevistado motivos, benefícios, sentimentos e percepções que tem com relação a esse Programa, bem como sobre política e socialização política dentro de um contexto atual de participação.

No presente estudo, ganham destaque, no contexto de socialização política, as agências e/ou ambientes socializadores tratados em todo texto, como a família, a escola, o bairro (comunidade) e ainda, o meio de comunicação (TV), bem como o objeto de pesquisa, o Programa Vereador Mirim, sendo estes os espaços discutidos a seguir.

A metodologia tratou de iniciar em um processo de identificação da pesquisadora, bem como da universidade, para com os entrevistados, buscando a resposta quanto a possível participação ou não nas entrevistas.

Após esta etapa, que se realizou por via Whatsapp, devido a Pandemia de Covid-19, aguardou-se o retorno dos que se disponibilizassem a participar, sendo que as mensagens foram direcionadas aos 17 vereadores mirins da Legislatura de 2020.

Obteve-se retorno positivo de 64%, ou seja, dos 17 vereadores mirins, 11 aceitaram participar das entrevistas. Na sequência, aos que aceitaram, foi agendada a entrevista, e encaminhado o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, também via Whatsapp, para que os pais tivessem ciência, bem como a solicitação para que os pais ou responsáveis estivessem junto na hora da entrevista.

E assim em cada horário marcado e no decorrer dos meses de outubro e novembro, realizaram-se as entrevistas via whatsapp, as quais foram gravadas e posteriormente transcritas por esta pesquisadora, inicialmente com a ajuda de um programa wintscript, mas não ficando bem transcritas foram transcritas pela autora.

Quanto ao número de entrevistados, o convite foi realizado aos 17 eleitos no ano de 2019, porém a participação foi aceita por 11 sujeitos, os demais restringiram sua participação em virtude do momento de Pandemia¹ de Covid-19 vivenciada.

¹ Pandemia - Segundo a OMS, uma pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença. O termo é utilizado quando uma epidemia – grande surto que afeta uma região – se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.

As entrevistas foram intermediadas pela pesquisadora num total de 19 (dezenove) questões (Apêndice). Esta foi gravada em recursos de áudio, mediante a concordância oral, após envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice).

Em seguida a realização dos procedimentos práticos e legais dessa entrevista, foi realizada a transcrição das falas dos sujeitos entrevistados, de acordo com as suas reflexões, análises, colocações, palavras, gírias, oclutações e silêncios gravados nessa etapa. Por fim, cabe destacar que nesse estudo de campo, foram consideradas também as percepções da pesquisadora.

Com relação a ética desta pesquisa, os participantes somente puderam responder a entrevista após a leitura e o aceite dos termos descritos no TCLE. Antes da aplicação da entrevista foram consideradas as questões éticas que envolvem a pesquisa, como a validação e aprovação do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (Anexo 1).

Dessa forma, os/as participantes da pesquisa tiveram garantias previstas na Resolução nº 466/2012, que trata de pesquisas científicas que envolvem seres humanos, dentre elas: a garantia do anonimato; do sigilo; do direito de desistir de não responder o a entrevista; bem como do livre acesso aos dados quando de seu interesse, mediante a apresentação de um TCLE, que ficou salvo no aplicativo de WhatsApp, enviados aos que aceitaram participar da pesquisa.

4.4 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise das entrevistas, optou-se em utilizar o método de análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011), na medida em que esse método permite oscilar entre a objetividade e a subjetividade, podendo “[...]ser uma análise dos “significados” (a exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos “significantes” (análise lexical, análise dos procedimentos).” (BARDIN, 2011, p. 41).

Considerando-se que essa técnica permite uma maior flexibilidade na análise dos resultados apresentados por esta pesquisa, ao passo que essa é uma técnica que consiste em.

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência (BARDIN, 2011, p. 15).

Neste sentido, após a transcrição das entrevistas, foi possível a análise de conteúdo. Para isso, seguiu-se as orientações das três etapas para a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011): 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento do material e interpretações.

Durante o processo de pré-análise foi possível identificar algumas categorias recorrentes, isto é, palavras e sentidos que se repetiam ao longo da entrevista. Na segunda etapa do processo de análise de conteúdo, as informações foram sistematizadas, onde buscou-se dialogar com a base teórica já apresentada.

No procedimento final de análise dos dados qualitativos, adicionou-se trechos selecionados para desenvolver e articular interpretações com as bases teóricas e as demais etapas de pesquisa. Por fim, dialogando com conceitos-chaves da sociologia e educação, pode-se analisar e discutir a respeito do problema de pesquisa apresentado anteriormente. Além disso, esse processo permitiu que, além de respostas, fossem identificados novos problemas e possibilidades de pesquisa.

Nas próximas sessões abordar-se-á o tratamento dos dados encontrados no estudo de campo. Para isso, dividiu-se em dois capítulos “De quem estamos falando?” e “Como jovem e adolescente, o que me move? Investigação, conhecimento e percepções de mundo político e democrático”. Neste primeiro capítulo de análise tratou-se de breves dados quantitativos da pesquisa para a construção de um perfil dos participantes do Programa Vereador Mirim. No segundo momento, realizou-se a análise qualitativa do estudo de campo, em que, para isso, construiu-se categorias de análise a partir de Laurence Bardin (2011).

4.5 OS JOVENS E ADOLESCENTES DA PESQUISA?

Iniciando a exploração dos dados obtidos na entrevista (Apêndice 1) apresentam-se quais sujeitos estão sendo tratados, sendo eles, os participantes do Programa Vereador Mirim, eleitos no ano de 2019, da cidade de Erechim - RS. A partir dessa seleção prévia e intencional, apresenta-se um grupo de 17 participantes inscritos e assíduos, porém apenas 11 sujeitos² aceitaram participar da entrevista.

Acerca do perfil dos respondentes verificou-se que, dos 11 participantes, apenas 4 são do sexo masculino, o que demonstra que se tem um grupo majoritariamente feminino, com 7 participantes. Na Tabela 1 pode-se verificar as médias de idade dos sujeitos.

² Sujeitos da pesquisa foram identificados através do pseudônimo Vereador A, Vereador B, Vereador C e assim sucessivamente.

Tabela 1: Distribuição dos entrevistados por sexo e idade

	HOMENS	MULHERES
Número de entrevistados	4	7
Médias das idades	13 anos	13,57 anos

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

A respeito da faixa etária do grupo entrevistado, não se observou uma amplitude significativa entre as idades mínima e máxima, variando estas de 11 a 15 anos.

No entanto, as percepções da pesquisa de campo mostraram que a idade deve ser utilizada apenas como um marcador cronológico e não como um marcador de condição de vida do sujeito. Isso porque, as condições sofrem influência de diferentes fatores, os quais podem ser biológicos, econômicos, históricos ou culturais.

Quanto à questão de cor da pele utilizou-se o princípio de autoidentificação adotada pelo IBGE (2013), considerando-se que assim é possível respeitar as percepções dos participantes com relação a cor da pele ou raça, permitindo que eles mesmos se autodeterminem. Levando em conta o direito de resposta dos participantes, em que foram 10 que se autodeclararam brancos e 1 que se autodeclarou pardo.

Quanto à trajetória escolar, cabe destacar que todos os entrevistados estudam em escolas públicas, ou seja, o Programa se estende a escolas públicas e particulares, porém é preciso aderir ao Programa, e no ano de 2019, a adesão ocorreu por parte apenas das escolas públicas, mas pode-se citar que em outros anos, escolas particulares também participaram e aderiram ao Programa.

A pesquisa não contou com questões para análise socioeconômica dos sujeitos, porém tratou de forma subjetiva em um questionamento sobre a profissão dos pais, cujo objetivo foi a busca pelo entendimento de questões econômicas, sem precisar perguntar quanto ou qual é o salário dos pais. Neste sentido, o Quadro 2 apresenta as profissões que foram citadas.

Quadro 2: Questões Socioeconômicas Subjetivas

PAIS/RESPONSÁVEIS	PROFISSÃO
PAIS/RESPONSÁVEIS	Dentista/ Vendedor
PAIS/RESPONSÁVEIS	Desempregada/ Motorista
PAIS/RESPONSÁVEIS	Analista de RH/Advogado

PAIS/RESPONSÁVEIS	Faxineira/Pintor
PAIS/RESPONSÁVEIS	Gerente Máquinas/Desempregado
PAIS/RESPONSÁVEIS	Doméstica/ Montador
PAIS/RESPONSÁVEIS	Cuidadora/Motorista
PAIS/RESPONSÁVEIS	Auxiliar de Limpeza/Construtor Civil
PAIS/RESPONSÁVEIS	Funcionários Públicos
PAIS/RESPONSÁVEIS	Agricultores
PAIS/RESPONSÁVEIS	Professora/Radialista

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

A partir desta estrutura, a visualização é de uma classe socioeconômica em evolução, sendo que o Município de Erechim possui um PIB de R\$ 4.946.250,14 (mil), dados de 2018 da (FEE). Entende-se assim, o perfil de jovens e adolescentes da escola pública como um perfil em evolução, dado inclusive a estrutura da cidade em oferecer Universidade Federal e o incentivo à participação política através de Programas como este que acontece no Legislativo.

Outro fator importante é que as escolas públicas são situadas em locais estratégicos, ou seja, a escola fica em um ponto central de alguns bairros, sendo que apenas um dos entrevistados é estudante de escola pública situada na zona rural.

A partir dessas informações conseguimos analisar e entender o contexto de algumas respostas subsequentes. O fato de estar localizado em um meio é deixar-se influenciar por este. (BRANDÃO, 1996).

Na próxima sessão serão tratadas as questões mais específicas da socialização política, da democracia e do envolvimento dos entrevistados com o Programa Vereador Mirim.

5 COMO JOVEM E ADOLESCENTE, O QUE ME MOVE? INVESTIGAÇÃO, CONHECIMENTO E PERCEPÇÕES DE MUNDO POLÍTICO E DEMOCRÁTICO

Este capítulo é dedicado à apresentação e análise de conteúdo produzido a partir das entrevistas, em que os jovens e adolescentes expõem suas percepções e vivências. Buscou-se construir um processo de conhecimentos e percepções de mundo a partir das entrevistas com os participantes, não apenas de maneira particular, mas a respeito do tema problema desta pesquisa. Para isso, utilizou-se questionário de perguntas semiestruturadas e abertas, elaborado pela pesquisadora.

O capítulo se organiza de tal modo que, inicialmente os (as) entrevistados (as) são apresentados (as), usando-se de nome fictício, sua idade e sexo, para fins de organizar a construção da análise e situar o leitor no transcorrer do texto. Em seguida é realizada a apresentação das categorias construídas durante a análise de conteúdo pelas respostas obtidas no processo investigativo das entrevistas. Após, algumas das vozes desses sujeitos serão utilizadas como instrumentos de análise para discutir os elementos e percepções explícitos e implícitos em suas respostas.

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme a metodologia de trabalho utilizada, a amostra entrevistada foi determinada de maneira intencional, procurando acolher as percepções dos diferentes sujeitos participantes do Programa Vereador Mirim, levando-se em consideração que cada sujeito apresenta características peculiares com diferenças tanto individuais, quanto coletivas, que devem ser observadas na análise. Isso porque mesmo que todos estivessem no mesmo programa, moram em diferentes bairros da cidade e interior, bem como frequentam diversas escolas, caracterizando distintas questões culturais e territoriais.

O método, que durante a fase de pré-análise, ofereceu subsídios e instrumentos que possibilitaram a construção de categorias de análise a partir da transcrição dos dados, foi a análise de conteúdo. Elegeu-se categorias que permitiram identificar e analisar aspectos dos quais respondem ao problema de pesquisa exposto na introdução dessa dissertação.

Sendo assim, durante a exploração dos dados na fase de pré-análise foi possível identificar aspectos que levaram a construção de 5 categorias de análise para essa pesquisa, as quais podem ser observadas no Quadro 3.

Quadro 3: Categorias de análise

Categoria de análise	Resumo
Categoria 1: Primeiros contatos	Experiência familiar Experiência pessoal
Categoria 2: Vivências na comunidade – Bairro	Transformações Experiências – positivas e negativas
Categoria 3: Aprendizados, inserção sociocultural, diálogos e vivências no ambiente escolar e fora dele	Experiência
Categoria 4: Atualidade	Relação de motivação ambientes externos Interação
Categoria 5: Cidadania: e oportunidades	Convívio social e político Motivação Inserção social Aprendizados Oportunidades

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A construção das categorias deu-se a partir da pré-análise das entrevistas, observando-se a problemática em questão, que dá o mote central desta pesquisa, assim como, seus objetivos, geral e específicos, anteriormente definidos.

Na sequência, passa-se a análise e diálogo com os referenciais teóricos e demais etapas de investigação dessa dissertação, procurando identificar respostas e argumentos para as perguntas apresentadas como problema dessa pesquisa, sendo este diretamente relacionado a motivação da participação de jovens e adolescentes em um contexto político atual.

5.2 ATRAVÉS DO OLHAR DO ENTREVISTADO

A construção dessa primeira categoria de análise partiu das questões referentes as primeiras percepções e compreensões acerca do que é e como se dá esse processo de socialização na vida dos sujeitos participantes da pesquisa. Também essa categoria buscou conhecer as experiências de iniciação e interação, bem como reconhecer a política na vida dos entrevistados, até chegar ao Programa Vereador Mirim.

Ehamn (1980) também chama a atenção para a influência do ambiente escolar na criação de atitudes políticas em seus estudos, destacando fatores tais como: o clima em sala de aula, a organização escolar e a participação dos estudantes em atividades escolares.

Mas, é nas escolas públicas, que historicamente ocorre a formação de lideranças estudantis e as quais possibilitam o ingresso na vida pública. Sob este ponto Alves (2010) analisa o ato de liderar como:

[...] habilidade que se aprende. É um instrumento de capacitação pessoal que precisa estar presente em todos os segmentos da instituição e reforça o trabalho coletivo. A escola com forte potencial de liderança é o diferencial para uma gestão de qualidade. Sendo essa responsabilidade de todos que fazem a educação, mesmo que o gestor seja o articulador do processo, cabe a cada um intensificar sua participação e progredir na sua atuação como agente de mudanças. (ALVES 2010, p. 13).

Neste sentido, inicia-se a apresentação e discussão da primeira categoria: Primeiros contatos, transcrevendo as respostas obtidas a partir da pergunta: *Qual seu primeiro contato com a política?* Na expectativa de que esta pergunta estivesse apenas nesta categoria, porém a partir de algumas respostas obtidas, estará presente também em outra categoria, pois conforme pode-se observar que o primeiro contato com a política, não se deu apenas no ambiente familiar.

Foi no Vereador Mirim (Vereador A)
Meu tio foi prefeito de Barão de Cotegipe. (Vereador B)
Quando via falar na TV e rádio sobre as eleições. (Vereador C)
Através do Vereador Mirim (Vereador D)
Foi em 2016 quando meu tio se candidatou a vereador. (Vereador E)
Através do Vereador Mirim. (Vereador F)
Eu acho que foi em propaganda na televisão. (Vereador G)
Com a política eu acho que o maior contato foi no Vereador Mirim, e o primeiro contato que eu tive foi uma eleição mesmo com a minha mãe. (Vereador H)
Através do Vereador Mirim (Vereador I)
Foi com o projeto vereador mirim. (Vereador J)
O contato foi em 2019, ano passado, com o projeto do vereador. (Vereador K)

Sendo assim, a partir da leitura das transcrições acima, percebe-se que alguns dos participantes tiveram seu primeiro contato com a política, ou partem do entendimento de que o contato em si aconteceu através do Programa Vereador Mirim. Outros citam que foi através da família, o que nos relembram as teorias de socialização de Baquero (1997), onde a família tem a função de ser uma das principais agências de socialização, especialmente no período inicial da vida dos indivíduos.

Mais ainda, por não ocorrer julgamentos, manteve-se apenas as respostas que denotam que a família não foi apenas a primeira agência socializadora, mas a mais citada. Para tanto, ao falar de família, pode-se relatar Giddens (1998, p. 190) que a define como “um grupo de pessoas diretamente ligadas por nexos de parentesco, cujos membros adultos assumem a responsabilidade do cuidado dos filhos”.

E apesar deste arranjo familiar passar por mudanças comparada a estrutura nuclear, tal qual a maior proporção de famílias monoparentais, o ganho de direitos das crianças, o

aumento do número de divórcios e de segundas núpcias, a instituição familiar continua sendo a instituição mais confiável e os pais continuam sendo referências fundamentais nas vidas dos jovens. (SCHMIDT, 2000).

Assim, é interessante neste debate a obra de Fuks (2012), o qual analisa o efeito do padrão de influência dos ambientes socializadores, seja escolar e/ou familiar, sobre três dimensões do perfil político dos jovens: o conhecimento político, a participação política e as atitudes políticas, onde a conclusão do autor é o ativismo, em que a participação dos pais e o hábito de conversa em casa e com seus pares sobre política e, junto ao ambiente escolar, tem influência direta sobre o conhecimento político dos jovens, possuindo estes um forte potencial explicativo, ou seja, de influência.

Sendo assim, entendemos que a participação política é influenciada diretamente pela atuação política também dos pais e características individuais, como o hábito de conversar sobre a eficácia política subjetiva do indivíduo em participar de ações políticas cotidianas.

Outrossim, quanto a ideia de acompanhar campanhas políticas, as respostas ficaram entre “sim”, e “não”, prevalecendo o “não”, quando perguntados: *Se acompanham campanhas políticas?*

Baquero (2003, 2007, 2011) relata a ideia de que no Brasil se nota uma incongruência entre o apoio a democracia e a falta de confiança nas instituições políticas, observando-se pouca participação política, baixa identificação com os mecanismos tradicionais de representação, favorecendo assim uma apatia política. As atitudes e orientações políticas estariam ligadas aos padrões culturalmente determinados através da construção sócio-histórica do país, e internalizados pelo processo de socialização política, que segundo este autor, no caso brasileiro, isto dificulta a formação de uma cultura política democrática.

Ou seja, acompanhar o andamento e o ambiente político do Brasil, faz com que se tenha maiores argumentos e maior potencialidade, no sentido de defender, sejam direitos ou deveres. O fato de não acompanharem o que está acontecendo e quem são os representantes, denota a falta de interesse desde a adolescência, marca significativa em parcela significativa da população brasileira.

Ainda, quando questionados sobre *acompanharem seus pais para exercer o voto*, obteve-se como resposta uma porcentagem de 70% sim e 30% não, sendo que o sim, veio acompanhado de argumentações e vagas lembranças.

Acho que sim, mas era muito pequeno. (Vereador D)

Não cheguei a entrar na sessão, mas esperei no lado de fora. (Vereador G)

Com minha mãe algumas vezes. (Vereador F)

Portanto, essa primeira vivência, em que o exercício obrigatório do voto é outro fator relevante levantado por este estudo, a influência dos pais cresce na medida em que as suas orientações são reforçadas por outros agentes de socialização, sejam estes professores ou amigos com orientações não convergentes ou convergentes. Quando esta conversão ocorre, o poder de influência dos pais aumenta, ao passo que, à medida que novos valores são introduzidos por amigos, a influência familiar diminui.

Além disso, a pesquisa mostrou que há esperança em relação aos benefícios do voto, quando questionados sobre se acompanham os pais para exercer o voto e em outro questionamento a seguir em que foi questionado se acreditam nos partidos políticos. Embora as perguntas não se relacionem de forma direta com o voto, existe uma subjetividade quanto a percepção sobre a melhora do Brasil, mostrando uma postura de esperança quanto ao futuro de nosso país.

A inserção de jovens e adolescentes em ambientes que despertem a curiosidade sobre o assunto política ou mesmo sobre a vivência política acarreta maior motivação em estar nesses ambientes. A identificação se dá através de experiências que se não vivenciadas, também não passam a ser rejeitadas na sua totalidade, falando da ideia de participação política e democrática.

Paralelamente, ao iniciar a Segunda Categoria, que são as Vivências na Comunidade e no Bairro, pode-se descrever como sendo secundárias, apoiando-nos em Baquero (1997) que coloca a perspectiva da socialização política de duas formas, de estruturação e de primazia, que vem de encontro ao questionamento: *Se há conversas sobre política no bairro ou na comunidade, com os amigos?* Os retornos foram predominantemente negativos e os que responderam, “sim”, não conseguiram explicar além.

Sim a gente fala pouco assim porque cada um tem a sua opinião, mas aqui na minha família toda, a minha família está lá a gente fala, fala algumas vezes sobre política, mas nada muito profundo porque cada um tem sua opinião. (Vereador K)

Ou seja, vive-se a política quase que de forma inconsciente, além de não falar sobre ela. Neste sentido as teorias de socialização destacam a inegável influência da família no processo de socialização dos indivíduos e conseqüentemente na socialização política, mas não podemos pressupor pelos dados que esse ambiente onde a temática política estejam presentes ou não, que a motivação seja generalizada e promova a participação futura em ambientes mais politizados ou não.

De acordo com Schmidt (2012), essas vivências e desfechos sócio históricos e culturais quando associados a fatores internos e externos, podem tornar a juventude

participativa ou não, na busca por resoluções de eventos cotidianos. E por isso, cada vez menos a participação da juventude no meio político. Aos que acreditam, a desilusão, aos que não acreditam, o descrédito.

A formação cidadã e crítica de maneira subjetiva e até objetiva é influenciada através de fatores, como ambiente onde vivem e o contexto de classe média baixa, como é o perfil dos sujeitos entrevistados.

Bem como na Terceira Categoria - Aprendizados, inserção sociocultural, diálogos e vivências no ambiente escolar e fora dele - em que a pergunta basilar se deu no sentido - *Existe conversas com os amigos, e se na escola falam sobre política?*

As vezes sim. Como você sabe, eu sou vereadora mirim, eu tenho um amigo que também é vereador mirim, e a gente acaba conversando. (Vereador A)

Tem um pouco, mas não é muito discutido. (Vereador B)

Sim, com os amigos sim, na escola em si não. (Vereador C)

Com os amigos, eu acho, as vezes em quando, entra o assunto, mas é bem repentino. Na escola, as vezes em filosofia cai o tema política, mas daí é 1500 antes de Cristo, muito antigamente, dificilmente cai nos dias de hoje. (Vereador D)

De modo geral sim, mas não envolvendo partido político nada. (Vereador E)

Com amigos não, na escola, só sobre vereador mirim. (Vereador F)

Com os amigos de vez em quando, na escola no geral não. (Vereador G)

Com meus amigos de vez em quando até a gente acaba conversando, na escola os professores oralmente tentam falar sobre a política não quotidianos de certas tiras como perto das eleições, vezes em que acontece alguma coisa política. Eles tentam explicar até o começo dos vereadores mirins, antes de qualquer um tomar decisões explicaram para nós. Mas normalmente nesses tempos também eles não gostam muito. Eles tocam no assunto, mas não é tão presente. (Vereador H)

Com os amigos bastante e na escola as vezes. (Vereador I)

Com amigos pouco, na escola não, muito raro isso acontecer. (Vereador J)

Com os amigos, comenta alguma coisa, porque cada um tem a sua opinião, na escola, além do Vereador Mirim na escola não muito, só o básico. (Vereador K)

Em outras palavras, nas repostas acima coexiste uma conversa mesmo que superficial com os amigos, contudo a escola é ainda a instituição principal, como propulsora cidadã e social no debate das questões políticas.

Acresce que o ambiente escolar onde a ideia de cidadania e democracia estão ou deveriam estar mais evidentes fica à mercê do mínimo, com raras conversas e poucas disciplinas que tratam especificamente do assunto. Não se pode deixar de citar de que é nos espaços escolares que acontecem movimentos estudantis importantes e que fazem parte da ideia de socialização política, ou seja,

o que permitiu aos estudantes desempenhar este papel [de militante] foi justamente aquilo que é por muitos apontado como a “falha” do movimento estudantil. Em outras palavras, é a situação de transitoriedade, de descompromisso relativo com o processo de produção, de ausência de responsabilidade – em grande parte – para com o sustento de uma família que faz do estudante um ator político de maior mobilidade, da maior “agilidade”, se quiser, que pode atuar quando outros segmentos da sociedade, pelos mais variados motivos, estão impedidos de fazê-lo (MENDES Jr., 1982, p. 8-9).

Neste sentido, é importante destacar que a ideia de civilidade está embutida em momentos escolares, mas quando se traça a ideia de democracia e cidadania, ou seja, a vivência política participativa, limita-se a movimentos estudantis, cujas respostas não vieram nessa linha e as disciplinas ofertadas pela escola, que também não chegam a atender a demanda devido à baixa carga horária ofertada.

Sendo assim, observa-se que na escola não se fala ou pouco se fala sobre/de política e os estudantes que não são influenciados a participarem de projetos políticos pelos seus professores, somados a escola que não trabalha e não discute a política, acabam condicionados a repetir o que ouvem, sem interpretação, replicando a perspectiva de descomprometimento com a ideia de democracia.

Outrossim, ao adentrar na Quarta Categoria – Atualidade e no questionamento: *Os atuais governos te estimulam a estar no ambiente político?* Apenas um dos entrevistados respondeu que sim e sem muita argumentação, os demais dizem que não ou que não sabem responder.

Não, também não. (Vereador A)

Sim, sim. (Vereador B)

Não (Vereador C)

Não, muitas ver as notícias de corrupção e lavagem de dinheiro então eu não gostaria de entrar nesse ramo (Vereador D)

No caso de eu entrar pra melhorar sim (Vereador E)

Não (Vereador F)

Acho que o governo do município um pouco, porque tem vários projetos, mas do estado não muito. (Vereador G)

Não muito (Vereador H)

Não (Vereador I)

Não (Vereador J)

Não sei responder essa pergunta (Vereador J)

Portanto, é uma discussão quanto aos governos atuais e a influência desses no contexto atual político, ou seja, se o contexto atual é positivo ou negativo para participação política dos adolescentes e jovens?

Sendo assim o Programa Vereador Mirim acontece desde 2001, não apenas em Erechim, mas também no Estado do Paraná e em Porto Alegre, exemplos trazidos neste trabalho. Ou seja, a motivação é a mudança, o contexto atual não influencia positivamente a participação, mas acaba fazendo com que não desistam para “não piorar”.

Para além disso, no questionamento com a pergunta: *Se interessa por política? Se sim, por quê?* As repostas ficaram mais consistentes.

Sim, porque quando eu crescer quero ser psicóloga ou vereadora e também quero ajudar. (Vereador A)

Eu gosto de participar do programa vereador mirim, pra poder ajudar em alguma coisa. (Vereador B)

- Sim. Pra ajudar melhorar as pessoas e a cidade. (Vereador C)*
Não (Vereador D)
Me interesse sim um pouco pelo conhecimento que se adquire mesmo. (Vereador E)
Eu me interesse principalmente pra ajudar a minha escola e por isso estou no PMD.
(Vereador F)
Não porque não porque não tenho muito a vocação pra isso. Não me chama a
atenção. (Vereador G)
Eu me interesse pela política pelo próprio fato de que é ela que faz todo o trabalho
na cidade nas nossas ruas e tudo mais. Eu tenho que saber sobre política tem um
interesse que me interessar por ela e eu acho que todo mundo deveria se interessar.
Casa que é o trabalho que é obrigatório basicamente os políticos de certa forma são
algo que a gente precisa. Eu diria que tem que estar bem minha parte política nós
temos que saber nós temos que saber bastante coisa sobre ela. Então eu que posso.
Eu aceito a política e eu penso nela passando pelo que acontece com o nosso povo.
Por causa de todos os fatores que ela acaba fazendo o nosso cotidiano. (Vereador H)
Não, porque os políticos não falam a verdade. (Vereador I)
Acho que sim, mas teve uma época que não, mas mudei o meu conceito porque
descobri que pra mudar alguma coisa no mundo eu vou ter que pelo menos votar,
porque é isso que gira o mundo. (Vereador J)
Sim. Procurei saber no geral o que acontece, mas nada muito profundo. (Vereador K)

Desta forma, a partir das falas dos participantes pode-se identificar que mesmo com as dificuldades encontradas, ainda há um interesse pela política de modo geral. Chama a atenção a resposta, *não, porque os políticos não falam a verdade. (Vereador I)*, ressaltando uma camada de jovens e adolescentes que desacreditam nos políticos.

Florentino (2008), corrobora com Baquero (2011), ao destacarem que a desconfiança e o afastamento da política institucional por parte dos jovens não significam necessariamente uma alienação ou despoltização, mas uma crítica ao fato de que o sistema político não tem conseguido dar respostas aos seus anseios e necessidades. Eles parecem dizer que a política representativa deve se reinventar, caso queira garantir a participação de um número maior de pessoas, inclusive dos jovens.

E ainda na fala do adolescente, *“Acho que sim, mas teve uma época que não, mas mudei o meu conceito porque descobri que pra mudar alguma coisa no mundo eu vou ter que pelo menos votar, porque é isso que gira o mundo”*. (Vereador J), traz o amadurecimento de ideias e inclusive atitudes, após participar do programa, ou seja, assim como outras respostas e que correspondem a adolescentes, este também não acreditava nos políticos, e na política.

Diferente daqueles que desacreditam da política representativa, ou não são motivados a dela participar, é verdadeiro que aqueles que estão inseridos em grupos ou movimentos tradicionais, ou de estudantes, ou o próprio programa Vereador Mirim destacam a importância que o programa e a institucionalidade das distintas organizações democráticas possuem para a realização das transformações sociais necessárias.

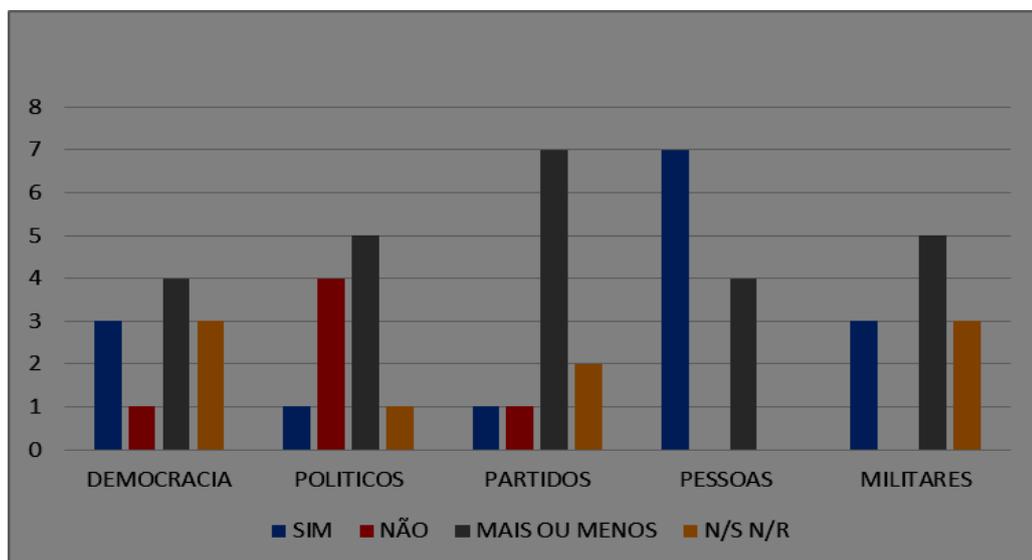
Mais do que trazê-los a uma realidade diferente, é torná-los donos de suas próprias opiniões, conhecedores do que estão fazendo e decidindo, na construção da sociedade, na construção da cidadania.

Para tanto, a cidadania e a sociedade não se constroem sozinhas, nesta perspectiva foi elaborado o questionamento de nº 12, onde o objetivo principal era saber se os entrevistados acreditam:

- a) Na democracia:
 Sim Não Mais ou Menos N/S N/R
- b) Nos políticos:
 Sim Não Mais ou Menos N/S N/R
- c) Nos partidos:
 Sim Não Mais ou Menos N/S N/R
- d) Nas pessoas:
 Sim Não Mais ou Menos N/S N/R
- e) Nos militares:
 Sim Não Mais ou Menos N/S N/R
- (Perguntas que basearam Gráfico 01*)

As respostas permitiram a construção de um gráfico discutido na Quarta Categoria, ou seja, Motivação – Ambiente Externo – Interação, onde identificou-se a correlação com a construção de uma sociedade que se dá através de pessoas, de partidos políticos e de políticos, demonstrando a importância da democracia nesse contexto e ainda o crédito ou não nos militares. Neste contexto, fica evidenciado nas respostas o pouco envolvimento com os temas tratados, não como falta de conhecimento, mas como pouco envolvimento para formulação de uma resposta mais complexa dos temas que envolvem a democracia.

Gráfico 1: Democracia e credibilidades



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O mesmo questionamento foi utilizado por Baquero (1997) a um grupo de adolescentes e destaca-se aqui a consciência de que se tratava de um número maior de entrevistados, bem como a idade que possuíam era discrepante, tendo a partir de 15 anos. Mas com essas diferenças, por que a comparação? Porque se trata dos mesmos questionamentos e de um contexto de pesquisa que se assemelha, ou seja, buscou-se saber sobre socialização política, sobre a construção da cidadania e ainda se percebe no contexto atual, mesmo que em momentos (tempos) diferentes, semelhanças na forma de pensamento de adolescentes e jovens quanto aos assuntos políticos.

Portanto, o resultado da pesquisa que Baquero traz é que do mesmo questionamento e de 1100 entrevistados, 29% acreditam na democracia, 34% acreditam mais ou menos, 18% responderam que depende e 14% não acreditam e ainda 4% não responderam. Quanto ao acreditar nos políticos, apenas 1% disse que sim, 18% disseram que acreditam mais ou menos, 39% que depende e 37% que não acredita e 5% não responderam. Nos partidos políticos apenas 3% acreditam, 20% responderam que mais ou menos, 39% que depende e 33% que não acreditam e ainda 6% não responderam. Nas pessoas 23% disseram que acreditam, 38% que acreditam mais ou menos, 28% que depende e apenas 6% responderam que não, e 4% não responderam. E quanto aos militares, 14% acreditam, e 28% mais ou menos, 25% que depende e que não acreditam 29%.

Pertinente a observação de que em 1993, ano em que foi realizada a pesquisa citada por Baquero (1997), o Brasil vivenciava um período pós impeachment/renúncia do Governo Collor. Período de transições, conturbado em questões econômicas e políticas.

No Gráfico 1 observa-se que, dos entrevistados 4 acreditam tanto na democracia, quanto nos militares e ainda 1 a mais acreditam “mais ou menos” nos militares, ou seja, o gráfico do contexto atual evidencia um retrocesso democrático. E por que retrocesso? Porque observa-se que durante 20 anos uma ditadura militar parece ter sido esquecida ou não está sendo lembrada de maneira objetiva.

Outrossim, no mesmo gráfico as respostas vieram em que 8 dos entrevistados acreditam nas pessoas e na mesma proporção sobre “mais ou menos” de crédito nos partidos políticos, neste momento é que o debate se torna enraizado no sentido de articular sobre a importância do programa vereador mirim e sua influência no futuro de jovens e adolescentes. Embora a comparação com o gráfico de Baquero 1993, tenha diferentes proporções qualitativas não se pode deixar de observar que os entrevistados desta pesquisa são jovens socializadores de outros jovens pelo contexto em que estão inseridos.

Doutra maneira, já na Quinta Categoria, Cidadania e Oportunidades – para falar da experiência como vereador Mirim, a pergunta foi - *Por que se candidatou para ser um vereador mirim?*

Também achei interessante, porque gosto de participar de coisa nova e também pra ajudar a escola. (Vereador B)

Para fazer melhorias na cidade algumas mudanças e o que as pessoas queriam. (Vereador C)

Candidatei. Na verdade, foi escolhida por ser uma pessoa de confiança que poderia assim me dedicar a esse trabalho. (Vereador E)

Pra ajudar a minha escola. (Vereador F)

Eu me candidatei para ser vereador porque eu queria entender a política um pouco mais adentro, estando no meio da política. Também aqui eu achei que talvez eu conseguiria fazer alguma coisa que ela não estava sendo feita vezes ajudar as pessoas. Vários projetos já vinham na minha cabeça tanto na escola que precisaria de certas coisas quanto na nossa própria nas nossas praças nas ruas com jeito que a comunicação entre pessoas muitas coisas que eu acho que eu quis entrar na política pra entender e para fazer. (Vereador H)

Me candidate pra ser uma vereadora mirim porque achei muito legal a ideia do que seria e as coisas que a gente poderia fazer porque no vereador mirim a gente está representando o bairro a nossa família, então acho bem legal o projeto em si que a gente, que eu participo. (Vereador K)

De fato, a partir das transcrições, pode-se observar que os jovens e adolescentes desejam ser vistos não apenas como juventude, mas como agentes políticos e como juventude participativa. Concepções que dialogam com as considerações do estudo de Castro, que traz “a ideia de que a juventude é uma etapa ‘preparatória’ e que o jovem não é um agente político ‘completo’ acaba sendo a dominante, vendo-os como atores pré-políticos, com o processo de desenvolvimento rumo ao perfil de uma identidade adulta almejada e nas habilidades e recursos subjetivos que devem aparecer no final do processo de socialização, correspondendo ao funcionamento da sociedade dos adultos e suas instituições (CASTRO, 2009).

Os participantes conheciam pouco o poder Legislativo antes do Programa, pois as respostas variaram entre “mais ou menos” e “não sei”. A juventude deseja ser agente político, com participação em projetos com uma conotação política de mudança e melhora e mais ainda, com aquisição de conhecimento e valores políticos.

Neste sentido, ser vista na constituinte do processo de socialização política em que o indivíduo está inserido, tal qual qualquer outro em igual situação, teria experiência que proporciona troca de informações e aquisição de conhecimento e valores políticos.

E apesar de, neste trabalho, não nos debruçarmos sobre a influência do Projeto Parlamento Jovem, por não ser o objetivo, ele é tratado aqui enquanto uma experiência constituinte do processo de socialização política.

Por fim, tendo em vista o encerramento dos questionamentos: *Agora participando do programa vereador mirim sente-se com mais condições de opinar na vida política do seu município?*

Cara, não sei. (Vereador A)

Eu acho que sim, porque eu consigo falar mais, depois de ter falado na escola.

(Vereador B)

Sim. Agora eu sei como funcionam as leis e os impostos essas coisas e eu me sinto mais segura pra falar sobre. (Vereador C)

Sim, tenho mais ideias, o que abordar melhor, e eu sei como fazer isso. (Vereador D)

Mais ou menos do mesmo jeito eu a minha cabeça pirou porque na hora em que eu fui como vereador Mirim queria me candidatar. Eu via vários projetos e achei que teria um pouco mais de força como sendo vereadores mirins. Mas parece que eles ainda não me davam muita importância. Eles não se consideram crianças o que nós somos é claro. Só que as nossas ideias ainda se parecem que são um pouco rejeitadas. A gente tem mais facilidade para falar com as pessoas porque acho que elas se abrem mais para a gente. Mas mesmo assim somos tratados de um jeito. Quando não participamos tanto quanto nós queríamos mesmo sendo mais direto à mídia neste momento eu acho que eu não ia participar dos debates, no entanto relativas é tratado como uma criança de vários itens também pelo motivo uma vez que acabou acontecendo eles não me deixaram fazer nada mesmo deixaram que eu canto. Serão cinco ideias para quando acabar. Nós temos um monte de ideias para quando tivesse corona vírus na vida. Nós tínhamos ideias no meio dele, mas nós não podíamos falar nada para casa que eles teriam as suas próprias ideias então acho que mesmo sendo vereador mirim eu ainda não tive tanta voz. (Vereador H)

De certa forma é assim. Tem um pouco de voz lá dentro. (Vereador J)

Denota-se nas entrelinhas da entrevista o desejo por serem mais da maioria dos participantes através de respostas entusiasmadas, ou da angústia por NÃO parecer *REAL*, (*explicitou: não ser real no sentido de que o Vereador Mirim parece uma brincadeira muitas vezes, para esse entrevistado, sendo que o mesmo desejaria decidir e opinar sobre mais coisas*) conforme cita o Vereador H, e também o desabafo quando coloca que “gostaria de ter mais voz”.

Considerando as dificuldades comuns vivenciadas por todos os que participam de qualquer processo associativo (falta de tempo, dificuldade em mobilizar, etc.), chamamos a atenção para aquelas que se vinculam à condição juvenil e que por eles foram destacadas: as dificuldades na relação com a família e as desconfianças geracionais. Tanto a falta de apoio familiar quanto o fato de não serem escutados – mesmo no interior do movimento de que fazem parte – revelam uma desconfiança geracional que demarca muitas vezes o limite da participação desses jovens no cenário público e político. (MESQUITA et al., 2016, p.9).

Ou seja, o jovem não pode ser entendido simplesmente como um receptor de socialização política, quer também ser visto como a juventude participativa no meio político. Como ator político, o jovem tem o potencial de transformar as relações políticas e agir como influência positiva mesmo em direção a socialização política dos próprios pais e de outros colegas e indivíduos.

Ao finalizar os questionamentos: *Como cidadão representante de um grupo de estudantes eleitos (as) a partir do voto, você se sente responsável por aqueles que te elegeram na escola?*

Não sei explicar, mas me sinto responsável pelo que vamos fazer na escola pois estou representando a escola. Não estou vendo que eu possa ajudar a escola.
(Vereador A)

Porque aqui e assim, a gente falou os projetos e a gente quer realizar e ajudar as pessoas, eu e meu suplente tem que realizar o que a gente prometeu. (Vereador B)

Sim. Eu acho que eu tenho que fazer assim e eles acham que deve fazer, tipo colocar poste em alguma rua, banco lixeira, alguma coisa, eles me ajudaram a chegar lá agora tenho que ajudar a melhorar a vida deles. (Vereador C)

Eles botaram confiança em mim, principalmente os diretores da escola, principalmente os diretores da escola. (Vereador D)

Sim, pois acreditaram na minha potência e na minha capacidade. (Vereador E)

Sim. Me sinto responsável e a responsabilidade de ajudar. Eles me elegeram acreditando que podia fazer alguma coisa quero cumprir isso. (Vereador F)

Porque eles tiveram confiança de votar em mim, porque além da minha campanha eu pedi opinião das pessoas e selecionei algumas coisas boas para levar adiante.
(Vereador G)

De certa forma sim por causa que eu me interesso por causa que eles me elegeram porque acreditaram em mim. Como eu falei antes tinha que tinha idade para falar que as pessoas diziam que eu fui eleito. Isso me deixou muito feliz. Então eu acho que eu deveria ideia deles e passar pra política. Eu sinto um representante deles, mas não sinto que estou representando tão bem quanto eu queria tanto pelo fato de estar política quanto pelo próprio jeito de ser. Mas eu me sinto responsável por eles e por isso ter votado em mim. (Vereador H)

Me sinto responsável, depositaram a confiança em mim. (Vereador I)

Olha eu me sinto sabe que o programa engloba muito todo os bairros com as escolas particulares não podem fazer coisas só para sua escola do bairro ou para um local específico, não só para a escola, mas sim eu me sinto responsável para fazer alguma coisa. (Vereador J)

Sim, me sinto responsável porque eles voltarem em mim. Eles estão repassando pra mim uma responsabilidade e tentar ajudar a minha turma minha escola fazer melhorias que possam dizer que venham a melhorar a vida deles também na escola.
(Vereador K)

Deste modo, apesar de não serem constatadas mudanças nas atitudes políticas de forma direta e imediata dos participantes, em alguns estudos o Parlamento exerce uma influência sobre aspectos distintos do comportamento político futuro: o de participação, a buscar por maiores informações políticas, acréscimo no conhecimento político e o incentivando a autonomia e cidadania nos jovens participantes (BARROS e MARTINS, 2016; CASALECCHI, 2012; COSSON, 2009; FUKS, 2011; GONÇALVES, 2012; MARQUES e MEDEIROS, 2012).

São sujeitos que começam a entender a responsabilidade de representação, de dizer a que vieram e porque vieram: o significado de representatividade. A pesquisa no seu decorrer denotou a intencionalidade dos sujeitos pesquisados e que os que ali estão, atentam ao compromisso não estar apenas por estar, mas por atuar.

Evidencia-se nas repostas, desta forma, que o Vereador Mirim se constitui mais que uma experiência de socialização política significativa de jovens, mas o resultado de uma motivação que coexiste apesar do contexto atual. É uma experiência que não deixa de cumprir um significativo papel enquanto potencialmente marcante e acumuladora de conhecimentos político.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada em torno da motivação de jovens e adolescentes que participam de um Programa intitulado Vereador Mirim, diante do contexto atual, denotam a importância da intervenção e investigação social.

Com a intenção de identificar as percepções e reflexões acerca dessa motivação para o exercício da cidadania de jovens e adolescentes da cidade de Erechim/RS foi necessário revisitar conceitos teóricos e dos dados coletados no trabalho de campo.

Os conceitos teóricos que compõe a revisão bibliográfica dessa dissertação abordaram temas relativos à democracia, a cidadania, bem como a ciência política, e educação não escolar. Elementos fundamentais para compreender o problema de pesquisa através da articulação de conceitos, percepções e dados. Assim, utilizando desses argumentos para sustentar e dialogar com os achados dessa intervenção.

Na revisão bibliográfica procurou-se entrelaçar os aspectos interdisciplinares que compõe essa dissertação, aspectos que são representados a partir do momento em que utilizamos “[...] elementos ou recursos de duas ou mais disciplinas para operacionalização de procedimento investigativo” (SILVA, 2011, p.587).

Sendo que, se utilizou as áreas da Educação e Sociologia para poder atender os nossos objetivos de pesquisa, levando em conta que, “[...] nas abordagens interdisciplinares não se visa a diluição dos conhecimentos específicos historicamente construídos pelos campos da ciência, mas sim um diálogo favorável à compressão dos fenômenos sociais de forma racional” (POLON e POLON, 2017, p.190).

Ainda sobre a revisão bibliográfica os conceitos de socialização política, bem como de democracia e educação não escolar foram importantes para nortear o estudo.

Dentre os objetivos propostos por essa pesquisa estava o de traçar o perfil dos participantes do Programa. Esses dados foram obtidos através de uma entrevista semiestruturada aplicada aos jovens e adolescentes de forma online, tendo o aceite também online do TCLE.

Com isso, foi possível identificar as características mais marcantes do grupo de jovens e adolescentes entrevistados, sendo um grupo majoritariamente feminino, predominantemente branco, e oriundos de escolas públicas.

Dados que são de extrema relevância para compreender alguns fenômenos e contextos que envolvem essa pesquisa e dialogam com outras pesquisas.

Desse modo, determinou-se 5 categorias de análise, e parece problemático, observar a juventude apenas como etapa de preparação para a cidadania tendo em vista sua adequação ao sistema político vigente, pois esta visão potencialmente tira da juventude o papel de agente político. Por isto, este estudo se alinha à perspectiva que compreende o jovem e adolescente enquanto um agente político, e tal qual todos estão em constante formação, mas um agente que pode atuar de diferentes formas, através da política institucional ou em formas não institucionalizadas.

A mudança de percepções e atitudes políticas geradas pelo programa Vereador Mirim, apresenta resultados nos quais não se pode assegurar que o Parlamento Jovem influenciou, aparentemente, as atitudes políticas de seus participantes ou suas mudanças de percepções, (devido a poucos estudos na área) mas abriu o campo de visão, de conhecimento, ampliou horizontes. A análise desenvolvida demonstra que outras agências de socialização, como a família e a escolar, importantes na formação de atitudes, de motivação ou não quanto a participação política na sociedade.

A argumentação teórica desta pesquisa parte da premissa encontrada nos estudos de socialização, de que o indivíduo é formado por meio das relações sociais sob uma rede de interconexões sociais, este indivíduo constrói a sua identidade e incorporando, a sua maneira, os traços culturais e políticos da sociedade em que vive, e convive, assim como uma percepção política desta em uma propensão ou não a ações políticas.

Sendo assim, este processo é pautado na relação com os outros e importantes é que está em constante construção, tem uma etapa primária na família durante a infância e posteriormente uma secundária, em outras esferas sociais, tais quais: a escola, amigos e que indiretamente influenciam e acabam por motivar ou desmotivar.

A análise destes dados colaborou com o papel e a importância das principais agências socializadoras na socialização política de jovens tratada pela literatura, destacando a família, seguido pela escola, e como não existe um processo único de socialização política, cada indivíduo, dependente da configuração de suas relações, pode ter maior ou menor influência de alguma dessas agências.

Um recorte específico é quanto a motivação, que é algo muito particular, o que motiva uns, desmotiva a outros, porém no contexto de socialização política, recorte em que nos debruçamos, a motivação acontece dentro da participação do programa pesquisado, o Programa Vereador Mirim, onde ele abarca a todos que o aderem.

Ainda que o cenário político atual exerça influência, não chega a desmotivar totalmente a participação jovem, inclusive a muitos, chega a ser um propulsor para que sejam

feitas mudanças rápidas e necessárias, como por exemplo em questões democráticas de bom senso e respeito em nosso país.

Vale lembrar que o alcance desta dissertação, com a amostra de dados quantitativos aqui trabalhada não tem a pretensão de ser representativa da totalidade dos jovens de Erechim – RS, visto que, a forma com a qual foi feita a amostra não permite que se tenha uma representatividade estatística.

Não se teve pretensões de ser um estudo que abrangesse a todos os jovens de Erechim - RS, mas pode-se tirar algumas conclusões interessantes, principalmente quanto a presença destes agentes e do teor político nas relações em que estes jovens estão presentes.

- 1) Sendo o ambiente nos quais estes jovens e adolescentes estão presentes são politizados, com grande troca de informação política e conseqüentemente uma forte presença do processo de socialização política;
- 2) A família aparece como um agente muito presente quanto a transmissão de conhecimento político, com 61,67%;
- 3) A partir da opinião (resposta) destes jovens e adolescentes, pode-se concluir pelos dados que este grupo apresenta algumas características que se destacam, tais quais a dúvida em relação a democracia. Ainda e/ou não percebem a importância da mesma e de se conviver bem com opiniões diferentes e no poder de transformação da política, a noção ainda é superficial;
- 4) Ao mesmo tempo, possuem uma confiança quanto aos agentes e mecanismos institucionalizados da política, tais quais os partidos políticos, talvez pela proximidade por causa do Programa Vereadores Mirim;
- 5) Os dados referentes a convívio com amigos, desses jovens e adolescentes, a minoria concorda que conversas sobre política fazem parte do cotidiano entre seus amigos e corroborando com esta ideia o mesmo número se vê constantemente em meio a discussões políticas. Além da troca de informações políticas, poucos dos respondentes se sentem incentivado a se posicionarem politicamente pelos amigos, deixando claro o caráter socializador que estas relações possuem;
- 6) É interessante ainda registrar que o jovem entrevistado é o próprio agente de socialização política de outros jovens em seus grupos de pares. Dessa forma, diante do contexto atual de perda e desgaste da democracia, descredito das instituições políticas, os jovens e adolescentes sentem-se motivados, inclusive com reforço negativo, ou seja, a ideia é “não desistir”. Os jovens e adolescentes são também agentes transformadores, motivados pela socialização política pela qual passam e perpassam.

Ao findar esta dissertação, o entendimento é que a motivação para a participação no Programa Vereador Mirim, mesmo diante do contexto atual já apresentado, é a esperança de mudanças e o crédito no próprio Programa abordado. As respostas e evidências que denotam a importância deste programa a estes jovens e adolescentes, que significativamente representam uma parcela da sociedade erexinense remete a conclusão, mesmo que prévia, de que o programa fala por si e responde por si, sendo sua importância vista na ideia de que o mesmo acontece em parceria com as escolas e com a comunidade legislativa, devido a deficiência do ensino da educação política nos mais diversos lugares e aspectos.

De fato, conforme observado na introdução, a ideia de motivar o alcance de metas ou objetivos, que invariavelmente não é possível mensurar neste momento, mas é possível citar a existência desses, fazendo com que a motivação seja dada como existente e possível.

Por fim, não se deve encerrar os estudos nessa dissertação, havendo muito a ser estudado sobre este Programa, sobre a socialização política, neste contexto e sobre a influência deste programa nas gerações futuras.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Lava Jato, crise política, impeachment e disputa entre Poderes marcaram 2016**. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/retrospectiva-politica-2016>>. Acesso em 04. jan. 2020.

ALTHUSSER, Louis. **O 22º Congresso**. Lisboa: Estampa, 1978.

ALMEIDA, Ronaldo. de. Bolsonaro Presidente. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. Novos estudos. CEBRAP. SÃO PAULO. V38. n01. 185-213. JAN.–ABR. 2019.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **La cultura cívica: estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones**. Madrid: Euramerica.1963.

BACHRACH, Peter. **Crítica de la teoría elitista de la democracia**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAQUERO, Marcelo. **Patrimonialismo, Neoliberalismo e Cultura Política na América Latina**. Revista Humanas. Porto Alegre. Vol. 16. Nº 1. 1993.

_____. **O papel dos adolescentes no Processo de Construção Democrática no Brasil – Um Estudo Preliminar de Socialização política**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Nº 8. 1997.

_____ (org). KEIL, Ivete. M [et al]. **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Editora da UFRGS. Porto Alegre. 2004.

BAQUERO, M. Um caminho “alternativo” no empoderamento dos jovens: Capital social e cultura política. In BAQUERO, Marcelo. **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

BAQUERO, R.; BAQUERO, M. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v.6, n.11, p.139-153, 2007.

_____. **Democracia Formal, Cultura Política Informal**. Opinião Pública. Campinas. Vol.14. Nº 2. pag.308-413.2008.

BAQUERO, R. V. A.; BAQUERO, M. Os limites da democracia: Quando a política (des)educa e a educação (des)politiza. v. 13, n. 3, p. 255-263. **Educação Unisinos**, 2009.

BAQUERO, R. V. A.; BAQUERO, M. Formação Cidadã dos Jovens no Contexto de um Regime Democrático Híbrido. **Revista Debates**, v. 8 n. 2. p. 50-82. 2014.

_____. RANINCHESKI, Sonia. H. CASTRO, Carlos. de O. **A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial**. Revista Debates, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 87-106, jan.-abr. 2018.

BASTOS, C. R. **Curso de teoria do Estado e ciência política**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa**. Referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Editora Ática, 1996.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BERGER, P. & BERGER, B. **Socialização: como ser um membro da sociedade**. In: M. Foracchi & J. S. Martins, eds. Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura**. In: Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes. 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. Petrópolis-RJ: Vozes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BUCCI, Maria. Paula. Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo. Saraiva. 2002.

CAMARA MIRIM. BLUMENAU. Disponível em < <http://www.camarablu.sc.gov.br/o-que-e-a-camara-mirim/>> Acesso em 30. maio.2020.

CASALECCHI, G. Á. Socialização Política e Mudanças de Atitudes: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CARVALHO, Fernanda C. de. **Mídia e as eleições: as entrevistas do Jornal Nacional aos candidatos à residência do Brasil em 2014**. Aurora: revista de arte, mídia e política. v. 7, n. 21, p. 7-25, 2015.

CASTRO. Lucia Rabello de. **Juventude e Socialização Política: atualizando o debate**. Psicologia: teoria e pesquisa. Brasília.n.4. p.479-487.2009.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências Sociales, violência epistêmica y el problema de la “invención del outro”**. In: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericana. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2000. p.246.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CESCO. Susana, et.al. **Interdisciplinaridade, entre o Conceito e a Prática: um estudo de caso**. RBCS. Vol. 29 n° 84 fevereiro/2014.

COSSON, Rildo. Dois modelos de parlamento jovem: uma leitura de seu funcionamento como letramento político. **Revista Estudos Legislativos**, n.3, p. x-x. 2009.

COSSON, R. **Letramento político: Por uma pedagogia da democracia**. In: DANTAS, Humberto. *et al.* **Educação Política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

CEZNE, A. N. **O direito à educação superior na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental**. Ed 2006. V 31.n.01. Santa Maria. RS. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2006/01/a8.htm> Acesso em: 20.Mai.2020.

_____. **O direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu reestabelecimento pelo sistema de Justiça**. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/direito_educacao.asp.> Acesso em: 19. nov. 2019.

CONTEUDO ABERTO. **5 artigos que você precisa ler sobre a atual situação política do país**. Disponível em <http://www.comum.vc/conteudo-aberto/2016/9/5/5-artigos-que-voce-precisa-ler-sobre-a-situacao-politica-do-pais>>. Acesso em: 04. jan. 2020.

COOMBS, P. H. **A crise mundial da educação**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. 3. ed. rev. tual,2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAGNINO, Evelina. **Movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: _____. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DIAS, Jean Carlos. **Políticas públicas e questão ambiental**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 31, n. 8, p. 117-135, jul./set., 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DELLA PORTA, Donatella. **For participatory democracy: some notes**. Trad. Livre. Eur Polit Sci, pp. 114, 2018.

DOURADO, Luiz. F. Dossiê. Estado, Educação e Democracia no Brasil: Retrocessos e Resistências. Educ. Soc., Campinas, v.40, e0224639, 2019.

DOMINGUES, José Maurício. **A América Latina e a Modernidade Contemporânea**. Uma interpretação sociológica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos.1978.

EASTON, D.; DENNIS, J. **Children in political system: origins of political legitimacy**. New York: McGraw-Hill, 1969.

EHMAN, Lee. The American school in the political socialization process. **Review of Educational Research**, v. 50, p. 99-119. 1980.

ESCOLA DO PARLAMENTO. Disponível em:
<<http://www2.al.rs.gov.br/escola/DepPorUmDia/Default.aspx> >. Acesso em: 04. jan. 2020.

FARIA, Ana. L. Juventude, contextos e participação política. PUC. São Paulo.2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

FLORENTINO, Renata (2008). Democracia liberal: uma novidade já desbotada entre jovens. *Opinião Pública*, 14(1), 205-235

FUKS, Mario. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **Opinião Pública**, v. 20, p. 425-449. 2014.

FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, v. 18, p. 88-108. 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não escolar e cultura política**. 5. ed. São Paulo: Cortez. Coleção questões de nossa época: v. 26. 103.2011.

_____. **Educação não escolar e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n.50, p. 11-25, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Sociología**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOUSADA, V. L. **Pensar a economia solidaria a partir de processos educativos com recicladores**. Revista Diálogo. 29/9/2011.

MACHADO, E.M. **A pedagogia social: diálogos e fronteiras com a educação não escolar e a educação sócio comunitária**. Tuiuti - Paraná, 2008.

MALISKA, M. A. **O Direito à Educação e a Constituição**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2001.

MARQUES, Franciele F. **O livro didático na educação formal escolar: da alienação à humanização**. Dissertação de Mestrado. UPF, 2010 (mimeo).

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo. Martin Claret, p.61-193.2001.

MESQUITA, Marcos. R., BONFIM, Juliano, PADILHA, e Erise. SILVA, Ana. C. Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 288-297. 2016.

MORAIS, Jeniffer Azambuja de. **Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no sul do Brasil**. (TESE). Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

MORENO, R.C. & Almeida, A.M.F. “**Isso é política meu!**” **Socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais**. *Pro-Posições*, 20(2) pp.59-76. DOI: 10.1590/s0103-73072009000200005.2009.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MUELLER, Vianeí. R. SPINELLI, Juçara. REIS, Janete. T. **DINÂMICA POPULACIONAL E SÍNTESE SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE ERECHIM, RS**. UNISC.2017.

NAZZARI, Rosana. K. **Capital Social e Socialização Política dos Jovens no Brasil**. *Educação*. Unisinos.n2. p. 145-154. 2005.

NETO, O. A e COELHO, F. C. “**Brasil en el 2007: El desencuentro entre la economía y la política**”. *Revista de Ciência Política*, vol.28, nº1, 2008.

ODDONE, Sílvia Castanheiro. O Programa Senado Jovem Brasileiro: comunicação institucional para o fortalecimento da imagem do Senado Federal e o aumento da participação social, 2015. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Instituto Legislativo Brasileiro, Senado Federal, Brasília/DF, 2015.

OLIVEIRA, R. P. **O direito à Educação**. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. São Paulo: Xamã. p. 15-43.2001.

OPPO, A. **Socialização política**. In: Bobbio; N. Matteucci & G. Pasquino, eds. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UnB, 2000.

PEIXOTO, Vitor de M. CRESPO, R. André. A crise política no Brasil nos anos 2000 e o governo de Michel Temer. *Revista EMCONSTRUÇÃO*. Rio de Janeiro. < número 4 \ 2018 • pags. 132 – 145. 2018.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Os jovens e a política: contribuições do ensino de ciências sociais para a socialização política**. *Pensamento Plural*, 8.pg 143-163. 2011.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária Ltda, p.12.1990.

PONTE, Víctor Manuel Durand. **Confianza y eficacia ciudadana en una sociedad con alta desigualdad**. Opinião Pública, Campinas, 12 (12), pp. 277-296.2006.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2005. Reimpressão 2008.

ROJAS, Rafael. **Las Repúblicas de Aire. Utopia y desencanto en la Revolucion de Hispanoamérica**. Prêmio de Ensayo Isabel Polanco. Editorial Taurus, México, 2009.

ROMANO, R. **O caldeirão de Medéia**: o problema da soberania popular, da soberania estatal e das ciências hoje. Revista do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 45/46, 1996.

SANTOS. Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

SANZ, R. **O pântano no volume morto: degradação institucional brasileira atinge ponto mais agudo**. 2016. Disponível em: <[http://www.correiocidadania.com.br/ index.Amanchete](http://www.correiocidadania.com.br/index.Amanchete)>. Acesso em: 04. jan. 2020.

SEVERO. Jose. L R.de. **Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas**. Rev. bras. Estud. pedagóg. (online), Brasília, v. 96, n. 244, p. 561-576, set./dez. 2015.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.335-350. Nov. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar 2021.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE/RS. **Perfil das cidades gaúchas**. 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Erechim.pdf. Acesso em: 25.jun.2021.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.PDF.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política nos Anos 1990**: Um estudo de socialização política no Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar. 1984.

SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.Gavagai. Erechim. V.3. p.13-27. Jan/jun. 2016.

SILVA, Luís. F.S.C. da. PEREIRA, Thiago. I. Educação e Cidadania: Reflexões sobre um debate contemporâneo. Gavagai. V.3. Erechim. p.13-27. jan/jun.2016.

SILVA, Alex dos Santos. **Conheça os presidentes. Politize.** Disponível em < www.politize.com.br/presidentedobrasil> Acesso em 22. maio.2020.

SITE PREFEITURA ERECHIM.2021

SITE SISTEMA DE APOIO LEGISLATIVO.2021.

SOUZA, Herbert Betinho. **Ética e Cidadania.** São Paulo: Moderna, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **Entrevista em Diário.** El Nuevo Siglo. Bogotá. Enero. 14. 1999.

TRANSPARENCIA INTERNACIONAL BRASIL. **Índice de percepção da corrupção 2019.** Disponível em < <http://doe.transparenciainternacional.org.br>> Acesso em 23. fev.2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 17 reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, Reginaldo de Souza. **A cidadania na república participativa:** pressupostos para a articulação de um novo paradigma jurídico e político para os Conselhos de Saúde. 2013. 540 fl. Tese (Doutorado em Direito) — Florianópolis, PPGD-UFSC, 2013.

WEBER, Max. **Parlamentarismo e Governo na Alemanha Reordenada,** Petrópolis – RJ: Vozes, 1993.

APÊNDICES/ANEXOS

APÊNDICE A – TERMO DE ACEITE

Você está convidado (a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa **ESTUDO SOBRE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E O PROGRAMA VEREADOR MIRIM EM UMA CIDADE DO NORTE NO ESTADO DO RIO GRANDE DOS SUL**, sob execução do (a) aluno (a) de Mestrado Karine Kostuczenko, telefone (54) 9 9616-9577 e sob responsabilidade do(a) pesquisador(a) Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira, telefone (54) 9 8126-7114.

Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos: a) você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza; b) você pode deixar de participar da pesquisa e não precisa apresentar justificativas para isso; c) sua identidade será mantida em sigilo; d) caso você queira, poderá ser informado (a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa. Esse Projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética da UFFS – Campus de Erechim (Fone: (54)).

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Qual é a sua idade: _____ Masculino () Feminino ()

Escola () Pública () Particular () Outros

- 1) Quantas pessoas moram com você?
- 2) Qual é a profissão/função de seus pais, e/ou pessoas que moram com você?
- 3) Qual foi o seu primeiro contato com a política?
- 4) Você lembra de ter acompanhado alguma campanha eleitoral, no ambiente familiar?
- 5) Com quem convive no bairro, na comunidade, falam sobre política?
- 6) Você acompanha campanhas políticas?
- 7) Acompanhou teus pais, alguma vez, que foram exercer o voto?
- 8) Tem políticos na sua família?
- 9) Com os amigos, existem conversas sobre política?
- 10) No teu bairro, você se sente influenciado a fazer política de alguma forma? De que forma?
- 11) Os atuais governos, te estimulam a estar no ambiente político?
- 12) Gostaríamos de saber se você acredita:
 - f) Na democracia:

() Sim () Não () Mais ou Menos () N/S N/R
 - g) Nos políticos:

() Sim () Não () Mais ou Menos () N/S N/R
 - h) Nos partidos:

() Sim () Não () Mais ou Menos () N/S N/R
 - i) Nas pessoas:

() Sim () Não () Mais ou Menos () N/S N/R
 - j) Nos militares:

() Sim () Não () Mais ou Menos () N/S N/R
- 13) Se interessa por política? Por que?
- 14) Porque se candidatou para ser um Vereador Mirim?
- 15) Antes do Programa Vereador Mirim, participava de algum outro movimento?

() SIM () NÃO

Se sim, qual? _____

16) Antes do Programa Vereador Mirim, você sabia o que era o Poder Legislativo?

() SIM () NÃO

17) Teve facilidade em candidatar-se para Vereador Mirim?

18) Agora, participando, do Programa Vereador Mirim, sente-se com mais condições de opinar na vida política do seu Município? Como?

19) Como cidadão representante de um grupo de estudantes, eleito a partir de voto, sente-se responsável, por fazer algo pelos que o elegeram? O que?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) autorizar seu filho a participar da pesquisa **ESTUDO SOBRE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E O PROGRAMA VEREADOR MIRIM EM UMA CIDADE DO NORTE NO ESTADO DO RIO GRANDE DOS SUL**, desenvolvida por Karine Kostuczenko discente de mestrado, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim, sob orientação do Prof. Dr. Thiago I. Pereira.

O objetivo central desse estudo é identificar, analisar e descrever o perfil, dos adolescentes participantes do Programa Vereador Mirim e as motivações dos jovens e adolescentes participantes do Programa diante do contexto atual. O convite a sua participação se deve à pesquisa ter como critério de inclusão sujeitos eleitos no ano de 2019 no Programa Vereador Mirim, no Poder Legislativo da cidade de Erechim/RS em parceria com as escolas do mesmo município e da comunidade.

A participação nesta pesquisa é de suma importância para a contribuição científica na área social, educacional, logo que, a pesquisa analisará uma política educacional e de cidadania.

Cabe destacar que, a participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar desta pesquisa, bem como tem direito iniciar o processo e optar por não colaborar com este estudo, desistindo de participar no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e nenhuma forma de penalização. Ressalta-se que, você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, sua participação é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária. Nesta, serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A participação consistirá em responder à pesquisadora, perguntas de uma entrevista semiestruturada, de fácil compreensão, elaboradas em linguagem simples e clara.

Este instrumento abordará dados gerais de identificação; percurso escolar; dados socioeconômicos. A coleta desses dados, terá a duração de aproximadamente 30 (trinta) minutos, podendo se estender, caso seja necessário. Ela será realizada de modo coletivo com os demais participantes momento em que, as questões serão respondidas de modo individual por cada participante.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de contribuir com a pesquisa científica na área das políticas públicas educacionais e seus impactos sociais, cooperando diretamente para a garantia de implementação e permanência das políticas educacionais oferecidas aos adolescentes no município de Erechim, uma vez que, esta pesquisa objetiva apresentar os impactos socioeducacionais que elas trazem para a população. Indiretamente, este trabalho pode motivar outros municípios a aderir a políticas como essas.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais. Caso concorde em participar dessa pesquisa, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Desde já agradecemos sua participação!

Em casos de dúvida, contate:

- Pesquisador responsável: Karine Kostuczenko, telefone 054 99616-9577, e-mail: <karinekostuczenko@hotmail.com>. Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS – Campus Erechim, Rodovia RS-135, 200 – Zona Rural, CEP 89815-899 – Erechim – Rio Grande do Sul – Brasil).

- Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS: telefone 049 2049-3745, e-mail: <cep.uffs@uffs.edu.br >. Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899, Chapecó - Santa Catarina – Brasil).

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura pai e/ou Responsável: _____

Karine Kostuczenko
Pesquisadora Responsável
Erechim ____/____/2020

ANEXO A – RESOLUÇÃO PROGRAMA VEREADOR MIRIM

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº. 302, de 25 de Março de 2.008.

Regulamenta o Programa "Vereador Mirim", e dá outras providências.

ANACLETO ZANELLA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul,

FAZ SABER, que a Câmara APROVOU e EU, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA

Art. 1º - Fica regulamentado no âmbito do município de Erechim, o Programa Vereador Mirim/ A Câmara Vai à Escola, com o objetivo geral de promover a interação entre a Câmara Municipal de Vereadores de Erechim e a Escola, permitindo ao estudante compreender o papel do Legislativo Municipal dentro do contexto social em que vive, contribuindo assim para a formação de sua cidadania e entendimento dos aspectos políticos da sociedade brasileira.

Art. 2º - O programa funcionará mediante a adesão das escolas e abrangerá de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental.

Parágrafo Único: As disciplinas e sua forma de aplicação serão diferenciadas, obedecendo a características da faixa etária correspondente aos respectivos níveis.

Art. 3º - Constituem objetivos específicos do programa:

I – proporcionar a circulação de informações nas escolas sobre projetos, leis e atividades gerais da Câmara Municipal de Erechim;

II – possibilitar aos alunos o acesso e conhecimento dos Vereadores da Câmara Municipal de Erechim e as propostas apresentadas no Legislativo em prol da comunidade;

III – favorecer atividades de discussão e reflexão sobre problemas da cidade de Erechim que mais afetam a população;

IV – proporcionar situações em que os alunos, representando as figuras dos Vereadores, apresentem sugestões para solucionar importantes questões da cidade ou determinados grupos sociais;

V – sensibilizar professores, funcionários e pais de alunos para participarem do projeto VEREADOR MIRIM/ A CAMARA VAI À ESCOLA e para apresentarem sugestões para o seu aperfeiçoamento.

Anacleto
Zanella S.S. Bock



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Art. 4º - O programa será operacionalizado pelas seguintes condições:

I – elaboração do projeto pedagógico;

II – estabelecimento de calendário das diversas escolas, tanto para ida da Câmara a ela, como da escola à Câmara;

III – planejamento das atividades;

IV – pesquisa e seleção de material didático;

V – visita dos agentes do programa às unidades escolares para orientar e avaliar o andamento do projeto junto aos professores e alunos;

VI – promoção de atividades com os seguintes temas:

a) história da Câmara Municipal de Erechim;

b) apresentação do perfil dos Vereadores e funcionamento da Câmara;

c) tramitação de proposições;

VII – visita dos alunos à Câmara Municipal para assistirem a uma sessão ordinária, dentro do calendário previamente definido;

VIII – realização de Sessão Especial com os vereadores-mirins, para diplomação dos eleitos e entrega de certificados de participação aos demais;

IX – Os Vereadores-Mirins deverão participar das reuniões plenárias da Câmara Municipal de Erechim, sempre que possível.

Art. 5º - O Vereador Mirim exercerá mandato de um ano.

Art. 6º - Os critérios para eleição dos vereadores-mirins, posse e exercício do mandato serão definidos em Regimento Interno próprio, por ato da Mesa Diretora.

Parágrafo único – As Sessões dos Vereadores Mirins serão realizadas seis vezes por ano, em datas a serem definidas pela Mesa Diretora do Poder Legislativo.

Art. 7º - As despesas decorrentes deste correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 8º - Fica determinado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal para que proceda ao envio de cópia deste Projeto Resolução a todas as Escolas do Ensino Fundamental estabelecidas no município.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário especialmente as Resoluções nº 291, de 13 de maio de 2003 e a de nº 292, de 21 de outubro de 2003.

Art. 10º - É parte integrante desta Resolução o Anexo I que Dispõe sobre o Regimento Interno dos Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Vereadores de Erechim.

*Assessoria
Legislativa*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Art. 11 - Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, 25 de Março de 2.008.

Vereador ANACLETO ZANELLA
Presidente da Câmara Municipal

Registre-se e Publique-se
Data Supra.

Vereadora VÂNIA ISABEL SMANIOTTO MIOLA
Primeira Secretária



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

ANEXO I

DA RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº. 302, de 25 de Março de 2.008.

“ Dispõe sobre o Regimento Interno dos Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Erechim”.

O Presidente da Câmara Municipal de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a presente Resolução.

PREÂMBULO

Os Vereadores Mirins competentes desta Câmara, no intuito de integrarem o Poder Legislativo Municipal com as escolas, adotam o presente Regimento Interno, baseados na democracia, buscando colaborar com todos que sonham com uma cidade mais justa, arborizada, livre, pacífica, igualitária, fraterna, com oportunidades de emprego, estudo e lazer.

TÍTULO I

Disposições Preliminares

CAPÍTULO I

Art. 1º O processo de eleição dos Vereadores Mirins será orientado e dirigido pela Câmara Municipal de Erechim, com a participação das escolas, e constará do seguinte:

I – as escolas interessadas em participar comunicam o fato à Câmara Municipal de Erechim até o dia 10 de abril de cada ano e esta lhes encaminha as informações gerais sobre o processo de votação;

II – os alunos interessados em concorrer a uma vaga na Câmara Municipal Mirim, que tenham até 15 anos de idade e estejam cursando da 5ª a 7ª série do ensino fundamental inscrever-se-ão nas escolas e farão sua campanha junto aos eleitores estudantes, das mesmas séries da respectiva escola, para a conseqüente eleição que ocorrerá no mês de abril de cada ano.

*Amélio
Maria J.S. Costa*

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

III – a campanha envolve apresentação da plataforma de trabalho do candidato.

IV – o aluno mais votado de cada escola será eleito para ser Vereador Mirim por um mandato de um ano e o segundo mais votado será o seu suplente.

V – os alunos eleitos e seus suplentes serão diplomados pelo Presidente da Câmara Municipal de Erechim, e os demais participantes receberão certificados de participação, em reunião solene, em data a ser estabelecida pela Mesa Diretora, com a presença dos diretores das escolas que tiveram representantes eleitos.

VI – Quando o Vereador Mirim deixar de residir no Município ou concluir o Ensino Fundamental perderá o cargo, que será substituído por seu suplente que completará o mandato.

Art. 2º O mandato do Vereador Mirim será de um ano, vedada a reeleição.

CAPÍTULO II

Art. 3º Os Vereadores Mirins reunir-se-ão a cada 60 (sessenta) dias alternadamente de manhã e à tarde, na Câmara Municipal de Erechim.

CAPÍTULO III

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

SEÇÃO I

COMPROMISSO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 4º A Câmara dos Vereadores Mirins instalar-se-á na primeira quinzena do mês de maio de cada ano, em data estabelecida pela Mesa Diretora da Câmara sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal de Erechim, secretariado por um Vereador Mirim “ad hoc”, cujos trabalhos dar-se-ão com o compromisso e a posse dos eleitos.

Art. 5º O Presidente da Câmara Municipal, nesta solenidade, tomará o compromisso e empossará os eleitos, através da leitura do compromisso, de pé, acompanhado por todos os Vereadores Mirins.

Art. 6º O compromisso se dará nos seguintes termos: “Prometo respeitar o Regimento Interno dos Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Erechim, desempenhando responsabilmente o mandato a mim conferido e assim contribuindo para a formação da minha cidadania e engrandecimento deste município”.

Anacleto
Câmara V.S. Escola

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Art. 7º O Vereador Mirim, secretário dos trabalhos, fará a chamada nominal dos seus pares, os quais declararão pessoalmente: "Assim prometo", assinando em seguida o termo de posse.

Parágrafo único. No ato da posse os Vereadores Mirins receberão um exemplar do Regimento Interno e da Lei Orgânica.

SEÇÃO II

REUNIÃO PREPARATÓRIA

Art. 8º Os Vereadores Mirins deverão, obrigatoriamente, assistir a uma reunião ordinária da Câmara Municipal que se seguir à reunião de instalação da Câmara dos Vereadores Mirins, sob pena de perda do mandato.

Parágrafo Único. A presença nestas reuniões deverá ser comunicada ao Presidente do Poder Legislativo municipal que fará registrar na ata das reuniões ordinárias da Câmara Municipal.

Art. 9º Na primeira reunião, após posse, caberá à Secretaria Geral da Câmara Municipal informar os Vereadores Mirins sobre a estrutura organizacional do Poder Legislativo e seu funcionamento administrativo.

SEÇÃO III

ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA

Art. 10. A Mesa Diretora será composta pelo Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Secretários Mirins, cujo mandato será de 6 (seis) meses.

Art. 11. A eleição da Mesa Diretora será realizada sob a presidência do vereador mirim mais idoso, secretariado por um vereador mirim "ad hoc".

Art. 12. A eleição será aberta, mediante cédula única, contendo os nomes dos candidatos a Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários Mirins.

Parágrafo único. Considerar-se-ão eleitos os que obtiverem a maioria simples dos votos e, em caso de empate, será considerado eleito o Vereador Mirim de maior idade.

Art. 13. A eleição para renovação da Mesa Diretora, realizar-se-á, obrigatoriamente, no mês de novembro de cada ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo, e os eleitos estarão automaticamente empossados, no dia da sessão que foram eleitos.

Parágrafo único. Não poderão fazer parte da Mesa Diretora eleita os Vereadores Mirins que estejam freqüentando o último ano do Ensino Fundamental.

Amadeu
2009 13/11/09



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

ATRIBUIÇÕES DE SEUS MEMBROS

Art. 14. Cabe ao Presidente Mirim:

- I – dirimir dúvidas e disciplinar os atos dos Vereadores Mirins;
- II – apresentar a cada dois meses as conclusões dos trabalhos realizados pela Câmara de Vereadores Mirins;
- III – representar a Câmara dos Vereadores Mirins perante o Presidente do Poder Legislativo Municipal e demais autoridades;
- IV – conceder ou negar a palavra aos oradores, não permitindo divagações ou apartes estranhos aos assuntos em discussão;
- V – votar somente nos casos em que ocorra empate;
- VI – designar os membros das comissões permanentes e especiais; e
- VII – abrir, presidir, encerrar e suspender as reuniões plenárias, observando e fazendo observar as normas deste Regimento.

Art. 15. Cabe ao Vice-Presidente Mirim:

- I – substituir o Presidente Mirim em suas ausências e coordenar as atividades das comissões permanentes e especiais; e
- II – ler as matérias do expediente.

Art. 16. Cabe aos Secretários Mirins:

- I – fazer a chamada dos Vereadores Mirins nas reuniões;
- II – substituir o Presidente Mirim na ausência do vice-presidente Mirim;
- III – inscrever os oradores para uso da palavra; e
- IV – ler a ata da reunião anterior.

*Anacleto
Jasira J. Skovla*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

TÍTULO II

VEREADORES MIRINS

CAPÍTULO I

DIREITOS E DEVERES DOS VEREADORES MIRINS

Art. 17. Aos Vereadores Mirins competem os seguintes direitos:

- I – participar de todas as discussões e deliberações do plenário;
- II – votar e ser votado na eleição da mesa diretora mirim, na forma regimental;
- III- apresentar proposições que visem o interesse coletivo.

Art. 18. São deveres do Vereador Mirim:

- I – obedecer ao Regimento Interno Mirim
- II – respeitar e tratar com urbanidade os Vereadores da Câmara Municipal de Erechim, os funcionários e seus pares Vereadores Mirins;
- III – comparecer pontualmente às reuniões plenárias, de comissões e aos compromissos aos quais for designado;
- IV – residir no município de Erechim; e
- V – justificar ausência através de aviso dos pais, ofício da escola ou atestado.

CAPITULO II

PERDA DE MANDATO, LICENÇA E RENÚNCIA

Art. 19. Perderá mandato o Vereador Mirim que:

- I – for insubordinado ao Presidente Mirim ou às regras contidas neste regimento;
- II – deixar de comparecer a 3 (três) reuniões injustificadamente; e
- III – deixar de residir no município de Erechim.

*Amadeu
Zavaira S. Costa*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Art. 20. A extinção do mandato do Vereador Mirim verificar-se-á quando:

- I – ocorrer falecimento; e
- II – ocorrer renúncia, por escrito, através de ofício dirigido ao Presidente Mirim.

Art. 21. O vereador Mirim pode licenciar-se:

- I – para tratamento de saúde, devidamente comprovado; e
- II – para tratar de assuntos de interesse particular, pelo prazo de 30 dias

CAPÍTULO III

SUPLENTE

Art. 22. O suplente de Vereador Mirim será convocado pelo Presidente Mirim, no caso de vaga ou licença, devendo tomar posse na reunião subsequente.

TÍTULO III

SESSÃO DA CÂMARA MIRIM

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 - As sessões serão:

I – ordinárias, as realizadas bimestralmente, sempre na 2ª sexta-feira do mês correspondente e alternadamente; a primeira sempre no período matutino, das 09h00min às 11h00min e a segunda no período vespertino, das 15h00min às 17h00min.

II – extraordinárias, as realizadas em dias diversos dos fixados para as reuniões ordinárias, com duração máxima de duas horas;

III – solenes, as realizadas para homenagens, comemorativas ou cívicas;

§ 1º Recaindo a sessão ordinária em feriados, ou em casos de impedimentos, deverão as mesmas ser transferidas para o primeiro dia útil subsequente.

*Anacleto
Zanua J.S. Costa*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Art. 24. Qualquer cidadão poderá assistir às sessões ordinárias, extraordinárias e solenes.

Art. 25. As sessões sempre terão início com a execução do Hino de Erechim.

SEÇÃO I

ESTRUTURA GERAL

Art. 26. As sessões ordinárias compõem-se das seguintes partes:

I – Expediente; e

II – Ordem do Dia.

Art. 27. A hora de início dos trabalhos, por determinação do Presidente Mirim, o Secretário Mirim fará a chamada dos Vereadores, confrontando com o Livro de Presenças.

§ 1º - A chamada dos Vereadores Mirins far-se-á pela ordem alfabética.

§ 2º - Feita a chamada e observando-se a presença de no mínimo 6 (seis) vereadores, o presidente mirim declarará aberta a reunião, proferindo as seguintes palavras: “Por haver quorum regimental e sob a proteção de Deus, damos por aberta a presente reunião, iniciando os nossos trabalhos”.

§ 3º - Não havendo número de deliberação, o Presidente Mirim, depois de terminados os debates das matérias constantes na Ordem do Dia, declarará encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da Ata da Sessão.

SEÇÃO II

EXPEDIENTE

Art. 28. O Expediente terá a duração improrrogável de duas horas, a partir da hora fixada para início da sessão, e se destina à abertura da reunião, com a chamada, leitura, discussão e votação da Ata da sessão anterior, leitura da apresentação de proposições dos Vereadores Mirins, debates e aprovação ou rejeição.

§ 1º Declarada aberta a reunião e após a discussão e votação da ata, o Primeiro Secretário lerá o material do expediente.

§ 2º Os apartes, que são as interrupções do orador para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate, só poderão ser feitos com o consentimento do vereador. Quando o orador negar o aparte solicitado, o aparteante deverá dirigir-se apenas ao Presidente Mirim.

*Annelita
Cavaci 32/10/2014*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Art. 29. As proposições deverão ser protocoladas junto à Assessoria Legislativa 48 horas antes das reuniões plenárias.

Parágrafo único - Poderão ser apresentadas proposições em regime de urgência desde que haja a concordância dos Vereadores Mirins presentes à sessão.

SEÇÃO III

ORDEM DO DIA

Art. 30. Findo o grande expediente, dar-se-ão as discussões e votações da matéria da Ordem do Dia, cuja leitura será feita pelo Primeiro Secretário Mirim.

Art. 31. Durante o tempo destinado às votações nenhum Vereador Mirim poderá deixar o recinto das reuniões.

§ 1º Quando o Presidente Mirim submeter qualquer matéria à votação pelo processo simbólico, solicitando aos vereadores que forem favoráveis a permanecerem sentados e os contrários a se levantarem.

§ 2º A partir do momento em que o Presidente Mirim declarar a matéria com discussão encerrada, poderá ser concedida a palavra para encaminhamento de votação.

§ 3º O Vereador Mirim poderá declarar seu voto, justificando os motivos que o levaram a votar favoravelmente ou contrariamente à matéria.

CAPÍTULO III

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Art. 32. As convocações para a reuniões extraordinárias serão feitas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Presidente Mirim, com a anuência daquele.

Art. 33. As reuniões extraordinárias realizar-se-ão da mesma forma que as reuniões ordinárias, exceto quanto ao uso da tribuna.

*Ana Letícia
Vereadora J.S. Costa*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

TÍTULO IV

ASSESSORAMENTO

SEÇÃO I

ASSESSORAMENTO TÉCNICO

Art. 33. No desempenho de suas funções, os vereadores mirins contarão permanentemente com o auxílio e consultoria das Assessorias da Câmara Municipal de Erechim.

TÍTULO V

ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMIARES

Art. 34. Proposições é toda a matéria sujeita à deliberação do Plenário e constitui-se em:

- I – Emenda ao Regimento Interno Mirim;
- II – Projeto de Lei Mirim;
- III – Moção Mirim; e
- IV – Requerimento Mirim.

*Amadeu
Jornal V.S. Local*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO II

PROJETO DE LEI MIRIM

Art. 35. Os projetos de Lei Mirins têm por finalidade sugerir a regulamentação de matérias no âmbito municipal.

§ 1º Os projetos, requerimentos, moções e emendas mirins considerar-se-ão aprovados se obtiverem a maioria simples de votos, através de votação simbólica, em Plenário.

§ 2º Todas as votações serão abertas.

SEÇÃO III

REQUERIMENTO MIRIM

Art. 36. O requerimento mirim consiste em todo pedido escrito de Vereador Mirim a qualquer autoridade.

SEÇÃO IV

EMENDAS AO REGIMENTO INTERNO MIRIM

Art. 37. As emendas ao Regimento Interno Mirim somente serão aprovadas mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos votos, do número total de Vereadores Mirins diplomados e empossados.

SEÇÃO V

MOÇÕES MIRIM

Art.38. A moção mirim consiste em todo voto de congratulações, pesar ou repúdio.

Parágrafo único. Os votos de pesar não serão submetidos à votação, apenas despachados.

Assinatura
Maria J.S. Costa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

TRÂMITE DAS PROPOSIÇÕES

Art. 39. Aprovadas as proposições, serão elas submetidas à homologação dos padrinhos dos vereadores mirins, ou seja, os vereadores do município, só então, despachadas às autoridades competentes e, inclusive, à apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Erechim.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. O recesso da Câmara Municipal de Vereadores Mirim será-nos mesmos períodos da Câmara Municipal de Erechim.

Art. 41. As dúvidas quanto à interpretação deste Regimento Interno Mirim serão dirimidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Erechim

Câmara Municipal, 25 de Março de 2.008.

Vereador ANACLETO ZANELLA
Presidente da Câmara Municipal

Registre-se e Publique-se

Data Supra.

Vereadora VÂNIA ISABEL SMANIOTTO MIOLA
Primeira Secretária



Continuação do Parecer: 4.297.248

Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracnstituic.odt	31/08/2020 17:09:57	KARINE KOSTUCZENKO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	DISSERTACAOKARINE.pdf	31/08/2020 17:09:42	KARINE KOSTUCZENKO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento.odt	31/08/2020 17:09:11	KARINE KOSTUCZENKO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CHAPECO, 24 de Setembro de 2020

Assinado por:
Fabiane de Andrade Leite
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar

Bairro: Área Rural

CEP: 89.815-899

UF: SC

Município: CHAPECO

Telefone: (49)2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 4.617.090

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.pdf	16/09/2020 16:51:42	KARINE KOSTUCZENKO	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoKarine.pdf	01/09/2020 13:13:10	KARINE KOSTUCZENKO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracnstituic.odt	31/08/2020 17:09:57	KARINE KOSTUCZENKO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	DISSERTACAOKARINE.pdf	31/08/2020 17:09:42	KARINE KOSTUCZENKO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento.odt	31/08/2020 17:09:11	KARINE KOSTUCZENKO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CHAPECO, 28 de Março de 2021

Assinado por:
Fabiane de Andrade Leite
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar

Bairro: Área Rural

CEP: 89.815-899

UF: SC

Município: CHAPECO

Telefone: (49)2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br